BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067

ERRATA

Informamos que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (CNPJ nº 90.400.888/0001-42) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, publicadas nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Valor Econômico" em edições de 31 de janeiro de 2019, não apresentaram os saldos corretos de curto e longo prazo na nota explicativa "21. Instrumentos de Dívida Elegível a Capital".

Neste sentido, onde se lê:

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

	Banco/Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
Total	**9.782.372**	**8.439.555**
Circulante	**9.896.477**	**114.104**
Longo Prazo	**9.771.503**	**8.325.451**

Deve-se ler:

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

	Banco/Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
Total	**9.782.372**	**8.439.555**
Circulante	**-**	**114.104**
Longo Prazo	**9.782.372**	**8.325.451**

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

Os ativos financeiros brasileiros registraram menor volatilidade nos últimos três meses de 2018 quando comparados com o comportamento observado no trimestre imediatamente anterior, mas ainda assim com oscilações de amplitude significante tanto da taxa de câmbio quanto da bolsa de valores e da curva de juros. Na visão do Banco, turbulências no quadro internacional e manutenção de elevado grau de incerteza local em relação à condução da política econômica do governo eleito motivaram essas oscilações nos mercados. Entretanto, os ativos financeiros brasileiros encerraram dezembro de 2018 em patamares mais favoráveis que os observados em setembro de 2018.

No cenário global, o Santander avalia que alguns fatores foram preponderantes para impedir um recuo da aversão ao risco em relação às economias emergentes – com exceção do Brasil, que apresentou melhora na esteira do fim do processo eleitoral. O Banco nota que, apesar de Estados Unidos e China terem chegado a um acordo verbal referente as suas relações comerciais, ainda é incerto se este acordo será efetivamente implementado. Desta forma, permaneceu presente o temor de que esse contencioso possa resultar em arrefecimento do crescimento econômico mundial. Além disso, na visão do Banco, ainda que os dados da economia americana tenham continuado bastante positivos, surgiram os primeiros sinais de que o ritmo de expansão poderia ter atingido seu pico e que, a partir de então, será possível testemunhar uma desaceleração econômica mais intensa na esteira dos efeitos defasados das altas de juros já implementadas. Aliás, o Santander nota que os agentes econômicos passaram a atribuir maior probabilidade ao cenário de implementação mais gradual ainda do ciclo de aperto monetário nos EUA ao longo de 2019. Se, por um lado, isto diminuiria a velocidade de redução do diferencial em relação às taxas de juros de outros países – e, por conseguinte, traria menor pressão de desvalorização de suas moedas, inclusive do Real – por outro lado, reforçaria o sinal de que a economia americana pode estar próxima de um quadro de desaquecimento mais intenso – algo ainda mais importante que o primeiro fator. O Banco entende que este último aspecto pareceu explicar parte do movimento de enfraquecimento do Dólar frente às demais moedas.

Para o Santander, ambos os fatores mantiveram as condições financeiras globais distante de seus melhores momentos e continuaram a pesar sobre o desempenho das economias emergentes. Na visão do Banco, essa pressão afetou menos intensamente os ativos da economia brasileira, já que seus fundamentos externos continuam sólidos (alto volume de reservas internacionais e investimentos estrangeiros, além de baixos déficits em conta corrente e nível de endividamento externo). Na análise do Santander, a combinação desses fatores explica parte da apreciação do Real observada ao longo dos últimos meses. O Banco Santander salienta que atribui um viés otimista em relação à percepção de risco do Brasil, tendo em vista a expectativa crescente sobre a realização dos ajustes fiscais necessários. Contudo, o Banco pondera que o ambiente internacional ainda deverá ser fonte de preocupação, com novos eventos importantes já programados e com potencial de adicionar nervosismo aos mercados, tais como a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição presidencial na Argentina. Nesse contexto, o Santander acredita na possibilidade de que o ambiente internacional acabe se sobrepondo levemente ao quadro doméstico e provoque elevação branda do risco-país. Dessa forma, o Banco Santander projeta uma taxa de câmbio de 4,00 R$/US$ para o final de 2019.

Com relação à atividade econômica, o Santander viu ser confirmada sua percepção de que a deterioração do balanço de riscos na economia internacional e as incertezas em relação ao cenário local influenciariam negativamente as decisões de empresários e consumidores, o que levou à manutenção de ritmo bastante brando nos últimos três meses de 2018. Isto levou o Banco a revisar novamente sua projeção de crescimento da economia brasileira em 2018, de 1,5% para 1,3%.

Em que pese essa manutenção de expansão branda da economia brasileira nos últimos meses, a expectativa do Santander para o PIB em 2019 ainda é de crescimento por volta de 3,0% – houve mudança marginal frente à projeção anterior de 3,2% – por conta dos sólidos fundamentos macroeconômicos ainda presentes e dos consistentes saltos registrados pelos indicadores de confiança dos consumidores e empresários nos últimos meses. O Banco reforça que a inflação permanece controlada (encerrou 2018 abaixo da meta e deverá repetir o feito em 2019), as contas externas estão equilibradas e há indícios crescentes de melhora no mercado de crédito. Por todos esses fatores, o Santander espera manutenção da taxa Selic em patamares baixos por bastante tempo, já que as expectativas de inflação seguem contidas e o nível de ociosidade da economia está bastante elevado. De fato, o Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente em 2020. A expectativa do Banco é de manutenção da Selic em 6,50% em 2019.

Essas projeções de crescimento, inflação e juros baixos do Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. Então, o Santander reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do governo eleito em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

2) Desempenho

2.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (R$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	77.381,0	76.310,8	1,4	19.265,6	18.510,4	4,1
Despesas da Intermediação Financeira	(52.346,4)	(49.363,7)	6,0	(9.955,1)	(12.151,4)	-18,1
Resultado Bruto da Intermediação Financeira [1]	**25.034,6**	**26.947,1**	**-7,1**	**9.310,5**	**6.359,1**	**46,4**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais [2]	(10.329,5)	(13.559,1)	-23,8	(3.319,7)	(2.546,9)	30,3
Resultado Operacional	**14.705,1**	**13.388,0**	**9,8**	**5.990,9**	**3.812,1**	**57,2**
Resultado não Operacional	193,1	(259,6)	-174,4	159,6	6,2	2.480,8
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**14.898,1**	**13.128,4**	**13,5**	**6.150,5**	**3.818,3**	**61,1**
Imposto de Renda e Contribuição Social [1]	(735,2)	(3.278,3)	-77,6	(2.431,1)	(240,1)	912,5
Participações no Lucro	(1.612,0)	(1.460,0)	10,4	(259,7)	(452,2)	-42,6
Participações dos Acionistas Minoritários	(384,8)	(393,5)	-2,2	(124,1)	(87,3)	42,1
Lucro Líquido Societário	**12.166,1**	**7.996,6**	**52,1**	**3.335,5**	**3.038,7**	**9,8**
Exclusão da despesa com amortização do ágio [3]	278,7	1.534,7	-81,8	69,8	69,8	0,0
Lucro Líquido Excluindo Amortização do Ágio	**12.444,9**	**9.531,3**	**30,6**	**3.405,3**	**3.108,5**	**9,5**

Para melhor compreensão dos resultados em BRGAAP, abaixo estão apresentados o Resultado Bruto da Intermediação Financeira e Imposto de Renda e Contribuição Social, desconsiderando o efeito do hedge (vide item 1):

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA AJUSTADO (R$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	25.034,6	26.947,1	-7,1	9.310,5	6.359,1	46,4
IR/CSLL *(hedge)*	5.611,8	729,5	669,2	(1.393,2)	1.584,6	-187,9
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Ajustado	**30.646,5**	**27.676,6**	**10,7**	**7.917,4**	**7.943,6**	**-0,3**

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (R$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(735,2)	(3.278,3)	-77,6	(2.431,1)	(240,1)	912,5
IR/CSLL *(hedge)*	(5.611,8)	(729,5)	669,2	1.393,2	(1.584,6)	-187,9
Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustado	**(6.347,0)**	**(4.007,8)**	**58,4**	**(1.038,0)**	**(1.824,7)**	**-43,1**

2.1.1) *Hedge* Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN E LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	6.673,5	892,9	647,4	(1.702,7)	1.810,1	-194,1
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(12.540,9)	(1.702,6)	636,6	3.246,7	(3.324,7)	-197,7
IR/CSLL	5.611,8	729,5	669,2	(1.393,2)	1.584,6	-187,9
PIS/Cofins - Despesas tributárias	255,5	80,2	218,7	(151,0)	(69,9)	116,1

2.1.2) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Comissões - Destaque para: (a) comissão de cartão de crédito/débito e Serviços Adquirentes, com crescimento de 16,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, ao aumento do faturamento tanto de cartões quanto dos serviços de adquirência; (b) Serviços de Conta Corrente, com aumento de 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciada pelo aumento da base de clientes correntistas ativos, que crescem há 43 meses consecutivos; e (c) Comissões com Seguros, com aumento de 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, acompanhando a dinâmica de crescimento da carteira de crédito.

Comissões (Principais Destaques) (R$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Cartão de Crédito/Débito e Serviços Adquirentes	5.771,5	4.939,9	16,8	1.616,9	1.432,0	12,9
Serviços de Conta Corrente	3.360,2	2.908,3	15,5	885,3	850,9	4,0
Comissões com Seguros	2.797,5	2.515,9	11,2	808,3	651,4	24,1

Despesas Gerais - O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio, apresentou aumento de 4,7%, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro, aumentaram 2,4% e as outras despesas administrativas, aumentaram 6,6%, todos em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente, pelo aumento das despesas com processamento de dados, associadas a maior transacionalidade e ao crescimento da base de clientes e despesas com serviços técnicos especializados e de terceiros, principalmente pela contratação de serviços de tecnologia.

Despesas Gerais (R$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(9.312,8)	(9.091,5)	2,4	(2.387,1)	(2.330,8)	2,4
Outras Despesas Administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(10.866,7)	(10.189,9)	6,6	(3.099,8)	(2.689,7)	15,2
Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio	**(20.179,4)**	**(19.281,4)**	**4,7**	**(5.486,9)**	**(5.020,5)**	**9,3**

2.1.3) Despesa com Amortização do Ágio

A variação entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi decorrente, principalmente, do término da amortização do ágio na aquisição do Banco Real, concluída em outubro de 2017.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R$ Milhões)	dez-18	dez-17	variação dez/18 vs. dez/17 %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	794.664,0	672.560,6	18,2
Permanente	11.155,3	11.171,6	-0,1
TOTAL DO ATIVO	**805.819,3**	**683.732,2**	**17,9**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	738.178,6	621.824,2	18,7
Resultados de Exercícios Futuros	337,0	511,4	-34,1
Participação dos Acionistas Minoritários	2.069,9	1.896,7	9,1
Patrimônio Líquido	65.233,7	59.500,0	9,6
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**805.819,3**	**683.732,2**	**17,9**

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R$ Milhões)	dez-18	dez-17	variação dez/18 vs. dez/17 %
Carteira de Crédito	305.259,7	272.562,2	12,0
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos [1]	194.464,7	171.729,7	13,2
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	56.812,2	46.760,7	21,5
Relações Interfinanceiras	92.442,6	82.503,8	12,0

[1] Atendendo a Circular do Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R$11.256,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 (31/12/2017 - R$9.579,0 milhões).

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R$ Milhões)	dez-18	dez-17	variação dez/18 vs. dez/17 %
Pessoa Física [1]	132.564,9	108.115,3	22,6
Financiamento ao Consumo	50.066,4	41.884,4	19,5
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	37.545,7	34.287,7	9,5
Grandes Empresas	85.082,7	88.274,9	-3,6
Total Carteira de Crédito	**305.259,7**	**272.562,3**	**12,0**
Outras Operações com Riscos de Crédito	81.476,1	75.345,2	8,1
Total Carteira ampliada (bruta)	**386.735,8**	**347.907,5**	**11,2**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.789,1)	(17.462,0)	7,6
Total Carteira de Crédito (líquida)	**367.946,7**	**330.445,5**	**11,3**

[1] Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R$176.520,7 em 31 de dezembro de 2018 (31/12/2017 – R$144.942,4).

Em 31 de dezembro de 2018, os principais destaques foram os segmentos: (a) "Pessoa Física", que apresentou crescimento em ambos os períodos de comparação, sendo 22,6% em comparação a dezembro de 2017, influenciado, principalmente, pelo crescimento do consignado, cartão de crédito e imobiliário, devido à boa aderência dos canais digitais pelos clientes e forte dinâmica comercial da rede; (b) "Financiamento ao Consumo", também com crescimento em ambos períodos, sendo 19,5% em comparação a dezembro de 2017. O desempenho dessa carteira pode ser atribuído em parte pela plataforma +Negócios, focada no segmento de veículos.

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 3,1% do total da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2018, 0,1 p.p. abaixo em relação a 31 de dezembro de 2017 (3,2%). O índice se mantém em patamar controlado, resultado da gestão preventiva de riscos e modelos assertivos do Banco Santander.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,2% da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2018, 6,4% em 31 de dezembro de 2017.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi de R$10.476,4 milhões e R$9.173,5 milhões, respectivamente, apresentando aumento de 14,2%.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R$ Milhões)	dez-18	dez-17	variação dez/18 vs. dez/17 %
Depósitos à vista	18.831,6	17.177,0	9,6
Depósitos de poupança	46.068,3	40.572,4	13,5
Depósitos a prazo	184.098,3	142.480,7	29,2
Debêntures/LCI/LCA/LIG [1] [2]	46.366,1	70.470,5	-34,2
Letras Financeiras/COE	36.889,3	36.918,5	-0,1
Total das Captações	**332.253,7**	**307.619,0**	**8,0**

[1] Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

[2] A redução no total de debêntures em 31 de dezembro de 2018 em comparação a 31 de dezembro de 2017, é decorrente da aquisição facultativa das Debêntures emitidas pela Santander Leasing para sua a tesouraria (processo de recompra) e também do cancelamento de debêntures realizado pela Companhia.

O total de captações de recursos cresceu 8,0%, comparado a dezembro de 2017, com destaque para o crescimento de Depósitos a prazo.

2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 05 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 08 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act,* tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil. Nesta mesma data, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos notes que compõem o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U$2.5 bilhões.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) principal: US$1.250 bilhões (b) Taxa de Juros: 7,25% a.a.; (c) sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente a partir de 08 de maio de 2019.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) principal: US$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,125% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 08 de novembro de 2028; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US$150 mil e em múltiplos integrais de US$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério da Companhia ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander, a partir de tal data, assim como a recompra dos notes emitidos em 29 de janeiro de 2014.

2.6) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 9,6% em comparação a 31 de dezembro de 2017.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R$880,3 milhões e pelo lucro líquido do período no montante de R$12.166 milhões e reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R$4.080 milhões e Dividendos Intercalares no montante de R$2.520 milhões.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 1 de novembro de 2017, programa de recompra de *Units* e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.753.760 *Units*, representativas de 37.753.760 ações ordinárias e 37.753.760 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2018, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Santander possuía 362.227.661 ações ordinárias e 390.032.076 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 6 de novembro de 2018, encerrando-se em 5 de novembro de 2019.

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	dez-18 Quantidade *Units*	dez-17 Quantidade *Units*
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	**1.773**	**25.786**
Cancelamento	-	(32.276)
Aquisições de Ações	15.816	12.768
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.272)	(4.505)
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	**13.317**	**1.773**
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$ 460.550	R$ 148.246
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$ 882	R$ 194
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$ 461.432**	**R$ 148.440**
Custo/Cotação da Ação	**Units**	**Units**
Custo mínimo	R$7,55	R$7,55
Custo Médio Ponderado	R$28,59	R$24,41
Custo Máximo	R$43,84	R$32,29
Cotação da Ação	R$42,70	R$31,88

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve destaque de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Intercalares, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R$ Milhões)	12M18	12M17
Juros sobre o Capital Próprio	4.080,0	3.800,0
Dividendos Intercalares	2.520,0	2.500,0
Total	**6.600,0**	**6.300,0**

2.7) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR para o ano base de 2017 foi de 10,5%, composto de 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 7,25% e o Capital Principal Mínimo para 5,75%.

Para o ano base 2018, a exigência de PR aumentou para 11,0%, incluindo 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,375% de Adicional de Capital Principal, sendo 1,875% da parcela adicional de Conservação e 0,5% da parcela adicional sistêmica. O PR Nível I atinge 8,375% e o Capital Principal Mínimo 6,875%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez-18	dez-17
Índice de Basileia	15,06	15,83

2.8) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito [1]	Participação %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	45.107,1	2.191,0	907,0	39.163,2	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	27.130,7	2.165,3	482,8	0,0	88,50%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7.064,3	5.753,0	325,2	1.836,5	99,99%
Banco Bandepe S.A.	6.335,9	4.193,1	198,6	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.599,1	3.531,0	96,3	1.624,0	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	2.724,0	2.556,7	362,3	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.013,0	595,6	68,2	0,0	100,00%

[1] inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.1) Plano de Benefício Pós Emprego

Em 30 junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos.

3.2) Avaliação do Valor Recuperável

No primeiro semestre de 2018, o Banco Santander reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no montante de R$341 milhões, sobre ativos intangíveis na modalidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas. A perda foi registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos.

3.3) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de junho de 2018, a Administração do Banco Santander reavaliou sua estratégia sobre o investimento na sociedade Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, e decidiu pela transferência da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda para participações em coligadas e controladas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante desta rubrica era de R$0 (31/12/2017 - R$131).

3.4) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

3.5) Adesão aos Programas de Parcelamento de Débitos Tributários

Em outubro de 2017, o Banco aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R$293 milhões. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R$435 milhões. Na Demonstração dos Resultados de 2017, foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R$96 milhões.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R$534 milhões, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R$192 milhões com pagamento realizado em agosto de 2017 e R$300 milhões em janeiro de 2018. Com a conversão da medida provisória em lei, e suas alterações, o valor passou a ser de R$492 milhões, líquido dos efeitos tributários.

3.6) Serviços de Formador de Mercado

Em 28 de dezembro de 2017, o Banco Santander comunicou a contratação da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para prestação dos serviços de formador de mercado dos certificados de depósitos de ações (Units) de emissão do Banco Santander, negociados sob o código SANB11, no âmbito da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3 S.A.) (atual denominação social da BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), em substituição à Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. O novo Formador de Mercado iniciou suas atividades em 2 de janeiro de 2018.

3.7) Oferta pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 *Units* para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R$25,00, resultando em um montante total de R$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de *Units*, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

3.8) Reestruturações Societárias

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Aquisição de Participação Residual na Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se compromete a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R$1.431 milhões. Esta aquisição está sujeita à aprovação do Bacen e, após concluída, o Banco Santander deterá 100% da Getnet S.A.

b) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

No dia 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade, com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade atuará no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Em 26 de novembro de 2018, a Esfera Fidelidade teve seu capital aumentado em R$10.000, passando o capital social para o valor de R$10.001, dividido em 10.001.000 (dez milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

c) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social, no valor de R$24 milhões, mediante com emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors.

d) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

No dia 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios, com participação totalmente detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. Em AGE de 1 de agosto de 2018, a BEN Benefícios teve seu capital aumentado em R$45.000, passando o capital social para o valor de R$45.001, dividido em 45.001.000 (quarenta e cinco milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. O Banco estima que o início das operações da Companhia deve ocorrer no primeiro trimestre de 2019.

e) Aquisição da Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

O Banco Santander adquiriu, em 19 e 28 de fevereiro de 2018, respectivamente, a totalidade das ações do capital social da Isban Brasil, detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., e da Produban Serviços de Informática, detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L., pelos valores de R$61.078 e R$42.731, respectivamente. As partes envolvidas na transação possuíam o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum e foram realizadas em condições de mercado. Em 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R$33 milhões, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Serviços de Informática incorporou a Isban Brasil, e na mesma data, a Produban Serviços de Informática teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. Ainda, em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (atualmente denominada Santander Global Technology, S.L.) aprovou a incorporação da parcela cindida da Produban Serviços de Informática pela Produban Brasil Tecnologia e Serviços de Informática Ltda. (atualmente denominada Santander Global Technology Brasil Ltda.).

f) Venda de Participação na BW Guirapá I S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind para a Ferbasa. O preço base da totalidade de venda é de R$414.000, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R$35.000 se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. O investimento foi baixado e, consequentemente, os ativos e passivos da BW Guirapa I e controladas deixaram de ser consolidados a partir de 1 de janeiro de 2018. Em 2 de abril de 2018, a venda foi concluída (Notas 15 e 33).

g) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo Bacen em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da Susep. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A., com capital social inicial de R$15 milhões. Em 9 de janeiro de 2019, a Susep concedeu para a Santander Auto a autorização para operar seguros de danos em território nacional.

h) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito, cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R$285.205, de forma que o capital social passou de R$65.823 para R$351.028. A Companhia desenvolverá banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

i) Constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. O Banco Hyundai será detido 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital. Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A., bem como o aumento de capital social de R$99.995, passando ao valor de R$100.000, dividido em 100.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai foi constituído como instituição financeira está sujeita à emissão da respectiva autorização para funcionamento pelo Bacen. A Aymoré CFI detém o controle operacional desta sociedade.

Em 4 de janeiro de 2019, o Bacen enviou ofício comunicando ter constatado a compatibilidade entre a estrutura organizacional do Banco Hyundai e a prevista no plano de negócios protocolado no regulador. A obtenção da autorização para funcionamento da sociedade está sujeita ao cumprimento dos requisitos finais previstos na regulamentação, conforme instruído no ofício. A expectativa é que o Banco Hyundai esteja apto a operar no primeiro semestre de 2019.

j) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019. O Banco Santander estima ter a companhia totalmente operacional até o final do primeiro trimestre de 2019.

k) Outros Eventos Societários

Foram realizados os seguintes atos societários:

- Em AGE de 23 de março de 2018, a sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros teve seu nome alterado para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A., e seu capital social aumentado em R$150 milhões passando o capital social para o valor de R$270 milhões, dividido em 265.419.392 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Santander Brasil.
- Em 30 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações. Em 17 de novembro de 2017, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da participação detida pela Santusa Holding, S.L. (equivalente a 39,35%) no capital social da Santander Serviços. Assim, o Banco Santander passou a ser, diretamente, detentor de 99,99% das ações da Santander Serviços. Foi registrado o valor de R$299 milhões referente ao ágio no Patrimônio Líquido.
- Em 26 de outubro de 2017, após o Bacen emitir ofício se manifestando favoravelmente a operação, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações da Webcasas S.A. detidas pela Santander Serviços. Em 1° de novembro de 2017, a Webcasas S.A. passou a denominar-se Santander Holding Imobiliária S.A. e teve seu objeto social alterado para compreender atividades voltadas a negócios imobiliários.
- Em 29 de setembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações. Em 31 de agosto de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

4) Estratégia

O Banco Santander Brasil é o único banco internacional, com escala, no País. O Banco está convicto de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. Sua atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Com isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um Banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal.
- Melhorar a rentabilidade, recorrência e sustentabilidade, crescendo nos negócios, com maior diversificação de receitas, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso de despesas.
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.
- Ganhar participação de mercado de forma rentável por meio do portfólio robusto, otimizar o ecossistema e lançar novos negócios, melhorando continuamente a experiência dos nossos clientes.

O Banco Santander encerrou 2018 sendo mais um ano de sólida geração de resultados o que possibilitou o Banco atingir o maior patamar de rentabilidade. Esse notável desempenho pode ser atribuído ao crescimento da base de clientes, por meio da melhoria na experiência e satisfação, maior eficiência operacional e elevado nível de engajamento dos colaboradores, proporcionando a sustentabilidade do negócio. Acredita-se que a partir do modelo claramente definido o Banco Santander tem espaço para seguir capturando oportunidades no mercado. Destaca-se:

Pessoas

As pessoas são a marca do Banco Santander. Ao longo desse ano foram alcançados importantes marcos que refletem o comprometimento em engajar os funcionários e fortalecer a cultura interna:

Continua...

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão horizontal: em 2018, o Café com Rial obteve adesão de cerca de 40% da base de colaboradores por evento (via *app* Santander *Now* e intranet), com periodicidade mensal.

Academia Santander: incentiva o protagonismo individual na formação técnica sendo que 67% dos colaboradores totais são multiplicadores internos.

Santander Star: programa de reconhecimento não financeiro que elege os funcionários destaque dentre cinco categorias – Resultado, Inovação, Colaboração, Atendimento e *Risk Pro.*

3º ano consecutivo entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil pela pesquisa GPTW, +14 posições YoY.

Vinculação dos clientes

Em 2018, o Banco Santander foi pioneiro no setor financeiro brasileiro em divulgar o NPS (Net Promoter Score) que atingiu 57 pontos nesse trimestre, alta de 14 pontos YoY.

Como resultado das ações, o Banco Santander continua expandindo a base de clientes na qual destacam-se os correntistas ativos que crescem há 43 meses consecutivos.

Varejo

Cartões: o 4T18 foi encerrado com forte crescimento de 20,4% YoY no faturamento total. No trimestre, foram promovidas campanhas de incentivo ao uso do cartão, como a Promoção Bateu Ganhou e Ping Pong de Prêmios. Em 2018, a oferta agregada foi fortalecida: Santander Way se mantém como uma das melhores avaliações do mercado de aplicativos (4,8 estrelas na Apple *Store* e 4,6 estrelas no Google Play), o Santander *Pass* foi lançado com tecnologia NFC, para pagamentos por aproximação e o Supercrédito para a contratação de crédito pessoal pelos clientes não correntistas. Além disso, os cartões podem ser contratados digitalmente ou nas agências. Todas essas ações colaboraram para o incremento na participação de mercado em carteira de crédito que atingiu 13,1% (Fonte Banco Central, data-base novembro/18), +1,1p.p. YoY.

Consignado: continua-se registrando ganhos na participação de mercado em carteira de crédito que atingiu 9,9% (Fonte Banco Central, data-base novembro/18), +1,8 p.p. YoY. Destaca-se a produção nos canais digitais que, nesse trimestre, expandiu 10% QoQ o número de contratos realizados.

Imobiliário: ao longo do ano a exposição comercial desse produto nas mídias foi intensificada. Ao mesmo tempo, o banco Santander melhorou a experiência por meio de um canal totalmente digital que possibilita o cliente fechar o negócio. Além disso, a industrialização de processos internos já mostra resultados trazendo maior eficiência e agilidade. Como resultado, a originação no varejo aumentou 2,1x YoY (Fonte Banco Central, acumulado entre janeiro e novembro de 2018).

Agro

Alinhado com o processo de interiorização e objetivo de ser o melhor Banco de agronegócio, do país, o Banco Santander inaugurou nesse trimestre mais 4 lojas vocacionadas totalizando 21 espaços. Em paralelo, aprimorou o atendimento com gerentes exclusivos e aumentou a eficiência, reduzindo o lead time (tempo de contratação do crédito rural) em 46%, ao longo de 2018. Além disso, melhorou-se o posicionamento em LCA cuja participação de mercado atingiu 7,8% (Fonte Banco Central, data-base novembro/18), +2,4p.p. YoY.

Getnet

O modelo de negócios especializados, integrado com o Banco, qualidade no atendimento e inovações têm se mostrado como maiores diferenciais. Nesse ano, foi desenvolvida uma plataforma digital especializada para o comércio eletrônico com o conceito "*one stop shop*". O POS digital foi lançado, o que auxilia os clientes na gestão do próprio negócio. No âmbito da SuperGet, foi disponibilizada a opção de boleto bancário para pagamento no momento da aquisição e intensificada a presença em feiras livres para suportar a comercialização do produto para o público de autônomos e empreendedores. Todos esses fatores corroboraram para a expansão de 32% no faturamento total em 2018. A participação de mercado atingiu 14,4% (Fonte ABECS - Credenciadoras, data-base setembro de 2018), +2,9 p.p. YoY.

PMEs

A estratégia de ofertas setorizadas, com atendimento personalizado, em conjunto com o Programa Avançar, posiciona o Banco Santander para seguir expandindo consistentemente a base de clientes e vinculação. Por essas razões, atingiu o patamar de mais de 1 milhão de clientes enquanto a participação de mercado em carteira de crédito cresceu 0,4 p.p. em doze meses atingindo 11,4% (Fonte Banco Central, data-base setembro/18).

Fortalecimento dos negócios líderes

Santander Financiamentos: líderes nesse segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central, data-base novembro de 2018. Participação de mercado total de veículos, PF e PJ), +0,6 p.p. em doze meses. A plataforma digital +Negócios, o bom desempenho das parcerias e o atendimento comercial são os principais vetores que explicam essa evolução. Para consolidar o relacionamento com os clientes, o Banco realiza iniciativas como a criação do programa +Fidelidade, modelo de incentivo para o lojista baseado no nível de vinculação, e o aperfeiçoamento da jornada no pós-venda para os clientes finais. Nesse trimestre, foi iniciada a integração da mesma experiência digital da Financeira para o Varejo, buscando melhorar a eficiência na contratação dos correntistas.

Webmotors: a ferramenta *Cockpit* segue com evolução de resultados, como aumento de 25% no volume de contatos feitos pelos vendedores aliado à redução de 15% no tempo desse contato com o cliente final. Com isso, notou-se crescimento de 30% no número de lojas com alto nível de engajamento com o Banco.

Santander Corporate & Investment Banking (SCIB)

O Banco Santander segue reconhecido como líder:

Em assessoria financeira de financiamento e leilão de concessão e em estruturação de financiamento pela Anbima assessoria financeira nas Américas e líder LATAM em *Project Finance (MLA*) pela Dealogic (Dealogic data-base 2018 e Assessoria Financeira – líder desde 2008, ANBIMA 2017).

No mercado de câmbio de acordo com o Banco Central do Brasil (acumulado entre janeiro a novembro de 2018).

Santander Corretora foi eleita (Considera o desempenho de janeiro a dezembro de 2018) em 1º lugar em recomendação de ações em 2018 pelo Valor Econômico.

Inovações

Santander *On*: nova funcionalidade disponível no aplicativo que tem o objetivo de ser transparente com os clientes e atuar na educação financeira. O Santander *On,* de forma gratuita, mostra a melhor maneira de utilizar as linhas de crédito, detalha os compromissos financeiros com o banco, informa a regularidade do CPF, no mercado, facilita a atualização de renda e a gestão dos limites de crédito.

***Black Week* Santander:** Em novembro foi realizada a segunda edição da campanha com mais de 45 tipos de produtos e serviços ofertados para os segmentos de PF e PJ. A campanha está aderente ao reposicionamento da marca e trouxe resultados notórios. Foi apresentado crescimento das vendas em todos os canais, principalmente nos produtos de crédito imobiliário e capitais de giro, que expandiram, em média, mais de 200% relação ao mesmo período do mês anterior. Dentre as vendas nos canais digitais, o crédito consignado apresentou um desempenho destacado.

***Work* Café:** foi inaugurado o *Work* Café, que difere das agências tradicionais, por integrar o conceito de uma agência digital e arquitetura moderna. Esse espaço proporciona uma experiência inovadora de interação com os serviços bancários dispondo de Wi-Fi gratuito, cafeteria e *coworking*, ATM reciclador dentre outros. O objetivo é estreitar o relacionamento com os clientes e *prospects* dos segmentos pessoa física, média e alta renda, assim como PMEs.

Novos negócios

Ben Benefícios e Serviços: atuará no setor de benefícios, iniciando com os cartões de alimentação e refeição, contribuindo para a otimização do nosso ecossistema. A proposta é inovar no setor e oferecer melhor experiência para o cliente final., além de realizar parcerias com o departamento de RH das empresas e estabelecimentos comerciais. A Ben utilizará a marca Visa Vale que é reconhecida neste setor e suportará o crescimento. Além disso, vemos potencial de sinergias com os segmentos de atacado, PMEs, pessoa física e também Getnet.

Pi: foi iniciado o piloto da plataforma digital de investimentos para clientes que buscam mais autonomia e praticidade na contratação. A Pi tem acesso à produtos de diversas instituições e complementa a oferta de investimentos alcançando correntistas e não correntistas.

Sustentabilidade

Dentre os resultados relacionados à Sustentabilidade, destaca-se a liderança no microcrédito, por meio do programa Prospera, cuja carteira de crédito cresceu 51% YoY ao final de dezembro 2018 atingindo R$ 642 milhões. Em Universidades, o Banco Santander reforça a responsabilidade social por meio do evento Preparadão Universia que reuniu mais de 7 mil alunos. No Brasil, já concedemos mais de 14 mil bolsas de estudo desde 2015. No âmbito de financiamentos socioambientais, fomos o primeiro Banco a lançar uma linha de financiamento exclusiva para bicicletas elétricas, o CDC Mobilidade, que pode financiar até 100% do valor do bem, com prazo máximo de 48 meses, para clientes pessoas físicas.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências Standard & Poor's e Moody's:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's[1] (perspectiva)	BB- (estável)	B	BB- (estável)	B	brAAA (estável)	brA-1+
Moody's[2] (perspectiva)	Ba1 (estável)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

(1) Última atualização em 29 de novembro de 2018.

(2) Última atualização em 20 de agosto de 2018.

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 29 de janeiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Em 28 de dezembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de dividendos, no montante bruto de R$1.920 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 28 de dezembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$2.880 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 20 de dezembro de 2018, aprovar a (i) eleição da Sra. Patrícia Souto Audi para o cargo de Diretora sem designação específica, para mandato complementar; e (ii) condução do Sr. Alberto Monteiro de Queiroz Netto ao cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia.

Em 30 de novembro de 2018, aprovar a exoneração do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 01 de novembro de 2018, aprovar o novo programa de recompra de certificados de depósito de ações ("*Units*") ou de *American Depositary Receipts* ("ADRs") de emissão do Banco Santander ("Programa de Recompra"), nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

Em 30 de outubro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.

Em 28 de setembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$600 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 28 de agosto de 2018, aprovar a nomeação da Sra. Monique Silvano Arantes Bernardes para a função de Ouvidora da Companhia, para mandato de 1 (um) ano.

Em 24 de julho de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

Em 24 de julho de 2018, aprovar a eleição do Sr. Fernando Carvalho Botelho de Miranda ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato complementar.

Em 03 de julho de 2018, aprovar a eleição do Sr. Ramon Sanchez Santiago ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato complementar.

Em 26 de junho de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de dividendos, no montante bruto de R$600 milhões, para pagamento a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 29 de maio de 2018, aprovar a nomeação do Sr. Valdemir Moreira de Lima para a função de Ouvidor da Companhia para mandato de 1 (um) ano, com efeito a partir de 09 de maio de 2018.

Em 14 de junho de 2018, aprovar a eleição do Sr. Alberto Monteiro de Queiroz Netto ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato complementar.

Em 10 de maio de 2018, aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia, para mandato de 1 ano, a saber: Sra. Deborah Stern Vieitas, na qualidade de Coordenadora; Sr. Luiz Carlos Nannini, na qualidade de membro técnico qualificado; Sra. Maria Elena Cardoso Figueira e Sr. Júlio Sergio de Souza Cardozo, na qualidade de membros.

Em 24 de abril de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Em 18 de abril de 2018, aprovar a exoneração do Sr. Cassius Schymura do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 10 de abril de 2018, aprovar (i) a nomeação da Sra. Deborah Stern Vieitas para a função de Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia, para mandato complementar, em substituição ao Sr. José Luciano Duarte Penido; (ii) a destituição da Sra. Deborah Stern Vieitas da função de Coordenadora do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia; e (iii) a nomeação do Sr. Bernardo Parnes para a função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato válido até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Em 27 de março de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$600 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 16 de março de 2018, aprovar a renúncia apresentada pelo Sr. Felipe Pires Guerra de Carvalho ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 5 de março de 2018, aprovar a renúncia apresentada pelo Sr. Marcelo Zerbinatti ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 26 de fevereiro de 2018, aprovar a exoneração da Sra. Maria Eugênia Andrade Lopez Santos, ocorrida em 9 de fevereiro de 2018, ao cargo de Diretora Executiva da Companhia.

Em 26 de fevereiro de 2018, (i) conhecer a renúncia apresentada pelo Diretor Vice-Presidente Executivo Sr. Alexandre Silva D´Ambrosio; e (ii) aprovar a eleição do Sr. Alessandro Tomao, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia, para mandato complementar.

Em 15 de fevereiro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em 1 de fevereiro de 2018, aprovar a (i) eleição, para mandato complementar, dos Sr. Carlos Aguiar Neto, Sra. Claudenice Lopes Duarte, Sra. Germanuela de Almeida de Abreu, Sr. Gustavo Alejo Viviani, Sr. José Teixeira de Vasconcelos Neto e Sr. Rodrigo Cury, na qualidade de Diretores sem Designação Específica; e (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande, como membro do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato complementar.

Em 29 de janeiro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 3 de janeiro de 2018, aprovar a exoneração do Sr. Conrado Engel do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da Companhia.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (*RAS – Risk Appetite Statement*), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretor para gerenciamento de riscos e diretor de capital. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à nova resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 36 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2018.

No exercício de 2018, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para o ano, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados sobre o resultado dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna desse período, conforme seu plano anual.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander o melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os funcionários trabalharem.

Os funcionários são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com funcionários engajados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios com o Banco Santander e com a marca Santander.

A atuação diária do Banco com clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa composta por 48.012 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca funcionários que se identifiquem com a cultura corporativa de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a cultura, os funcionários do Banco Santander agem em seu dia a dia alinhados a ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso eficiente e estratégico do Capital Natural, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão de futuro do Banco, por meio desses pilares é apoiar a sociedade brasileira na sua transformação para o Brasil do Século XXI, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Alguns dos prêmios e reconhecimentos em sustentabilidade, que demonstram a consistência das práticas ambientais, sociais e de governança, recebidos em 2018 são: inclusão do Santander Brasil como constituinte da série de índices FTSE4Good; Inclusão do Santander Brasil no *Vigeo Eiris Best Emerging Markets Performers Ranking*; com o case do Prospera Santander Microcrédito o Banco foi reconhecido pela ONU durante o evento *Sustainable Development Goals in Brazil – The Role of the Private Sector*; o Grupo Santander foi reconhecido como um dos três melhores bancos do mundo e o primeiro na Europa pelo DJSI (*Dow Jones Sustainability Index*).

Entre os destaques do ano, está o lançamento do CDC Solar, que tem como finalidade financiar sistemas para geração de energia solar fotovoltaica com juros atrativos, longo prazo, entre outras condições especiais, possibilitando o financiamento de até 100% do valor. Por meio do Agronegócio Responsável foram capacitados 224 clientes durante eventos relacionados a Sustentabilidade. Já em *Project Finance* assessoria financeira o Banco realizou R$127 milhões em investimentos em 2018, relacionados a energias renováveis. Em relação às grandes operações, em 2018 o Santander participou em emissões de Green Bonds no valor de R$621 milhões para projetos de infraestrutura para sistemas de transmissão de energia.

O Prospera Santander Microcrédito originou mais de R$1 bilhão de produção (49% a mais que em 2017), com mais de 250 mil clientes ativos, capacitando também mais de 2.000 microempreendedores.

Por meio do Santander Universidades foram concedidas mais de 4.500 bolsas de estudos com investimento de R$29 milhões até 31 de dezembro de 2018. O Santander é considerado como a companhia que mais investe em educação no mundo. Contribuímos para a promoção dos direitos de crianças, adolescentes e idosos por meio de dois programas. O Programa Amigo de Valor, permite que o Banco Santander, bem como os funcionários e clientes, direcione parte do imposto de renda devido diretamente para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2018, esse programa arrecadou fundos totalizando mais de R$13 milhões, que foram direcionados para 67 projetos no Brasil.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 29/01/2019).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 31/12/2018	Banco 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Ativo Circulante		**495.071.546**	**378.400.031**	**523.287.889**	**411.052.577**
Disponibilidades	4	**11.358.459**	**11.148.561**	**11.629.112**	**11.234.369**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	**86.464.685**	**71.055.301**	**56.375.289**	**46.240.236**
Aplicações no Mercado Aberto		45.325.687	34.414.303	44.825.827	34.484.321
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		33.270.931	27.226.866	3.680.810	2.341.195
Aplicações em Moedas Estrangeiras		7.868.067	9.414.132	7.868.652	9.414.720
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**77.244.185**	**59.009.344**	**90.103.130**	**74.425.223**
Carteira Própria		36.212.955	21.749.034	41.916.648	29.592.305
Vinculados a Compromissos de Recompra		36.382.807	28.459.543	32.252.210	21.716.051
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.109.455	6.059.567	12.206.228	16.213.994
Vinculados ao Banco Central		5.071	8.803	103.604	71.234
Moedas de Privatização		667	727	667	727
Vinculados à Prestação de Garantias		533.230	2.731.670	3.623.773	6.830.912
Relações Interfinanceiras	7	**79.563.879**	**69.209.753**	**92.161.239**	**82.230.408**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		9.902.862	6.577.308	22.036.377	19.200.600
Créditos Vinculados:		69.625.970	62.386.433	70.103.002	62.783.796
Depósitos no Banco Central		69.625.795	62.384.107	70.102.827	62.781.470
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		175	2.326	175	2.326
Repasses Interfinanceiros		13.187	227.630	-	227.630
Correspondentes		21.860	18.382	21.860	18.382
Operações de Crédito	8	**74.689.851**	**70.472.211**	**100.432.401**	**94.049.534**
Setor Público		162	11.926	162	11.926
Setor Privado		78.890.129	73.988.046	105.386.559	98.139.434
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-	17.912	56.964
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(4.200.440)	(3.527.761)	(4.972.232)	(4.158.790)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	**-**	**-**	**1.215.740**	**1.324.768**
Setor Privado		-	-	1.239.421	1.344.466
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	-	(23.681)	(19.698)
Outros Créditos		**164.105.338**	**96.370.493**	**169.226.857**	**99.869.384**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		57.723	39.186	57.723	39.186
Carteira de Câmbio	9	105.683.300	53.370.513	105.683.300	53.370.513
Rendas a Receber		2.112.919	2.238.371	1.927.635	1.731.330
Negociação e Intermediação de Valores	10	1.628.363	985.646	1.910.791	1.215.473
Créditos Tributários	11	7.502.420	3.340.220	8.372.900	3.815.576
Diversos	12	47.846.548	36.821.967	52.068.793	40.171.446
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(725.935)	(425.410)	(794.285)	(474.140)
Outros Valores e Bens		**1.645.149**	**1.134.368**	**2.144.121**	**1.678.655**
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	13	-	130.713	-	130.713
Outros Valores e Bens		1.235.921	906.375	1.601.986	1.374.193
(Provisões para Desvalorizações)		(161.942)	(276.575)	(217.497)	(350.829)
Despesas Antecipadas		571.170	373.855	759.632	524.578
Ativo Realizável a Longo Prazo		**253.043.465**	**278.811.570**	**271.376.071**	**261.508.030**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	**28.031.980**	**21.840.772**	**436.942**	**520.440**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		28.031.980	21.840.772	436.942	520.440
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**98.229.938**	**125.931.316**	**104.361.551**	**97.304.451**
Carteira Própria		22.599.399	32.371.256	26.253.702	29.610.935
Vinculados a Compromissos de Recompra		53.815.465	76.572.322	53.601.206	49.322.185
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.782.175	5.244.306	5.820.767	5.329.774
Vinculados ao Banco Central		1.444.136	2.223.899	1.444.136	2.296.355
Moedas de Privatização		779	1.278	779	1.278
Vinculados à Prestação de Garantias		12.511.388	4.426.641	15.164.365	5.652.310
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		2.076.596	5.091.614	2.076.596	5.091.614
Relações Interfinanceiras	7	**281.332**	**273.430**	**281.332**	**273.430**
Créditos Vinculados:		281.332	273.430	281.332	273.430
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		281.332	273.430	281.332	273.430
Operações de Crédito	8	**94.654.519**	**86.203.176**	**127.327.245**	**111.247.107**
Setor Público		583.968	46.974	583.968	46.974
Setor Privado		105.266.028	97.425.089	138.961.203	123.159.231
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	166.982	4.880	248.955
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(11.195.477)	(11.435.869)	(12.222.806)	(12.208.053)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	**-**	**-**	**1.287.060**	**1.200.133**
Setor Público		-	-	156	-
Setor Privado		-	1	1.333.502	1.252.872
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	(1)	(46.598)	(52.739)
Outros Créditos		**31.426.963**	**44.068.296**	**37.146.216**	**50.334.627**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		486.323	315.956	486.323	315.956
Carteira de Câmbio	9	1.690.088	6.748.712	1.690.088	6.748.712
Rendas a Receber		146.813	223.648	146.813	223.648
Créditos Tributários	11	16.945.139	19.552.697	19.291.180	22.344.067
Diversos	12	12.770.902	17.705.459	16.261.333	21.250.798
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(612.302)	(478.176)	(729.521)	(548.554)
Outros Valores e Bens		**418.733**	**494.580**	**535.725**	**627.842**
Investimentos Temporários		1.622	1.765	1.631	1.773
(Provisões para Perdas)		(1.622)	(1.765)	(1.631)	(1.773)
Despesas Antecipadas		418.733	494.580	535.725	627.842
Permanente		**30.896.503**	**27.402.426**	**11.155.329**	**11.171.605**
Investimentos		**21.491.544**	**17.983.953**	**469.385**	**370.946**
Participações em Coligadas e Controladas:	15	21.470.777	17.963.316	448.548	350.053
No País		17.939.824	14.929.728	448.548	350.053
No Exterior		3.530.953	3.033.588	-	-
Outros Investimentos		45.064	46.556	50.717	52.325
(Provisões para Perdas)		(24.297)	(25.919)	(29.880)	(31.432)
Imobilizado de Uso	16	**5.825.407**	**5.804.626**	**6.498.492**	**6.395.684**
Imóveis de Uso		2.470.204	2.496.780	2.670.804	2.597.407
Outras Imobilizações de Uso		12.491.165	11.642.294	13.816.379	12.801.568
(Depreciações Acumuladas)		(9.135.962)	(8.334.448)	(9.988.691)	(9.003.291)
Intangível	17	**3.579.552**	**3.613.847**	**4.187.452**	**4.404.975**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.419.016	26.419.016	27.758.074	27.758.074
Outros Ativos Intangíveis		9.633.082	8.964.796	10.264.830	9.508.395
(Amortizações Acumuladas)		(32.472.546)	(31.769.965)	(33.835.452)	(32.861.494)
Total do Ativo		**779.011.514**	**684.614.027**	**805.819.289**	**683.732.212**

	Notas Explicativas	Banco 31/12/2018	Banco 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Passivo Circulante		**525.480.510**	**459.722.481**	**543.486.150**	**451.559.710**
Depósitos	18.a	**199.067.946**	**166.797.454**	**193.424.668**	**144.589.321**
Depósitos à Vista		20.531.035	17.133.923	18.831.579	17.176.981
Depósitos de Poupança		46.068.346	40.572.369	46.068.346	40.572.369
Depósitos Interfinanceiros		6.208.067	24.698.773	2.693.812	2.811.654
Depósitos à Prazo		126.260.498	84.392.389	125.822.325	84.018.316
Outros Depósitos		-	-	8.606	10.001
Captações no Mercado Aberto	18.b	**105.464.821**	**110.346.900**	**100.334.226**	**97.601.475**
Carteira Própria		89.125.774	103.622.592	84.995.177	96.878.750
Carteira de Terceiros		15.200.913	6.259.682	14.200.914	258.099
Carteira de Livre Movimentação		1.138.134	464.626	1.138.135	464.626
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	**38.392.230**	**50.482.288**	**40.623.092**	**52.115.435**
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	563.848	639.835
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		33.309.287	48.167.503	34.976.301	49.160.815
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		3.594.692	1.272.494	3.594.692	1.272.494
Certificados de Operações Estruturadas		1.488.251	1.042.291	1.488.251	1.042.291
Relações Interfinanceiras	7	**50.347**	**60.378**	**284.373**	**264.390**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	-	234.026	191.727
Repasses Interfinanceiros		-	-	-	12.285
Correspondentes		50.347	60.378	50.347	60.378
Relações Interdependências		**3.465.767**	**4.274.512**	**3.465.767**	**4.274.512**
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.390.759	4.273.771	3.390.759	4.273.771
Transferências Internas de Recursos		75.008	741	75.008	741
Obrigações por Empréstimos	18.e	**31.997.566**	**33.061.035**	**30.317.989**	**32.027.306**
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	-	51.048	77.087
Empréstimos no Exterior		31.997.566	33.061.035	30.266.941	31.950.219
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	**4.242.194**	**6.224.384**	**4.242.194**	**6.224.384**
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		1.880.962	3.479.329	1.880.962	3.479.329
Caixa Econômica Federal (CEF)		52.523	3.632	52.523	3.632
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		1.964.224	2.505.707	1.964.224	2.505.707
Outras Instituições		344.485	235.716	344.485	235.716
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**3.161.676**	**5.797.638**	**11.233.680**	**15.943.399**
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.161.676	5.797.638	11.233.680	15.943.399
Outras Obrigações		**139.637.963**	**82.677.892**	**159.560.161**	**98.519.488**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		113.263	139.321	139.628	168.067
Carteira de Câmbio	9	98.835.635	48.664.949	98.835.635	48.664.949
Sociais e Estatutárias		4.885.255	4.951.781	5.023.519	5.019.442
Fiscais e Previdenciárias	19	1.370.300	1.555.596	2.353.531	2.585.381
Negociação e Intermediação de Valores	10	833.498	83.848	1.720.297	607.274
Dívidas Subordinadas	20	9.885.608	519.230	9.885.608	519.230
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	-	114.104	-	114.104
Diversas	22	13.714.404	26.649.063	41.601.943	40.841.041
Passivo Exigível a Longo Prazo		**188.036.778**	**165.044.386**	**194.692.422**	**170.264.470**
Depósitos	18.a	**60.018.496**	**63.170.609**	**58.647.576**	**58.942.822**
Depósitos Interfinanceiros		371.457	3.014.560	371.594	480.468
Depósitos à Prazo		59.647.039	60.156.049	58.275.982	58.462.354
Captações no Mercado Aberto	18.b	**31.485.359**	**32.360.542**	**31.485.358**	**32.360.542**
Carteira Própria		183.048	294.454	183.048	294.454
Carteira de Livre Movimentação		31.302.311	32.066.088	31.302.310	32.066.088
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	**38.879.874**	**21.754.723**	**41.490.139**	**24.541.042**
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	755.047	537.344
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		36.799.955	20.086.361	38.655.173	22.335.336
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		921.955	720.387	921.955	720.387
Certificados de Operações Estruturadas		1.157.964	947.975	1.157.964	947.975
Obrigações por Empréstimos	18.e	**2.308.035**	**1.381.924**	**2.353.557**	**1.443.306**
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	476.876	45.522	538.258
Empréstimos no Exterior		2.308.035	905.048	2.308.035	905.048
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	**9.025.052**	**10.411.313**	**9.025.052**	**10.411.313**
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		5.527.075	5.981.081	5.527.075	5.981.081
Caixa Econômica Federal (CEF)		77.152	86.621	77.152	86.621
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		3.419.497	4.339.195	3.419.497	4.339.195
Outras Instituições		1.328	4.416	1.328	4.416
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**7.522.291**	**4.610.657**	**7.666.723**	**4.737.485**
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.522.291	4.610.657	7.666.723	4.737.485
Outras Obrigações		**38.797.671**	**31.354.618**	**44.024.017**	**37.827.960**
Carteira de Câmbio	9	1.509.828	6.652.981	1.509.828	6.652.981
Fiscais e Previdenciárias	19	2.792.194	1.848.736	3.290.899	2.284.919
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	9.782.372	8.325.451	9.782.372	8.325.451
Diversas	22	25.239.827	14.527.450	30.000.053	20.564.609
Resultados de Exercícios Futuros		**264.977**	**353.214**	**337.045**	**511.386**
Resultados de Exercícios Futuros		264.977	353.214	337.045	511.386
Patrimônio Líquido	24	**65.229.249**	**59.493.946**	**65.233.743**	**59.499.954**
Capital Social:		57.000.000	57.000.000	57.000.000	57.000.000
De Domiciliados no País		4.808.186	4.808.186	4.808.186	4.808.186
De Domiciliados no Exterior		52.191.814	52.191.814	52.191.814	52.191.814
Reservas de Capital		140.707	172.398	142.414	174.616
Reservas de Lucros		9.620.554	4.054.160	9.623.341	4.057.950
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.070.580)	(1.584.172)	(1.070.580)	(1.584.172)
(-) Ações em Tesouraria		(461.432)	(148.440)	(461.432)	(148.440)
Participação dos Acionistas Minoritários	24.f	**-**	**-**	**2.069.929**	**1.896.692**
Total do Patrimônio Líquido		**65.229.249**	**59.493.946**	**67.303.672**	**61.396.646**
Total do Passivo		**779.011.514**	**684.614.027**	**805.819.289**	**683.732.212**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/07 a 31/12/2018	Banco 01/01 a 31/12/2018	Banco 01/01 a 31/12/2017	Consolidado 01/07 a 31/12/2018	Consolidado 01/01 a 31/12/2018	Consolidado 01/01 a 31/12/2017
Receitas da Intermediação Financeira		**32.758.763**	**68.777.587**	**73.926.572**	**37.776.043**	**77.380.980**	**76.310.782**
Operações de Crédito		18.668.914	40.573.166	36.958.966	25.318.653	53.490.044	47.222.446
Operações de Arrendamento Mercantil		(6)	(6)	-	160.046	335.387	398.976
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	13.157.731	28.174.288	27.483.677	11.358.486	23.782.179	19.098.663
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.161.839)	(4.897.778)	1.665.959	(1.173.762)	(5.183.851)	1.741.704
Resultado de Operações com Câmbio		130.568	1.151.059	2.279.894	140.523	1.157.240	2.268.573
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(6.771)	-	-	(9.762)	-	11.299
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.970.166	3.776.858	5.538.076	1.981.859	3.799.981	5.569.121
Despesas da Intermediação Financeira		**(20.579.792)**	**(49.875.167)**	**(52.386.868)**	**(22.106.467)**	**(52.346.358)**	**(49.363.680)**
Operações de Captação no Mercado	18.d	(15.446.633)	(31.631.039)	(39.994.951)	(15.107.764)	(30.605.993)	(34.944.603)
Operações de Empréstimos e Repasses		2.105	(7.496.703)	(2.256.706)	(766.030)	(8.873.738)	(2.640.276)
Operações de Arrendamento Mercantil		6	-	(68)	-	-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(3.546)	(141.814)	-	(38.771)	(182.265)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.131.724)	(10.605.611)	(10.135.143)	(6.193.902)	(12.684.362)	(11.778.801)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**12.178.971**	**18.902.420**	**21.539.704**	**15.669.576**	**25.034.622**	**26.947.102**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(3.838.607)**	**(6.456.849)**	**(10.070.891)**	**(5.866.600)**	**(10.329.546)**	**(13.559.096)**
Receitas de Prestação de Serviços	27	4.881.669	9.476.742	8.781.721	6.425.884	12.470.660	11.382.843
Rendas de Tarifas Bancárias	27	2.048.954	4.045.268	3.479.607	2.433.954	4.798.003	4.227.916
Despesas de Pessoal	28	(3.594.324)	(6.960.989)	(6.989.522)	(4.005.988)	(7.700.745)	(7.631.464)
Outras Despesas Administrativas	29	(5.141.148)	(9.627.874)	(10.153.832)	(5.929.048)	(11.145.393)	(11.724.618)
Despesas Tributárias	30	(1.738.833)	(2.778.602)	(2.774.709)	(2.265.940)	(3.778.032)	(3.587.475)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	1.322.431	2.610.560	2.076.992	9.913	18.912	25.279
Outras Receitas Operacionais	31	2.570.959	5.336.158	3.485.641	2.953.316	6.032.218	4.056.243
Outras Despesas Operacionais	32	(4.188.315)	(8.558.112)	(7.976.789)	(5.488.691)	(11.025.169)	(10.307.820)
Resultado Operacional		**8.340.364**	**12.445.571**	**11.468.813**	**9.802.976**	**14.705.076**	**13.388.006**
Resultado não Operacional	**33**	**184.100**	**205.095**	**(139.032)**	**165.783**	**193.059**	**(259.595)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**8.524.464**	**12.650.666**	**11.329.781**	**9.968.759**	**14.898.135**	**13.128.411**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**34**	**(1.508.439)**	**996.576**	**(1.950.138)**	**(2.671.229)**	**(735.151)**	**(3.278.291)**
Provisão para Imposto de Renda		(300.553)	(313.687)	(618.223)	(884.512)	(1.258.444)	(1.528.168)
Provisão para Contribuição Social		(195.874)	(191.751)	(314.545)	(585.166)	(818.209)	(959.170)
Ativo Fiscal Diferido		(1.012.012)	1.502.014	(1.017.370)	(1.201.551)	1.341.502	(790.953)
Participações no Lucro		**(641.069)**	**(1.480.848)**	**(1.383.771)**	**(711.886)**	**(1.612.027)**	**(1.460.009)**
Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	(211.445)	(384.812)	(393.534)
Lucro Líquido		**6.374.956**	**12.166.394**	**7.995.872**	**6.374.199**	**12.166.145**	**7.996.577**
Número de Ações (Mil)	24.a	7.498.531	7.498.531	7.486.841			
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		850,16	1.622,50	1.067,99			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/07 a 31/12/2018	Banco 01/01 a 31/12/2018	Banco 01/01 a 31/12/2017	Consolidado 01/07 a 31/12/2018	Consolidado 01/01 a 31/12/2018	Consolidado 01/01 a 31/12/2017
Atividades Operacionais							
Lucro Líquido		**6.374.956**	**12.166.394**	**7.995.872**	**6.374.199**	**12.166.145**	**7.996.577**
Ajustes ao Lucro Líquido		**5.488.590**	**11.741.129**	**14.455.239**	**8.499.604**	**17.499.890**	**19.206.070**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	5.131.724	10.605.611	10.135.143	6.193.902	12.684.362	11.778.801
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	23.c	966.100	1.739.141	1.785.519	984.985	1.810.133	2.076.980
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	23.c	518.721	1.025.323	1.019.853	602.089	1.196.485	1.232.626
Créditos Tributários e Passivos Fiscais Diferidos		634.112	(1.466.140)	661.108	828.572	(1.305.168)	428.096
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	(1.322.431)	(2.610.560)	(2.076.992)	(9.913)	(18.912)	(25.279)
Depreciações e Amortizações	29	1.027.170	2.008.195	3.097.232	1.297.331	2.540.211	3.603.637
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	33	(129.355)	(114.680)	198.067	(125.408)	(114.834)	271.579
Resultado na Alienação de Valores e Bens	33	(36.841)	(87.408)	(36.690)	(17.370)	(57.618)	(30.250)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	32	35.142	341.006	327.884	35.142	341.006	327.884
Resultado na alienação de Investimentos	33	45	45	(1.787)	(4.668)	(13.256)	43.838
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	31	(5.372)	(110.962)	(13.584)	(5.372)	(110.962)	(13.584)
Atualização de Depósitos Judiciais	31	(280.067)	(554.851)	(494.789)	(338.383)	(674.458)	(655.628)
Atualização de Impostos a Compensar	31	(76.519)	(164.515)	(144.552)	(111.464)	(225.023)	(214.849)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(945.577)	1.173.757	33.691	(945.577)	1.173.757	33.691
Outros		(28.262)	(42.833)	(34.864)	115.738	274.167	348.528
Variações em Ativos e Passivos		**(15.640.082)**	**(15.757.532)**	**26.891.235**	**(19.491.549)**	**(21.623.460)**	**24.179.502**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(5.818.503)	(18.619.923)	1.410.919	(1.301.607)	(7.673.633)	11.777.420
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		9.898.803	11.492.965	37.050.278	(3.981.911)	(22.807.413)	(129.580)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(7.223.371)	(23.880.061)	(10.387.294)	(12.541.420)	(35.551.587)	(21.815.683)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(632.161)	(7.241.688)	(1.562.559)	(687.145)	(7.321.357)	(1.582.822)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(47.923.332)	(42.392.925)	41.015.285	(47.196.845)	(42.700.073)	42.055.483
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		187.601	(121.468)	(17.746)	191.784	(136.751)	111.464
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(895.877)	(3.939.116)	(4.993.111)	(1.895.784)	(3.406.138)	(17.412.435)
Aumento (Redução) em Depósitos		12.135.894	29.118.379	21.108.410	10.318.158	48.540.101	57.826.980
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(11.625.979)	(5.757.262)	(28.856.280)	(1.335.254)	1.857.567	(30.961.720)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(15.003.470)	(5.340.800)	2.757.598	(15.498.148)	(6.002.508)	3.039.158
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		51.421.856	51.733.148	(29.910.476)	55.111.079	55.967.367	(16.830.131)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(26.167)	(88.237)	(11.873)	(18.587)	(106.991)	(53.020)
Imposto Pago		(135.376)	(720.544)	(711.916)	(655.869)	(2.282.044)	(1.845.612)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(3.776.536)**	**8.149.991**	**49.342.346**	**(4.617.746)**	**8.042.575**	**51.382.149**
Atividades de Investimento							
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	15	(1.091.052)	(1.278.052)	(154.154)	(36.051)	(36.051)	(34.154)
Aquisição de Investimentos		(2)	(202)	(611)	87	(202)	(728)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(778.169)	(1.265.380)	(782.879)	(893.338)	(1.492.668)	(1.112.318)
Aplicações no Intangível		(576.072)	(754.305)	(1.837.437)	(645.580)	(863.057)	(1.914.451)
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos à Venda	13	-	-	(43.713)	-	-	(43.713)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		244	1.649	8.777	4.828	15.133	10.539
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição		-	(111.224)	(290.260)	-	(111.224)	(275.091)
Alienação de Bens não de Uso Próprio		347.931	493.272	250.897	242.926	438.921	318.224
Alienação de Imobilizado de Uso		53.922	157.118	93.509	55.812	181.157	113.380
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		577.986	1.170.871	1.523.249	17.154	80.423	101.666
Mudança no Escopo de Consolidação	2	-	-	-	-	2	(3.758)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(1.465.212)**	**(1.586.253)**	**(1.232.622)**	**(1.254.162)**	**(1.787.566)**	**(2.840.404)**
Atividades de Financiamento							
Aquisição de Ações de Emissão Própria	24.d	(103.878)	(312.304)	(378.774)	(103.878)	(312.304)	(378.774)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		38.505.243	73.765.081	60.138.230	39.373.720	75.827.431	62.863.354
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(38.138.250)	(78.903.009)	(96.979.205)	(39.206.189)	(80.849.845)	(99.825.185)
Pagamentos de Dívidas Subordinadas		-	(544.566)	-	-	(544.566)	-
Emissões de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		9.347.750	9.347.750	-	9.347.750	9.347.750	-
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(365.124)	(683.783)	(623.147)	(365.124)	(683.783)	(623.147)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.106.674)	(6.042.340)	(5.450.125)	(1.113.109)	(6.125.989)	(5.915.637)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		-	-	-	(100.450)	(239.038)	(282.216)
Aumento de Capital em Sociedades Controladas Realizadas por Participações Minoritárias		-	-	-	-	98.000	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**8.139.067**	**(3.373.171)**	**(43.293.021)**	**7.832.720**	**(3.482.344)**	**(44.161.605)**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**2.897.319**	**3.190.567**	**4.816.703**	**1.960.812**	**2.772.665**	**4.380.140**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício/Semestre	**4**	**22.957.629**	**22.664.381**	**17.847.678**	**23.325.170**	**22.513.317**	**18.133.177**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**4**	**25.854.948**	**25.854.948**	**22.664.381**	**25.285.982**	**25.285.982**	**22.513.317**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 31/12/2018		Banco 01/01 a 31/12/2017		Consolidado 01/01 a 31/12/2018		Consolidado 01/01 a 31/12/2017	
Receitas da Intermediação Financeira		68.777.587		73.926.572		77.380.980		76.310.782	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	27	13.522.010		12.261.328		17.268.663		15.610.759	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(10.605.611)		(10.135.143)		(12.684.362)		(11.778.801)	
Outras Receitas e Despesas		(1.173.839)		(4.302.296)		(3.117.384)		(6.183.288)	
Despesas da Intermediação Financeira		(39.269.556)		(42.251.725)		(39.661.996)		(37.584.879)	
Insumos de Terceiros		(7.251.461)		(6.674.255)		(8.215.864)		(7.720.614)	
Material, Energia e Outros		(250.930)		(237.707)		(259.315)		(245.210)	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	29	(1.863.132)		(1.792.808)		(2.307.222)		(2.186.892)	
Avaliação do Valor Recuperável	32	(341.006)		(327.884)		(341.006)		(327.884)	
Outros		(4.796.393)		(4.315.856)		(5.308.321)		(4.960.628)	
Valor Adicionado Bruto		**23.999.130**		**22.824.481**		**30.970.037**		**28.653.959**	
Retenções									
Depreciações e Amortizações	29	(2.008.195)		(3.097.232)		(2.540.211)		(3.603.637)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		**21.990.935**		**19.727.249**		**28.429.826**		**25.050.322**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	2.610.560		2.076.992		18.912		25.279	
Valor Adicionado Total a Distribuir		**24.601.495**		**21.804.241**		**28.448.738**		**25.075.601**	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		7.537.255	30,6%	7.431.769	34,1%	8.290.158	29,1%	8.058.009	32,1%
Remuneração	28	4.034.284		4.131.010		4.449.725		4.535.505	
Benefícios	28	1.304.875		1.282.067		1.436.272		1.383.505	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		394.537		381.312		450.808		415.726	
Outras		1.803.559		1.637.380		1.953.353		1.723.273	
Impostos, Taxas e Contribuições		4.188.622	17,0%	5.666.371	26,0%	6.877.299	24,2%	7.899.230	31,5%
Federais		3.471.911		5.110.779		5.948.445		7.242.554	
Estaduais		913		945		1.057		1.260	
Municipais		715.798		554.647		927.797		655.416	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	29	709.224	2,9%	710.229	3,3%	730.324	2,6%	728.251	2,9%
Remuneração de Capitais Próprios		12.166.394	49,5%	7.995.872	36,6%	12.550.957	44,1%	8.390.111	33,5%
Dividendos	24.b	2.520.000		2.500.000		2.520.000		2.500.000	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	4.080.000		3.800.000		4.080.000		3.800.000	
Reinvestimentos de Lucros		5.566.394		1.695.872		6.335.769		2.483.645	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-		-		(384.812)		(393.534)	
Total		**24.601.495**	**100,0%**	**21.804.241**	**100,0%**	**28.448.738**	**100,0%**	**25.075.601**	**100,0%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		**57.000.000**	**395.925**	**2.114.456**	**909.925**	**(136.813)**	**68.598**	**(2.083.480)**	**-**	**(514.034)**	**57.754.577**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(620.903)	-	-	(620.903)
Ações em Tesouraria		-	(257.602)	-	(486.815)	-	-	-	-	365.643	(378.774)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(2.498)	-	-	-	-	-	-	-	(2.498)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	36.573	-	-	-	-	-	-	-	36.573
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.167.376	21.050	-	-	-	1.188.426
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(49)	(49)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.995.872	-	7.995.872
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	390.829	-	-	-	-	(390.829)	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.500.000)	-	(2.500.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.800.000)	-	(3.800.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	1.125.765	-	-	-	(1.125.765)	-	-
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22	-	-	-	-	-	-	-	(179.278)	-	(179.278)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**57.000.000**	**172.398**	**2.505.285**	**1.548.875**	**1.030.563**	**89.648**	**(2.704.383)**	**-**	**(148.440)**	**59.493.946**
Mutação do Exercício		**-**	**(223.527)**	**390.829**	**638.950**	**1.167.376**	**21.050**	**(620.903)**	**-**	**365.594**	**1.739.369**
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**57.000.000**	**172.398**	**2.505.285**	**1.548.875**	**1.030.563**	**89.648**	**(2.704.383)**	**-**	**(148.440)**	**59.493.946**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(366.660)	-	-	(366.660)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(312.304)	(312.304)
Resultado com Ações em Tesouraria	24.d	-	(15.868)	-	-	-	-	-	-	-	(15.868)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(15.823)	-	-	-	-	-	-	-	(15.823)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	855.409	24.843	-	-	-	880.252
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(688)	(688)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	12.166.394	-	12.166.394
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	608.320	-	-	-	-	(608.320)	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.520.000)	-	(2.520.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(4.080.000)	-	(4.080.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	4.958.074	-	-	-	(4.958.074)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**140.707**	**3.113.605**	**6.506.949**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.229.249**
Mutação do Exercício		**-**	**(31.691)**	**608.320**	**4.958.074**	**855.409**	**24.843**	**(366.660)**	**-**	**(312.992)**	**5.735.303**
Saldos em 30 de Junho de 2018		**57.000.000**	**95.122**	**2.794.857**	**5.850.741**	**239.657**	**56.572**	**(2.361.413)**	**-**	**(356.891)**	**63.318.645**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(709.630)	-	-	(709.630)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(103.878)	(103.878)
Resultado com Ações em Tesouraria	24.d	-	(7.756)	-	-	-	-	-	-	-	(7.756)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	53.341	-	-	-	-	-	-	-	53.341
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.646.315	57.919	-	-	-	1.704.234
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(663)	(663)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	6.374.956	-	6.374.956
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	318.748	-	-	-	-	(318.748)	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(1.920.000)	-	(1.920.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.480.000)	-	(3.480.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	656.208	-	-	-	(656.208)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**140.707**	**3.113.605**	**6.506.949**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.229.249**
Mutação do Semestre		**-**	**45.585**	**318.748**	**656.208**	**1.646.315**	**57.919**	**(709.630)**	**-**	**(104.541)**	**1.910.604**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		**57.000.000**	**396.951**	**2.114.456**	**925.003**	**(135.970)**	**68.598**	**(2.083.480)**	**-**	**(514.034)**	**57.771.524**	**2.525.746**	**60.297.270**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(620.903)	-	-	(620.903)	-	(620.903)
Ações em Tesouraria		-	(257.602)	-	(486.815)	-	-	-	-	365.643	(378.774)	-	(378.774)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(2.498)	-	-	-	-	-	-	-	(2.498)	-	(2.498)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	37.765	-	-	-	-	-	-	-	37.765	-	37.765
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.167.376	21.050	-	-	-	1.188.426	-	1.188.426
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(49)	(49)	-	(49)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.996.577	-	7.996.577	-	7.996.577
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	390.830	-	-	-	-	(390.830)	-	-	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.500.000)	-	(2.500.000)	-	(2.500.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.800.000)	-	(3.800.000)	-	(3.800.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	1.114.476	(843)	-	-	(1.126.469)	-	(12.836)	-	(12.836)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	393.534	393.534
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional	3.w & 22.a	-	-	-	-	-	-	-	(179.278)	-	(179.278)	-	(179.278)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.022.588)	(1.022.588)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**57.000.000**	**174.616**	**2.505.286**	**1.552.664**	**1.030.563**	**89.648**	**(2.704.383)**	**-**	**(148.440)**	**59.499.954**	**1.896.692**	**61.396.646**
Mutação do Exercício		**-**	**(222.335)**	**390.830**	**627.661**	**1.166.533**	**21.050**	**(620.903)**	**-**	**365.594**	**1.728.430**	**(629.054)**	**1.099.376**
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**57.000.000**	**174.616**	**2.505.286**	**1.552.664**	**1.030.563**	**89.648**	**(2.704.383)**	**-**	**(148.440)**	**59.499.954**	**1.896.692**	**61.396.646**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(366.660)	-	-	(366.660)	-	(366.660)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(312.304)	(312.304)	-	(312.304)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(15.868)	-	-	-	-	-	-	-	(15.868)	-	(15.868)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(16.334)	-	-	-	-	-	-	-	(16.334)	-	(16.334)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	855.409	24.843	-	-	-	880.252	-	880.252
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(688)	(688)	-	(688)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	12.166.145	-	12.166.145	-	12.166.145
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	608.320	-	-	-	-	(608.320)	-	-	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.520.000)	-	(2.520.000)	-	(2.520.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(4.080.000)	-	(4.080.000)	-	(4.080.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	4.958.074	-	-	-	(4.958.074)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(1.003)	-	-	-	249	-	(754)	-	(754)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	384.812	384.812
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(211.575)	(211.575)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**142.414**	**3.113.606**	**6.509.735**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.233.743**	**2.069.929**	**67.303.672**
Mutação do Exercício		**-**	**(32.202)**	**608.320**	**4.957.071**	**855.409**	**24.843**	**(366.660)**	**-**	**(312.992)**	**5.733.789**	**173.237**	**5.907.026**
Saldos em 30 de Junho de 2018		**57.000.000**	**97.696**	**2.794.858**	**5.854.284**	**239.657**	**56.572**	**(2.361.413)**	**-**	**(356.891)**	**63.324.763**	**2.075.806**	**65.400.569**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(709.630)	-	-	(709.630)	-	(709.630)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(103.878)	(103.878)	-	(103.878)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(7.756)	-	-	-	-	-	-	-	(7.756)	-	(7.756)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	52.474	-	-	-	-	-	-	-	52.474	-	52.474
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.646.315	57.919	-	-	-	1.704.234	-	1.704.234
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(663)	(663)	-	(663)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	6.374.199	-	6.374.199	-	6.374.199
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	318.748	-	-	-	-	(318.748)	-	-	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(1.920.000)	-	(1.920.000)	-	(1.920.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.480.000)	-	(3.480.000)	-	(3.480.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	656.207	-	-	-	(656.207)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(756)	-	-	-	756	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211.445	211.445
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(217.322)	(217.322)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**142.414**	**3.113.606**	**6.509.735**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.233.743**	**2.069.929**	**67.303.672**
Mutação do Semestre		**-**	**44.718**	**318.748**	**655.451**	**1.646.315**	**57.919**	**(709.630)**	**-**	**(104.541)**	**1.908.980**	**(5.877)**	**1.903.103**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na Nota 15 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) [5];
- Santander Fundo de Investimento Financial Curto Prazo (Santander FI Financial);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) [1];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) [2];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) [3];
- Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) [4];
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) [5];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) [6];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) [7]; e
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos [8].

[1] A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15) detém 100% das suas cotas subordinadas. [2] O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto *"floorplan"* ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco RCI Brasil S.A.

[3] O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

[4] O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII para Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário.

[5] O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

[6] Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (Nota 15), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

[7] Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Nota 15).

[8] Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado através do Banco Bandepe S.A. (Nota 15).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na reunião realizada em 29 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de *hedge* de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander no ano de 2017. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agência no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do exercício.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do exercício.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *hedge* ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - *hedge* de risco de mercado; e
II - *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

l.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

A amortização do ágio na aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições, prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos exercícios corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal (Nota 28).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência ; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do exercício de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o exercício de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada exercício de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do exercício. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o exercício de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do exercício de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o exercício de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do exercício de carência.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 18.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do exercício, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 21.

q) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada exercício de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 23.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). A partir de 2019, a alíquota de CSLL volta a ser de 15%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada exercício, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

v) Participação dos Acionistas Minoritários

Os acionistas não controladores (minoritários) são registrados em conta destacada de patrimônio da entidade controladora.

w) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. As provisões relacionadas a garantias financeiras prestadas antes de 1 de janeiro de 2017 foram registradas em contrapartida na conta do patrimônio líquido, de acordo com a Resolução e Carta Circular mencionadas anteriormente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco			Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	**11.358.459**	**11.148.561**	**5.513.365**	**11.629.112**	**11.234.369**	**5.723.084**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**14.496.489**	**11.515.820**	**12.334.313**	**13.656.870**	**11.278.948**	**12.410.093**
Aplicações no Mercado Aberto	4.925.769	603.408	1.053.105	4.925.769	673.426	1.129.140
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.702.653	1.498.280	282.753	862.449	1.190.802	282.753
Aplicações em Moedas Estrangeiras	7.868.067	9.414.132	10.998.455	7.868.652	9.414.720	10.998.200
Total	**25.854.948**	**22.664.381**	**17.847.678**	**25.285.982**	**22.513.317**	**18.133.177**

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				Banco	
				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	**34.312.979**	**11.012.708**	**-**	**45.325.687**	**34.414.303**
Posição Bancada	**2.247.899**	**87.771**	**-**	**2.335.670**	**603.271**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.017	-	-	9.017	208.159
Letras do Tesouro Nacional - LTN	703.522	-	-	703.522	120.795
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.535.360	87.771	-	1.623.131	274.317
Posição Financiada	**10.373.748**	**4.299.736**	**-**	**14.673.484**	**6.399.379**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.711.431	1.076.167	-	3.787.598	621.726
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.662.317	3.223.569	-	10.885.886	5.777.653
Posição Vendida	**21.691.332**	**6.625.201**	**-**	**28.316.533**	**27.411.653**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.662.141	1.411.380	-	10.073.521	2.364.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN	13.029.191	5.213.821	-	18.243.012	25.047.474
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**7.363.256**	**25.907.675**	**28.031.980**	**61.302.911**	**49.067.638**
Aplicações em Moedas Estrangeiras	**7.868.067**	**-**	**-**	**7.868.067**	**9.414.132**
Total	**49.544.302**	**36.920.383**	**28.031.980**	**114.496.665**	**92.896.073**
Circulante				**86.464.685**	**71.055.301**
Longo Prazo				**28.031.980**	**21.840.772**

				Consolidado	
				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	**33.813.119**	**11.012.708**	**-**	**44.825.827**	**34.484.321**
Posição Bancada	**2.748.038**	**87.771**	**-**	**2.835.809**	**6.674.872**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.017	-	-	9.017	208.159
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.703.521	-	-	1.703.521	811.779
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.035.500	87.771	-	1.123.271	5.654.934
Posição Financiada	**9.373.749**	**4.299.736**	**-**	**13.673.485**	**397.796**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.711.432	1.076.167	-	2.787.599	760
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.662.317	3.223.569	-	10.885.886	397.036
Posição Vendida	**21.691.332**	**6.625.201**	**-**	**28.316.533**	**27.411.653**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.662.141	1.411.380	-	10.073.521	2.364.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN	13.029.191	5.213.821	-	18.243.012	25.047.474
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**1.246.990**	**2.433.820**	**436.942**	**4.117.752**	**2.861.635**
Aplicações em Moedas Estrangeiras	**7.868.652**	**-**	**-**	**7.868.652**	**9.414.720**
Total	**42.928.761**	**13.446.528**	**436.942**	**56.812.231**	**46.760.676**
Circulante				**56.375.289**	**46.240.236**
Longo Prazo				**436.942**	**520.440**

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

				Banco	
				31/12/2018	31/12/2017
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	**46.808.509**	**1.018.686**	**-**	**47.827.195**	**32.338.759**
Títulos Públicos	46.264.785	1.017.339	-	47.282.124	31.689.300
Títulos Privados	543.724	1.347	-	545.071	649.459
Títulos Disponíveis para Venda	**103.117.764**	**940.705**	**2.440.502**	**106.498.971**	**131.719.036**
Títulos Públicos	79.240.817	909.394	2.328.496	82.478.707	81.280.322
Títulos Privados	23.876.947	31.311	112.006	24.020.264	50.438.714
Títulos Mantidos até o Vencimento	**11.256.327**	**-**	**-**	**11.256.327**	**9.578.992**
Títulos Públicos	11.256.327	-	-	11.256.327	9.578.992
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**161.182.600**	**1.959.391**	**2.440.502**	**165.582.493**	**173.636.787**
Derivativos (Ativo)	**12.919.297**	**(2.997.074)**	**(30.593)**	**9.891.630**	**11.303.873**
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	**174.101.897**	**(1.037.683)**	**2.409.909**	**175.474.123**	**184.940.660**
Circulante				**77.244.185**	**59.009.344**
Longo Prazo				**98.229.938**	**125.931.316**
Derivativos (Passivo)	**(11.373.709)**	**689.742**	**-**	**(10.683.967)**	**(10.408.295)**
Circulante				**(3.161.676)**	**(5.797.638)**
Longo Prazo				**(7.522.291)**	**(4.610.657)**

				Consolidado	
				31/12/2018	31/12/2017
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	**52.738.220**	**1.263.337**	**-**	**54.001.557**	37.948.110
Títulos Públicos	50.731.658	1.177.460	-	51.909.118	35.973.244
Títulos Privados	2.006.562	85.877	-	2.092.439	1.974.886
Títulos Disponíveis para Venda	**107.722.448**	**940.705**	**2.516.649**	**111.179.802**	102.658.804
Títulos Públicos	85.023.872	909.394	2.404.581	88.337.847	84.553.616
Títulos Privados	22.698.576	31.311	112.068	22.841.955	18.105.188
Títulos Mantidos até o Vencimento	**11.256.327**	**-**	**-**	**11.256.327**	9.578.992
Títulos Públicos	11.256.327	-	-	11.256.327	9.578.992
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**171.716.995**	**2.204.042**	**2.516.649**	**176.437.686**	150.185.906
Derivativos (Ativo)	**20.929.856**	**(2.968.333)**	**65.472**	**18.026.995**	21.543.768
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	**192.646.851**	**(764.291)**	**2.582.121**	**194.464.681**	171.729.674
Circulante				**90.103.130**	74.425.223
Longo Prazo				**104.361.551**	97.304.451
Derivativos (Passivo)	**(19.545.543)**	**790.500**	**(145.360)**	**(18.900.403)**	(20.680.884)
Circulante				**(11.233.680)**	(15.943.399)
Longo Prazo				**(7.666.723)**	(4.737.485)

II) Títulos para Negociação

	Banco				Consolidado			
			31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	**46.264.785**	**1.017.339**	**47.282.124**	**31.689.300**	**50.731.658**	**1.177.460**	**51.909.118**	**35.973.244**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [3]	2.158.400	262	2.158.662	1.815.972	5.069.869	748	5.070.617	4.524.911
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.460.746	172.825	15.633.571	6.583.643	15.460.746	172.825	15.633.571	6.583.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	263.115	(35.543)	227.572	212.762	263.115	(35.543)	227.572	212.762
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	16.450.568	491.728	16.942.296	15.300.758	16.787.075	513.028	17.300.103	15.660.246
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	1.709	74	1.783	1.672	1.220.050	138.409	1.358.459	1.217.189
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	11.420.020	384.523	11.804.543	7.555.440	11.420.576	384.523	11.805.099	7.555.440
Títulos da Dívida Agrária - TDA	122.801	3.718	126.519	152.341	122.801	3.718	126.519	152.341
Títulos da Dívida Externa Brasileira	387.426	(248)	387.178	66.712	387.426	(248)	387.178	66.712
Títulos Privados	**543.724**	**1.347**	**545.071**	**649.459**	**2.006.562**	**85.877**	**2.092.439**	**1.974.866**
Ações	4.457	(246)	4.211	249	505.363	84.284	589.647	236.635
Cotas de Fundos de Investimento	131.182	(654)	130.528	84.271	654	(654)	-	1.075.028
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	625	-	625	48.246
Debêntures [1]	271.251	3.737	274.988	393.716	1.157.729	3.737	1.161.466	443.734
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	101.142	-	-	-	101.142
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	136.834	(1.490)	135.344	70.081	136.834	(1.490)	135.344	70.081
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	205.357	-	205.357	70.081
Total	**46.808.509**	**1.018.686**	**47.827.195**	**32.338.759**	**52.738.220**	**1.263.337**	**54.001.557**	**37.948.110**

						Banco
						31/12/2018
Títulos para Negociação Abertura por Vencimento	**Sem Vencimento**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**-**	**4.817.518**	**5.162.046**	**11.250.800**	**26.051.760**	**47.282.124**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	66.752	-	1.212.391	879.519	2.158.662
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	3.672.723	2.077.220	5.769.215	4.114.413	15.633.571
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	793	-	226.779	227.572
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	51.042	2.879.939	2.558.198	11.453.117	16.942.296
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	6	1.777	-	1.783
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	1.010.255	-	1.436.557	9.357.731	11.804.543
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16.746	50.347	39.913	19.513	126.519
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	153.741	232.749	688	387.178
Títulos Privados	**134.739**	**17**	**315**	**266**	**409.734**	**545.071**
Ações	4.211	-	-	-	-	4.211
Cotas de Fundos de Investimento	130.528	-	-	-	-	130.528
Debêntures [1]	-	17	54	-	274.917	274.988
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	261	266	134.817	135.344
Total	**134.739**	**4.817.535**	**5.162.361**	**11.251.066**	**26.461.494**	**47.827.195**

						Consolidado
						31/12/2018
Títulos para Negociação Abertura por Vencimento	**Sem Vencimento**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**-**	**5.141.152**	**5.162.602**	**13.186.343**	**28.419.021**	**51.909.118**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [3]	-	390.386	-	3.023.379	1.656.852	5.070.617
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	3.672.723	2.077.220	5.769.215	4.114.413	15.633.571
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	793	-	226.779	227.572
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	51.042	2.879.939	2.558.198	11.810.924	17.300.103
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	6	126.332	1.232.121	1.358.459
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	1.010.255	556	1.436.557	9.357.731	11.805.099
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16.746	50.347	39.913	19.513	126.519
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	153.741	232.749	688	387.178
Títulos Privados	**590.272**	**17**	**335**	**266**	**1.501.549**	**2.092.439**
Ações	589.647	-	-	-	-	589.647
Cotas de Fundos Imobiliários	625	-	-	-	-	625
Debêntures [1]	-	17	54	-	1.161.395	1.161.466
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	261	266	134.817	135.344
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	20	-	205.337	205.357
Total	**590.272**	**5.141.169**	**5.162.937**	**13.186.609**	**29.920.570**	**54.001.557**

III) Títulos Disponíveis para Venda

				Banco	
				31/12/2018	31/12/2017
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	**79.240.817**	**909.394**	**2.328.496**	**82.478.707**	**81.280.322**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	815	-	192	1.007	884
Crédito Securitizado	1.331	-	115	1.446	2.005
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.383.097	-	7.817	9.390.914	8.828.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.994.215	357.551	532.036	36.883.802	38.938.892
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	1.329.707	-	110.637	1.440.344	1.245.609
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	8.751.857	-	1.150.931	9.902.788	9.905.894
Notas do Tesouro Nacional - NTN - C	658.951	-	40.826	699.777	647.700
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F [4]	19.241.425	551.843	502.019	20.295.287	16.948.927
Títulos da Dívida Externa Espanhola	3.879.419	-	(16.077)	3.863.342	4.762.234
Títulos Privados	**23.876.947**	**31.311**	**112.006**	**24.020.264**	**50.438.714**
Ações	320	-	(270)	50	46.417
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP [2]	23.074	-	-	23.074	33.368
Cotas de Fundos de Investimento	1.332.021	-	-	1.332.021	765.519
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	424.255
Debêntures [1]	9.859.279	31.311	(19.534)	9.781.056	41.118.859
Eurobonds	2.296.220	-	34.797	2.331.017	-
Notas Promissórias - NP	6.522.719	-	102.595	6.625.314	6.119.982
Letras Financeiras - LF	234.074	-	2.294	236.368	271.967
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	158.659	-	(7.041)	151.618	247.176
Cédula de Produto Rural - CPR	3.450.581	-	(835)	3.449.746	1.411.171
Total	**103.117.764**	**940.705**	**2.440.502**	**106.498.971**	**131.719.036**

					Consolidado
				31/12/2018	31/12/2017
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	**85.023.872**	**909.394**	**2.404.581**	**88.337.847**	**84.553.616**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	815	-	192	1.007	884
Crédito Securitizado	1.331	-	115	1.446	2.005
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [3]	12.171.976	-	8.158	12.180.134	9.426.219
Letras do Tesouro Nacional - LTN	36.933.649	357.551	564.495	37.855.695	39.657.224
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	1.329.707	-	110.637	1.440.344	1.245.609
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	8.751.857	-	1.150.931	9.902.788	9.905.894
Notas do Tesouro Nacional - NTN - C	658.951	-	40.826	699.777	647.700
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F [4]	21.296.167	551.843	545.304	22.393.314	18.905.847
Títulos da Dívida Externa Espanhola	3.879.419	-	(16.077)	3.863.342	4.762.234
Títulos Privados	**22.698.576**	**31.311**	**112.068**	**22.841.955**	**18.105.188**
Ações	5.668	-	(270)	5.398	51.764
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP [2]	23.074	-	-	23.074	33.370
Cotas de Fundos de Investimento	156.306	-	-	156.306	66.399
Cotas de Fundos Imobiliários	65.921	-	62	65.983	65.480
Debêntures [1]	9.781.145	31.311	(19.534)	9.792.922	9.739.831
Eurobonds	2.296.220	-	34.797	2.331.017	-
Notas Promissórias - NP	6.522.719	-	102.595	6.625.314	6.119.982
Letras de Câmbio - LC	-	-	-	-	10.426
Letras Financeiras - LF	234.074	-	2.294	236.368	358.927
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	158.659	-	(7.041)	151.618	247.176
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.209	-	-	4.209	662
Cédula de Produto Rural - CPR	3.450.581	-	(835)	3.449.746	1.411.171
Total	**107.722.448**	**940.705**	**2.516.649**	**111.179.802**	**102.658.804**

						Banco
						31/12/2018
Títulos Disponíveis para Venda Abertura por Vencimento	**Sem Vencimento**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**-**	**3.930.686**	**12.964.109**	**27.836.038**	**37.747.874**	**82.478.707**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	583	424	1.007
Crédito Securitizado	-	206	461	779	-	1.446
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	3.814	-	2.948.227	6.438.873	9.390.914
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.969.269	9.090.816	22.172.285	2.651.432	36.883.802
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	4.632	-	1.435.712	1.440.344
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	45.666	4.858	-	9.852.264	9.902.788
Notas do Tesouro Nacional - NTN - C	-	6.327	-	-	693.450	699.777
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F [4]	-	905.404	-	2.714.164	16.675.719	20.295.287
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	3.863.342	-	-	3.863.342
Títulos Privados	**1.332.071**	**979.160**	**5.666.345**	**6.611.189**	**9.431.499**	**24.020.264**
Ações	50	-	-	-	-	50
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP [2]	-	-	-	-	23.074	23.074
Cotas de Fundos de Investimento	1.332.021	-	-	-	-	1.332.021
Debêntures [1]	-	119.939	1.596.949	2.569.977	5.584.191	9.871.056
Eurobonds	-	-	326.699	-	2.004.318	2.331.017
Notas Promissórias - NP	-	623.533	2.181.214	3.245.675	574.892	6.625.314
Letras Financeiras - LF	-	-	54.308	182.060	-	236.368
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	24.047	-	120.645	6.926	151.618
Cédula de Produto Rural - CPR	-	211.641	1.507.175	492.832	1.238.098	3.449.746
Total	**1.332.071**	**4.909.846**	**18.630.454**	**34.447.227**	**47.179.373**	**106.498.971**

						Consolidado
						31/12/2018
Títulos Disponíveis para Venda Abertura por Vencimento	**Sem Vencimento**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**-**	**4.015.183**	**12.964.109**	**31.673.068**	**39.685.487**	**88.337.847**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	583	424	1.007
Crédito Securitizado	-	206	461	779	-	1.446
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [3]	-	88.311	-	4.107.050	7.984.773	12.180.134
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.969.269	9.090.816	23.025.456	2.770.154	37.855.695
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	4.632	-	1.435.712	1.440.344
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	45.666	4.858	-	9.852.264	9.902.788
Notas do Tesouro Nacional - NTN - C	-	6.327	-	-	693.450	699.777
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F [4]	-	905.404	-	4.539.200	16.948.710	22.393.314
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	3.863.342	-	-	3.863.342
Títulos Privados	**227.687**	**979.160**	**5.274.042**	**7.189.096**	**9.171.970**	**22.841.955**
Ações	5.398	-	-	-	-	5.398
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP [2]	-	-	-	-	23.074	23.074
Cotas de Fundos de Investimento	156.306	-	-	-	-	156.306
Cotas de Fundos Imobiliários	65.983	-	-	-	-	65.983
Debêntures [1]	-	119.939	1.204.646	3.147.884	5.320.453	9.792.922
Eurobonds	-	-	326.699	-	2.004.318	2.331.017
Notas Promissórias - NP	-	623.533	2.181.214	3.245.675	574.892	6.625.314
Letras Financeiras - LF	-	-	54.308	182.060	-	236.368
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	24.047	-	120.645	6.926	151.618
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	4.209	4.209
Cédula de Produto Rural - CPR	-	211.641	1.507.175	492.832	1.238.098	3.449.746
Total	**227.687**	**4.994.343**	**18.238.151**	**38.862.164**	**48.857.457**	**111.179.802**

[1] No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista no valor de R$7 (31/12/2017 - R$1.838) em títulos para negociação e R$548.743 (31/12/2017 - R$1.442.684) em títulos disponíveis para venda.

[2] Esses ativos são mensurados através do valor justo dos Fundos Investidos que deve refletir as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido como a data do reconhecimento inicial, de apresentação das demonstrações contábeis ou aquela em que informações sobre o patrimônio do Fundo são divulgadas ao mercado, a mensuração do valor justo dos investimentos deve ser estabelecida em bases consistentes e passíveis de verificação. Nos casos em que o administrador do Fundo Investido concluir que o valor justo de uma entidade não seja mensurável de maneira confiável, o valor de custo pode ser utilizado até que seja praticável a mensuração do valor justo em bases confiáveis, devendo o administrador divulgar, em nota explicativa, os motivos que o levaram a concluir que o valor justo não é mensurável de maneira confiável.

[3] Em 31 de dezembro de 2018, a Administração decidiu alterar a classificação entre categorias das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, das carteiras de títulos e valores mobiliários das empresas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), Banco Bandepe S.A. e Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM). Os títulos foram transferidos da categoria Negociação para Disponíveis para Venda, nos valores de R$739.430, R$14.099 e R$375.488, respectivamente. Tais transferências não impactaram os valores do Consolidado e também não geraram efeito no resultado. A mudança na categoria ocorreu em função de reavaliação do histórico recente de negociação destes ativos.

[4] Em 31 de dezembro de 2018, a quantidade de 1.040.000 no valor de R$1.244.672 (31/12/2017 - 1.040.000 no valor de R$1.090.788) de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em até 1 de janeiro de 2025 (31/12/2017 - prazo de vencimento em até 1 de janeiro de 2025) estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

						Banco/Consolidado
						31/12/2018
	Valor do Custo Amortizado/Contábil		Abertura por Vencimento			
Títulos Mantidos até o Vencimento [1]	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**
Títulos Públicos	**11.256.327**	**9.578.992**	**435.164**	**1.373.469**	**9.447.694**	**11.256.327**
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	3.336.462	2.849.352	11.714	-	3.324.748	3.336.462
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.919.865	6.729.640	423.450	1.373.469	6.122.946	7.919.865
Total	**11.256.327**	**9.578.992**	**435.164**	**1.373.469**	**9.447.694**	**11.256.327**

[1] O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R$12.131.544 (31/12/2017 - R$10.587.117).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Rendas de Títulos de Renda Fixa [1]	20.718.339	19.405.124	20.556.467	15.088.131
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.798.968	9.058.668	4.452.931	4.650.152
Resultado de Títulos de Renda Variável	(67.561)	(233.631)	(70.963)	(12.459)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	141.498	138.626
Provisão para Perdas por não Recuperação [2]	(622.866)	(848.958)	(622.866)	(881.262)
Outras [3]	(652.592)	102.474	(674.888)	115.475
Total	**28.174.288**	**27.483.677**	**23.782.179**	**19.098.663**

[1] Inclui receita de variação cambial no valor de R$4.007.403 no Banco e no Consolidado (2017 - despesa de R$109.086 no Banco e R$65.795 no Consolidado).

[2] Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

[3] Inclui despesa de variação cambial no valor de R$727.225 no Banco e no Consolidado, e a valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

						Banco
			31/12/2018			31/12/2017
	Valor Referencial [1]	Valor da Curva	Negociação Valor de Mercado	Valor Referencial [1]	Valor da Curva	Negociação Valor de Mercado
Swap		**998.382**	**(1.359.406)**		**1.615.516**	**1.051.711**
Ativo	**130.803.058**	**46.814.992**	**46.743.076**	**148.017.969**	**57.881.622**	**57.391.575**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	42.677.740	25.037.700	24.982.266	42.608.262	22.374.055	22.364.285
Taxa de Juros Pré - Reais	30.281.235	-	-	31.745.948	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.581.215	-	-	5.709.977	-	-
Moeda Estrangeira	55.209.468	21.777.292	21.760.810	67.895.932	35.507.567	35.027.290
Outros	53.400	-	-	57.850	-	-
Passivo	**129.804.676**	**(45.816.610)**	**(48.102.482)**	**146.402.453**	**(56.266.106)**	**(56.339.864)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	17.640.040	-	-	20.234.207	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	53.484.663	(23.203.428)	(25.514.843)	53.035.866	(21.289.918)	(21.419.177)
Indexados em Índices de Preços e Juros	24.308.601	(21.727.386)	(21.775.017)	40.263.568	(34.553.591)	(34.525.308)
Moeda Estrangeira	33.432.176	-	-	32.388.365	-	-
Outros	939.196	(885.796)	(812.622)	480.447	(422.597)	(395.379)

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2018 Negociação			31/12/2017 Negociação		Banco
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado
Opções	**330.078.421**	**1.303**	**69.068**	**187.690.913**	**208.446**	**146.692**
Compromissos de Compra	**146.586.573**	**528.822**	**558.123**	**86.278.377**	**520.456**	**489.458**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	14.518.058	268.629	239.079	9.403.298	214.347	172.591
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.893.620	135.576	90.736	5.097.595	65.569	42.486
Opções de Compra Outras	1.313.613	25.710	7.378	1.230.140	15.083	5.203
Mercado Interfinanceiro	639.488	10.543	4.537	1.185.310	7.021	389
Outras (2)	674.125	15.167	2.841	44.830	8.062	4.814
Opções de Venda Outras	121.861.282	98.907	220.930	70.547.344	225.457	269.178
Mercado Interfinanceiro	121.800.897	90.997	217.726	70.295.282	216.914	257.944
Outras (2)	60.385	7.910	3.204	252.062	8.543	11.234
Compromissos de Venda	**183.491.848**	**(527.519)**	**(489.055)**	**101.412.536**	**(312.010)**	**(342.766)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	7.615.856	(124.442)	(101.034)	5.638.163	(113.031)	(117.160)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	12.160.912	(276.500)	(169.431)	5.952.678	(98.395)	(80.195)
Opções de Compra Outras	29.907.415	(21.381)	(22.063)	19.260.781	(33.135)	(15.115)
Mercado Interfinanceiro	29.609.298	(10.574)	(13.195)	19.151.110	(17.837)	(515)
Outras (2)	298.117	(10.807)	(8.868)	109.671	(15.298)	(14.600)
Opções de Venda Outras	133.807.665	(105.196)	(196.527)	70.560.914	(67.449)	(130.296)
Mercado Interfinanceiro	133.719.046	(93.269)	(179.841)	70.494.622	(54.376)	(126.743)
Outras (2)	88.619	(11.927)	(16.686)	66.292	(13.073)	(3.553)
Contratos de Futuros	**288.958.465**	**-**	**-**	**161.679.490**	**-**	**-**
Posição Comprada	**85.897.286**	**-**	**-**	**54.759.916**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	20.590.068	-	-	9.616.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	32.498.065	-	-	26.456.303	-	-
Moeda Estrangeira	32.456.813	-	-	16.733.437	-	-
Índice (3)	352.340	-	-	1.734.205	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	219.035	-	-
Posição Vendida	**203.061.179**	**-**	**-**	**106.919.574**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	146.948.795	-	-	55.016.928	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	54.119.810	-	-	51.135.994	-	-
Moeda Estrangeira	1.992.574	-	-	745.849	-	-
Índice (3)	-	-	-	20.803	-	-
Contratos a Termo e Outros	**90.906.932**	**1.907.981**	**370.463**	**47.797.322**	**(920.582)**	**(261.637)**
Compromissos de Compra	**38.662.360**	**(3.569.322)**	**618.568**	**23.479.857**	**(3.607.256)**	**619.808**
Moedas	38.095.625	(3.569.571)	618.980	21.525.220	(3.606.223)	618.006
Outros	566.735	249	(412)	1.954.637	(1.033)	1.802
Compromissos de Venda	**52.244.572**	**5.477.303**	**(248.105)**	**24.317.465**	**2.686.674**	**(881.445)**
Moedas	51.958.529	5.470.937	(252.160)	22.096.104	2.688.198	(877.864)
Outros	286.043	6.366	4.055	2.221.361	(1.524)	(3.581)

	31/12/2018 Negociação			31/12/2017 Negociação		Consolidado
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado
Swap		**848.521**	**(1.360.894)**		**2.453.547**	**1.072.977**
Ativo	**177.288.868**	**64.135.648**	**44.557.490**	**202.464.902**	**56.082.202**	**57.679.172**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	36.190.014	24.388.416	24.337.807	33.673.210	17.009.034	22.794.490
Taxa de Juros Pré - Reais	47.968.999	-	-	95.700.715	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.581.215	-	-	5.592.892	-	-
Moeda Estrangeira	90.495.240	39.747.232	20.219.683	67.493.635	39.073.168	34.884.682
Outros	53.400	-	-	4.450	-	-
Passivo	**176.440.347**	**(63.287.127)**	**(45.918.384)**	**200.011.355**	**(53.628.655)**	**(56.606.195)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	11.801.598	-	-	16.664.176	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	88.372.044	(40.403.045)	(23.075.374)	114.357.076	(18.656.361)	(21.687.884)
Indexados em Índices de Preços e Juros	24.308.601	(21.727.386)	(21.775.017)	40.146.968	(34.554.076)	(34.527.986)
Moeda Estrangeira	50.748.008	-	-	28.420.467	-	-
Outros	1.210.096	(1.156.696)	(1.067.993)	422.668	(418.218)	(390.325)
Opções	**335.073.080**	**2.863**	**153.149**	**190.061.609**	**210.736**	**168.035**
Compromissos de Compra	**149.076.796**	**514.907**	**716.936**	**87.503.833**	**511.819**	**553.218**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	14.518.058	268.629	239.079	9.369.821	211.870	169.542
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.893.620	135.576	90.736	5.130.392	65.287	42.389
Opções de Compra Outras	3.118.344	25.710	131.297	1.953.481	15.083	59.219
Mercado Interfinanceiro	639.488	10.543	4.537	1.185.310	7.021	389
Outras (2)	2.478.856	15.167	126.760	768.171	8.062	58.830
Opções de Venda Outras	122.546.774	84.992	255.824	71.050.139	219.579	282.068
Mercado Interfinanceiro	121.782.816	77.082	217.726	70.295.282	216.914	257.944
Outras (2)	763.958	7.910	38.098	754.857	2.665	24.124
Compromissos de Venda	**185.996.284**	**(512.044)**	**(563.787)**	**102.557.776**	**(301.083)**	**(385.183)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	7.615.856	(124.442)	(101.034)	5.595.163	(112.765)	(117.059)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	12.160.912	(276.500)	(169.431)	5.919.598	(95.764)	(77.145)
Opções de Compra Outras	31.679.919	(21.381)	(66.002)	19.880.180	(25.105)	(35.961)
Mercado Interfinanceiro	29.609.298	(10.574)	(13.195)	19.151.110	(17.837)	(515)
Outras (2)	2.070.621	(10.807)	(52.807)	729.070	(7.268)	(35.446)
Opções de Venda Outras	134.539.597	(89.721)	(227.320)	71.162.835	(67.449)	(155.018)
Mercado Interfinanceiro	133.703.672	(77.794)	(179.841)	70.494.622	(54.376)	(126.743)
Outras (2)	835.925	(11.927)	(47.479)	668.213	(13.073)	(28.275)
Contratos de Futuros	**289.508.200**	**-**	**-**	**161.725.596**	**-**	**-**
Posição Comprada	**86.203.734**	**-**	**-**	**54.806.022**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	20.590.068	-	-	9.616.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	32.690.685	-	-	26.456.303	-	-
Moeda Estrangeira	32.456.813	-	-	16.733.437	-	-
Índice (3)	466.168	-	-	1.780.311	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	219.035	-	-
Posição Vendida	**203.304.466**	**-**	**-**	**106.919.574**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	146.948.795	-	-	55.016.928	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	54.160.203	-	-	51.135.994	-	-
Moeda Estrangeira	1.992.574	-	-	745.849	-	-
Índice (3)	202.894	-	-	20.803	-	-
Contratos a Termo e Outros	**90.910.841**	**1.911.891**	**423.730**	**47.823.561**	**(920.582)**	**(234.069)**
Compromissos de Compra	**38.666.269**	**(3.565.412)**	**671.835**	**23.506.096**	**(3.607.256)**	**647.376**
Moedas	38.095.625	(3.569.571)	618.980	21.525.220	(3.606.223)	618.007
Outros	570.644	4.159	52.855	1.980.876	(1.033)	29.369
Compromissos de Venda	**52.244.572**	**5.477.303**	**(248.105)**	**24.317.465**	**2.686.674**	**(881.445)**
Moedas	51.958.529	5.470.937	(252.160)	22.096.104	2.688.198	(877.864)
Outros	286.043	6.366	4.055	2.221.361	(1.524)	(3.581)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US *Treasury*, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial 31/12/2018				31/12/2017 Banco
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	34.296.821	42.437.445	54.068.792	130.803.058	148.017.969
Opções	14.636.017	1.086.323	314.356.081	330.078.421	187.690.913
Contratos de Futuros	-	-	288.958.465	288.958.465	161.679.490
Contratos a Termo e Outros	39.024.978	48.641.894	3.240.060	90.906.932	47.797.322

	Valor Referencial 31/12/2018				31/12/2017 Consolidado
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	34.296.821	32.669.900	110.322.147	177.288.868	202.464.902
Opções	14.636.017	1.086.323	319.350.740	335.073.080	190.061.609
Contratos de Futuros	-	-	289.508.200	289.508.200	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	39.024.978	48.641.894	3.243.969	90.910.841	47.823.561

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial 31/12/2018				31/12/2017 Banco
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	14.251.761	45.603.348	70.947.949	130.803.058	148.017.969
Opções	61.327.500	218.070.780	50.680.141	330.078.421	187.690.913
Contratos de Futuros	159.064.904	67.270.572	62.622.989	288.958.465	161.679.490
Contratos a Termo e Outros	40.186.310	31.251.475	19.469.147	90.906.932	47.797.322

	Valor Referencial 31/12/2018				31/12/2017 Consolidado
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	12.347.864	71.030.479	93.910.525	177.288.868	202.464.902
Opções	63.376.042	220.982.952	50.714.086	335.073.080	190.061.609
Contratos de Futuros	159.221.909	67.578.078	62.708.213	289.508.200	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	40.186.310	31.255.384	19.469.147	90.910.841	47.823.561

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial 31/12/2018			31/12/2017 Banco
	Bolsas (1)	Balcão (2)	Total	Total
Swap	39.880.578	90.922.480	130.803.058	148.017.969
Opções	307.677.985	22.400.436	330.078.421	187.690.913
Contratos de Futuros	288.958.465	-	288.958.465	161.679.490
Contratos a Termo e Outros	323.413	90.583.519	90.906.932	47.797.322

	Valor Referencial 31/12/2018			31/12/2017 Consolidado
	Bolsas (1)	Balcão (2)	Total	Total
Swap	39.880.578	137.408.290	177.288.868	202.464.902
Opções	307.644.530	27.428.550	335.073.080	190.061.609
Contratos de Futuros	289.508.200	-	289.508.200	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	323.413	90.587.428	90.910.841	47.823.561

(1) Inclui valores negociados na B3.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total *Return Swaps* - TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

***Credit Default Swaps* - CDS**

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

		Banco Consolidado 31/12/2018
	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	1.959.128	416.541
Total	**1.959.128**	**416.541**

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R$1.288.

O efeito no PLE do risco recebido foi de R$84.487.

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

		31/12/2018
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto	**Acima de 12 Meses**	**Total**
Por Instrumento		
CDS	1.959.128	1.959.128
Total	**1.959.128**	**1.959.128**
Por Classificação de Risco		
Abaixo do Grau de Investimento	1.959.128	1.959.128
Total	**1.959.128**	**1.959.128**
Por Entidade de Referência		
Governo Brasileiro	1.959.128	1.959.128
Total	**1.959.128**	**1.959.128**

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de *Hedge*

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador eram representados como seguem:

a) *Hedge* de Risco de Mercado

	31/12/2018			31/12/2017		Banco
	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*						
Contratos de *Swap*	**51.897**	**(88.448)**	**(36.551)**	**(34.008)**	**(101.922)**	**(135.930)**
Ativo	**2.296.697**	**23.354**	**2.320.051**	**928.656**	**(23.408)**	**905.248**
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (1)	-	-	-	8.422	320	8.742
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar (2) (3) (4)	2.137.250	24.411	2.161.661	715.457	(23.585)	691.872
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5)	159.447	(1.057)	158.390	204.777	(143)	204.634
Passivo	**(2.244.800)**	**(111.802)**	**(2.356.602)**	**(962.664)**	**(78.514)**	**(1.041.178)**
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (5)	(191.789)	(10.030)	(201.819)	(209.554)	(16.303)	(225.857)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	(1.675.582)	(63.971)	(1.739.553)	(453.018)	(21.380)	(474.398)
Taxa de Juros Pré - Reais (3)	(56.487)	(1.685)	(58.172)	(23.006)	(3.838)	(26.844)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro (4)	(320.942)	(36.116)	(357.058)	(277.086)	(36.993)	(314.079)
Objeto de *Hedge*						
Ativo	**2.082.608**	**120.074**	**2.202.682**	**967.370**	**78.520**	**1.045.890**
Operação de Crédito (Nota 8.e)	**1.262.097**	**88.556**	**1.350.653**	**841.841**	**78.075**	**919.916**
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (2)	726.249	40.150	766.399	335.670	16.401	352.071
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (5)	190.471	10.019	200.490	208.527	16.416	224.943
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro (4)	313.847	36.854	350.701	280.467	41.358	321.825
Taxa de Juros Pré - Reais (3)	31.530	1.533	33.063	17.177	3.900	21.077
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	**820.511**	**31.518**	**852.029**	**125.529**	**445**	**125.974**
Notas Promissórias - NP	**820.511**	**31.518**	**852.029**	**125.529**	**445**	**125.974**
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	783.860	28.046	811.906	119.538	354	119.892
Taxa de Juros Pré - Reais (3)	36.651	3.472	40.123	5.991	91	6.082

	31/12/2018			31/12/2017		Consolidado
	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*						
Contratos de *Swap*	**20.787**	**(118.807)**	**(98.020)**	**(35.011)**	**(95.672)**	**(130.683)**
Ativo	**4.342.218**	**56.633**	**4.398.851**	**2.992.712**	**12.954**	**3.005.666**
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (1)	-	-	-	8.422	320	8.742
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar (2) (3) (4)	2.137.250	24.411	2.161.661	715.457	(23.585)	691.872
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (5) (8)	1.723.572	(1.057)	1.722.515	1.818.723	(357)	1.818.366
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (6) (7)	481.396	33.279	514.675	450.110	36.576	486.686
Passivo	**(4.321.431)**	**(175.440)**	**(4.496.871)**	(3.027.723)	(108.626)	(3.136.349)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (6)	(284.686)	(16.325)	(301.011)	(241.806)	(20.109)	(261.915)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (5)	(191.789)	(10.030)	(201.819)	(209.554)	(16.303)	(225.857)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	(1.675.582)	(63.971)	(1.739.553)	(453.018)	(21.380)	(474.398)
Taxa de Juros Pré - Reais (3) (8)	(1.657.958)	(43.801)	(1.701.759)	(1.640.730)	22	(1.640.708)
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano (7)	(190.474)	(5.197)	(195.671)	(205.529)	(13.863)	(219.392)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro (4)	(320.942)	(36.116)	(357.058)	(277.086)	(36.993)	(314.079)
Objeto de *Hedge*						
Ativo	**4.250.394**	**84.343**	**4.334.737**	**3.049.206**	**77.623**	**3.126.829**
Operação de Crédito (Nota 8.e)	**1.750.679**	**89.935**	**1.840.614**	**1.302.830**	**79.496**	**1.382.326**
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (2)	726.249	40.150	766.399	335.670	16.401	352.071
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (6)	298.088	1.315	299.403	284.101	4.319	288.420
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar (5)	190.471	10.019	200.490	208.527	16.416	224.943
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano (7)	190.494	64	190.558	176.888	(2.898)	173.990
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro (4)	313.847	36.854	350.701	280.467	41.358	321.825
Taxa de Juros Pré - Reais (3)	31.530	1.533	33.063	17.177	3.900	21.077
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	**2.499.715**	**(5.592)**	**2.494.123**	**1.746.376**	**(1.873)**	**1.744.503**
Notas Promissórias - NP	**820.511**	**31.518**	**852.029**	**125.529**	**445**	**125.974**
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	783.860	28.046	811.906	119.538	354	119.892
Taxa de Juros Pré - Reais (3)	36.651	3.472	40.123	5.991	91	6.082
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (8)	**1.679.204**	**(37.110)**	**1.642.094**	**1.620.847**	**(2.318)**	**1.618.529**

	31/12/2018	31/12/2017 Banco/Consolidado
	Valor de Referência	Valor de Referência
Instrumentos de *Hedge*		
Contratos de Futuros	**34.513.380**	**22.206.615**
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	33.861.121	22.206.615
Indexado a Índice de Preços - IPCA (DAP)	652.259	-

	31/12/2018			31/12/2017		Banco/Consolidado
	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado
Objeto de *Hedge*						
Ativo	**34.863.758**	**905.705**	**35.769.463**	**24.415.397**	**364.434**	**24.779.831**
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos	**34.287.055**	**874.393**	**35.161.448**	**24.415.397**	**364.434**	**24.779.831**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	24.293.635	357.330	24.650.965	13.674.321	219.611	13.893.932
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	9.993.420	517.063	10.510.482	10.741.076	144.823	10.885.899
Títulos Privados	**576.703**	**31.312**	**608.015**	**-**	**-**	**-**
Debêntures	576.703	31.312	608.015	-	-	-

(1) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI com valor de mercado de R$811.906 (31/12/2017 - R$109.538).
(2) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito e títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, com valor de mercado das operações de crédito de R$766.399 (31/12/2017 - R$352.071), e das notas promissórias em 31 de dezembro de 2017 no valor de R$10.354.
(3) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxa de juros pré-Reais com valor de mercado de R$40.123 (31/12/2017 - R$6.082) e operações de crédito no valor de R$33.063 (31/12/2017 - R$21.077).
(4) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré euro no valor de mercado de R$350.701 (31/12/2017 - R$321.825).
(5) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré dólar no valor de mercado de R$200.490 (31/12/2017- R$224.943).
(6) No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R$299.403 (31/12/2017 - R$288.420).
(7) No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - peso colombiano com valor de mercado de R$190.558 (31/12/2017 - R$173.990).
(8) No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são títulos públicos pré-fixados representados por Notas do Tesouro Nacional NTN-F com valor de mercado de R$1.642.094 (31/12/2017 - R$1.618.529).
A análise da efetividade destas operações está de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) *Hedge* de Fluxo de Caixa

	31/12/2018			31/12/2017		Banco
	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*						
Contratos de *Swap*	**195.970**	**(30.593)**	**165.377**	**123.428**	**(28.686)**	**94.742**
Ativo	**1.421.015**	**(122.594)**	**1.298.421**	**1.174.656**	**(36.590)**	**1.138.066**
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (1)	1.255.624	(123.696)	1.131.928	1.035.029	(42.150)	992.879
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar (2)	165.391	1.102	166.493	139.627	5.560	145.187
Passivo	**(1.225.045)**	**92.001**	**(1.133.044)**	**(1.051.228)**	**7.904**	**(1.043.324)**
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	(160.250)	(504)	(160.754)	(142.190)	(5.735)	(147.925)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro (1)	(1.064.795)	92.505	(972.290)	(909.038)	13.639	(895.399)

	31/12/2018			31/12/2017		Consolidado
	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de *Hedge*						
Contratos de *Swap*	**89.803**	**(79.888)**	**9.915**	**123.985**	**(137.361)**	**(13.376)**
Ativo	**7.586.138**	**5.531**	**7.591.669**	**6.011.762**	**116.754**	**6.128.516**
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (1)	1.255.624	(123.696)	1.131.928	1.035.029	(42.150)	992.879
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar (2)	165.391	1.102	166.493	139.627	5.560	145.187
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro (3)	1.011.655	111.124	1.122.779	1.088.569	134.435	1.223.004
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI (4)	5.153.468	17.001	5.170.469	3.748.537	18.909	3.767.446
Passivo	**(7.496.335)**	**(85.419)**	**(7.581.754)**	**(5.887.777)**	**(254.115)**	**(6.141.892)**
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	(160.250)	(504)	(160.754)	(142.190)	(5.735)	(147.925)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais (1) (4)	(5.269.332)	(109.646)	(5.378.978)	(3.809.809)	(131.127)	(3.940.936)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro (1)	(1.064.795)	92.505	(972.290)	(909.038)	13.639	(895.399)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (3)	(1.001.958)	(67.774)	(1.069.732)	(1.026.740)	(130.892)	(1.157.632)

	31/12/2018	31/12/2017 Banco/Consolidado
	Valor de Referência	Valor de Referência
Instrumentos de *Hedge*		
Contratos de Futuros	**44.541.938**	60.299.595
Operações de *Trade Finance* (5)	**44.000.952**	54.995.334
Moeda Estrangeira - Dólar	9.408.707	3.362.582
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	21.981.748	32.344.276
Taxa de Juros DDI1	12.610.496	19.288.476
Títulos e Valores Mobiliários (6)	**540.987**	5.304.261
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	540.987	5.304.261

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Objeto de *Hedge* - Valor da Curva				
Ativo	**18.691.612**	**24.652.963**	**19.678.934**	**25.697.292**
Operações de Crédito				
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação (3) (5)	9.511.028	7.632.915	10.113.706	8.295.191
Operações de Empréstimos (2) (3) (5)	6.319.469	9.590.587	6.704.113	9.972.640
Outros Créditos (5)	-	354.315	-	354.315
Títulos e Valores Mobiliários				
Disponíveis para Venda - Notas Promissórias - NP (2) (5)	1.653.969	1.194.266	1.653.969	1.194.266
Disponíveis para Venda -Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT (6)	312.815	5.071.220	312.815	5.071.220
Mantidos até o Vencimento - Títulos da Dívida Externa Brasileira (1)	894.331	809.660	894.331	809.660
Passivo	**-**	**-**	**(5.736.152)**	**(4.130.347)**
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses				
Depósitos				
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (4)	-	-	(1.297.581)	(333.343)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos				
Recursos de Aceites Cambiais				
Letras de Câmbio - LC (4)	-	-	(1.984.329)	(763.103)
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras Financeiras - LF (4)	-	-	(2.454.242)	(3.033.901)

(1) No Banco e no Consolidado, operação com vencimento em 1 de abril de 2021 (31/12/2017 - operação com vencimento em 1 de abril de 2021), cujos objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira.
(2) No Banco e no Consolidado, são operações com vencimentos entre abril de 2019 a fevereiro de 2020 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre janeiro a abril de 2018), cujos objetos de *hedge* em 2018 são operações de empréstimos e em 2017 são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias.
(3) No Consolidado, são operações com vencimentos entre janeiro 2019 a outubro 2022 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre janeiro de 2018 a setembro de 2022), cujos objetos de *hedge* são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.
(4) No Consolidado, são operações com vencimentos entre janeiro de 2019 a setembro 2022 (31/12/2017 - operações com vencimento entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020), cujos objetos de *hedge* são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, letras de câmbio - LC e letras financeiras - LF.
(5) No Banco e no Consolidado, operações com vencimentos entre fevereiro de 2019 a dezembro de 2028 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre fevereiro de 2018 a novembro de 2026) e valor atualizado dos instrumentos de R$16.738.641 (31/12/2017 - R$16.811.747) onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o *hedge* com as operações de *trade finance*, cujo objeto de *hedge* são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos e títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias.
(6) No Banco e no Consolidado, operações com vencimentos entre setembro de 2020 a março de 2023 (31/12/2017 - operação com vencimento entre março de 2021 e março de 2023), cujo objeto de *hedge* são Letras Financeiras do Tesouro - LFT, registrados em títulos e valores mobiliários.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No Banco e no Consolidado, no primeiro trimestre de 2018, foi contratada estrutura de hedge de contratos de futuros que foi descontinuada em junho de 2018. Os objetos de hedge eram certificados de depósitos a prazo - CDB. O efeito da marcação a mercado destes contratos, líquido dos efeitos tributários, e que estão destacados no patrimônio líquido, corresponde a um crédito no valor de R$701, que restam a ser amortizados nos próximos 3 meses, a partir de janeiro de 2019.
No Banco e no Consolidado, a estrutura de Futuros de *Cash Flow Hedge*, formada por futuros (DI1F21 e DI1F23) com vencimento em janeiro de 2021 e janeiro de 2023, foram parcialmente descontinuadas ao longo do mes de novembro de 2018. Os objetos de *hedge* eram títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - Letras Financeiras do Tesouro - LFT. O efeito da marcação a mercado destes contratos, líquidos dos efeitos tributários, e que estão destacados no patrimônio líquido corresponde a um crédito no valor de R$122.364, dos quais R$36.846 serão realizados contra receita/despesas nos próximos doze meses, a partir de janeiro de 2019.
No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* e futuros ativos, corresponde a um crédito no valor de R$76.534 (31/12/2017 - R$116.441) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R$2.450 (31/12/2017 - R$9.342) a débito e serão realizados contra despesa nos próximos doze meses, a partir de janeiro de 2019.
A análise da efetividade destas operações está de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002. No exercício de 2018, foram registrados no resultado uma despesa no valor de R$3.981 (2017 - receita no valor R$9.267) referente a parcela inefetiva.

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.974.085	11.938	7.552.926	708.960
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.392.893	4.371.286	3.392.886	4.371.286
Notas do Tesouro Nacional - NTN	682.240	1.003.583	873.134	1.193.315
Total	**11.049.218**	**5.386.807**	**11.818.946**	**6.273.561**

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
Swap - Diferencial a Receber	6.806.838	5.700.402	14.730.123	15.848.969
Prêmios de Opções a Exercer	558.123	489.458	716.936	553.218
Contratos a Termo e Outros	2.526.669	5.114.013	2.579.936	5.141.581
Total	**9.891.630**	**11.303.873**	**18.026.995**	**21.543.768**
Passivo				
Swap - Diferencial a Pagar	8.038.706	4.689.879	16.180.410	14.920.051
Prêmios de Opções Lançadas	489.055	342.766	563.787	385.183
Contratos a Termo e Outros	2.156.206	5.375.650	2.156.206	5.375.650
Total	**10.683.967**	**10.408.295**	**18.900.403**	**20.680.884**

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.
As novas regras de Basileia III seguem um cronograma de implementação, possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019.
Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen.
A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*.
Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.
O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.
Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2018.

Carteira Negociação				Consolidado
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(752)	(11.854)	(23.708)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.091)	(15.747)	(31.494)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.229)	(60.518)	(121.036)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.030)	(5.349)	(10.697)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(10.926)	(273.156)	(546.313)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(328)	(2.138)	(4.277)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(4.344)	(45.686)	(91.371)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(3.028)	(75.711)	(151.422)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(2)	(42)	(84)
Total [1]		**(27.730)**	**(490.201)**	**(980.402)**

[1] Valores líquidos de efeitos tributários.
Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking				Consolidado
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(48.576)	(832.528)	(1.658.721)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(22.042)	(364.231)	(551.674)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(37.400)	(475.444)	(948.607)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.721)	(43.693)	(71.662)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons e Moedas Estrangeiras	(4.241)	(63.970)	(128.421)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.692)	(80.702)	(141.043)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.513)	(62.821)	(125.642)
Total [1]		**(121.185)**	**(1.923.389)**	**(3.625.770)**

[1] Valores líquidos de efeitos tributários.
Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Crédito	**184.740.287**	**171.639.017**	**244.954.684**	**221.663.484**
Empréstimos e Títulos Descontados	98.499.318	90.001.769	111.862.168	101.161.949
Financiamentos	37.823.329	35.104.254	84.652.084	73.829.604
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	11.875.591	11.675.791	11.875.591	11.675.791
Financiamentos Imobiliários	36.542.049	34.689.048	36.542.049	34.689.048
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	-	1.173	-	1.173
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	166.982	22.792	305.919
Operações de Arrendamento Mercantil	**-**	**1**	**2.573.079**	**2.597.338**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9) [1]	**6.125.308**	**5.070.912**	**6.125.308**	**5.070.912**
Outros Créditos [2]	**48.120.998**	**40.147.992**	**51.696.570**	**43.309.959**
Total	**238.986.593**	**216.857.922**	**305.349.641**	**272.641.693**
Circulante	**130.310.170**	**112.042.662**	**161.520.874**	**139.930.480**
Longo Prazo	**108.676.423**	**104.815.260**	**143.828.767**	**132.711.213**

[1] Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.
[2] Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício de 2018, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R$847.400 (2017 - R$590.118) e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco F e H.
Durante o exercício de 2018, foram realizadas cessões de créditos integralmente provisionadas sem coobrigação, no valor de R$670.698 no Banco e R$1.675.803 no Consolidado relativas a operações de créditos em prejuízo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA). Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA é de R$22.792 (31/12/2017 - R$138.937).
Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de *Funded Participation* (*Export)* no montante de R$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 2018, a cessão de crédito foi liquidada, o valor presente das operações cedidas em 31 de dezembro de 2017 era de R$166.982.
Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente das operações cedidas é de R$97.104 (31/12/2017 - R$125.478).
Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:
- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.
A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vencidas	7.851.837	7.589.001	9.513.579	8.706.106
A Vencer:				
Até 3 Meses	74.904.261	58.353.903	85.909.980	68.376.226
De 3 a 12 Meses	55.405.909	53.688.759	75.610.894	71.554.254
Acima de 12 Meses	100.824.586	97.226.259	134.315.188	124.005.107
Total	**238.986.593**	**216.857.922**	**305.349.641**	**272.641.693**

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	-	1	3.089.417	3.088.690
Arrendamentos a Receber	-	1	1.975.231	2.059.052
Valores Residuais a Realizar [1]	-	-	1.114.186	1.029.638
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	-	(1.955.086)	(2.037.716)
Valores Residuais a Balancear	-	-	(1.114.186)	(1.029.638)
Imobilizado de Arrendamento	58.307	66.611	6.536.478	6.699.397
Depreciações Acumuladas	(58.307)	(66.611)	(3.365.576)	(3.531.301)
Superveniências de Depreciações	22.059	25.957	1.240.627	1.321.640
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	190.790	222.865
Credores por Antecipação de Valor Residual	(22.059)	(25.957)	(2.051.422)	(2.138.695)
Outros Valores e Bens	-	-	2.037	2.096
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	**-**	**1**	**2.573.079**	**2.597.338**

[1] Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.
A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) no Consolidado é de R$516.338 (31/12/2017 - R$491.352).
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vencidas	-	1	9.371	9.716
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.336.888	1.441.341
De 1 a 5 Anos	-	-	1.740.022	1.633.057
Acima de 5 Anos	-	-	3.136	4.576
Total	**-**	**1**	**3.089.417**	**3.088.690**

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vencidas	-	1	8.912	8.538
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.239.421	1.344.466
De 1 a 5 Anos	-	-	1.323.324	1.242.339
Acima de 5 Anos	-	-	1.422	1.995
Total	**-**	**1**	**2.573.079**	**2.597.338**

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Setor Privado	**238.402.463**	**216.799.022**	**304.765.355**	**272.582.793**
Indústria	50.869.652	55.611.046	52.541.944	57.403.395
Comércio	29.132.915	27.137.523	33.979.959	31.050.058
Instituições Financeiras	1.578.981	1.152.604	1.585.364	1.156.855
Serviços e Outros [1]	33.881.582	32.461.007	37.053.132	35.492.891
Pessoas Físicas	119.869.007	97.946.270	176.520.693	144.942.407
Cartão de Crédito	30.892.254	24.420.815	30.892.254	24.420.815
Crédito Imobiliário	32.438.358	28.112.463	32.438.358	28.112.463
Crédito Consignado	20.976.692	15.497.855	33.782.238	25.616.252
Financiamento e Leasing de Veículos	2.213.470	1.835.375	43.528.359	36.227.482
Outros [2]	33.348.233	28.079.762	35.879.484	30.565.395
Agricultura	3.070.326	2.490.572	3.084.263	2.537.187
Setor Público	**584.130**	**58.900**	**584.286**	**58.900**
Governo Estadual [3]	560.482	26.241	560.482	26.241
Governo Municipal	23.648	32.659	23.804	32.659
Total	**238.986.593**	**216.857.922**	**305.349.641**	**272.641.693**

[1] Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.
[2] Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.
[3] Inclui, principalmente, operações de capital de giro.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

							Banco
							31/12/2018
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal** [1]	**Total** [3]	**Requerida**	**Adicional** [2]	**Total**
AA	-	97.577.221	-	97.577.221	-	-	-
A	0,5%	70.680.546	-	70.680.546	353.403	263.816	617.219
B	1%	17.262.081	3.256.203	20.518.284	205.183	355.940	561.123
C	3%	19.236.302	2.331.011	21.567.313	647.019	1.051.658	1.698.677
D	10%	8.418.782	2.552.645	10.971.427	1.097.143	-	1.097.143
E	30%	2.368.666	1.656.361	4.025.027	1.207.508	-	1.207.508
F	50%	1.567.663	1.388.291	2.955.954	1.477.977	-	1.477.977
G	70%	598.233	1.160.961	1.759.194	1.231.436	-	1.231.436
H	100%	3.126.714	5.716.357	8.843.071	8.843.071	-	8.843.071
Total		**220.836.208**	**18.061.829**	**238.898.037**	**15.062.740**	**1.671.414**	**16.734.154**

							Banco
							31/12/2017
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal** [1]	**Total** [3]	**Requerida**	**Adicional** [2]	**Total**
AA	-	82.161.883	-	82.161.883	-	-	-
A	0,5%	80.068.069	-	80.068.069	400.340	297.689	698.029
B	1%	14.449.689	1.547.327	15.997.016	159.970	264.618	424.588
C	3%	9.306.222	1.799.710	11.105.932	333.178	733.441	1.066.619
D	10%	7.794.981	1.988.601	9.783.582	978.358	157.214	1.135.572
E	30%	2.429.455	1.656.825	4.086.280	1.225.884	-	1.225.884
F	50%	1.605.399	1.892.247	3.497.646	1.748.823	-	1.748.823
G	70%	798.126	907.666	1.705.792	1.194.055	-	1.194.055
H	100%	3.327.732	5.045.915	8.373.647	8.373.647	-	8.373.647
Total		**201.941.556**	**14.838.291**	**216.779.847**	**14.414.255**	**1.452.962**	**15.867.217**

							Consolidado
							31/12/2018
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal** [1]	**Total** [3]	**Requerida**	**Adicional** [2]	**Total**
AA	-	115.358.812	-	115.358.812	-	-	-
A	0,5%	107.768.431	-	107.768.431	538.842	281.900	820.742
B	1%	21.289.830	4.838.249	26.128.079	261.281	355.940	617.221
C	3%	20.577.623	3.667.376	24.244.999	727.350	1.051.658	1.779.008
D	10%	8.823.284	3.164.178	11.987.462	1.198.746	-	1.198.746
E	30%	2.435.111	2.010.053	4.445.164	1.333.549	-	1.333.549
F	50%	1.718.727	1.671.879	3.390.606	1.695.303	-	1.695.303
G	70%	611.648	1.360.348	1.971.996	1.380.397	-	1.380.397
H	100%	3.232.551	6.731.606	9.964.157	9.964.157	-	9.964.157
Total		**281.816.017**	**23.443.689**	**305.259.706**	**17.099.625**	**1.689.498**	**18.789.123**

							Consolidado
							31/12/2017
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal** [1]	**Total** [3]	**Requerida**	**Adicional** [2]	**Total**
AA	-	95.785.639	-	95.785.639	-	-	-
A	0,5%	112.295.243	-	112.295.243	561.476	319.088	880.564
B	1%	18.084.843	2.896.661	20.981.504	209.815	264.618	474.433
C	3%	10.672.845	2.984.458	13.657.303	409.719	733.441	1.143.160
D	10%	7.998.220	2.489.277	10.487.497	1.048.749	157.214	1.205.963
E	30%	2.507.129	1.934.230	4.441.359	1.332.408	-	1.332.408
F	50%	1.729.351	2.121.498	3.850.849	1.925.425	-	1.925.425
G	70%	806.133	1.069.806	1.875.939	1.313.157	-	1.313.157
H	100%	3.402.067	5.784.797	9.186.864	9.186.864	-	9.186.864
Total		**253.281.470**	**19.280.727**	**272.562.197**	**15.987.613**	**1.474.361**	**17.461.974**

[1] Inclui parcelas vincendas e vencidas.
[2] A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.
[3] O total da carteira de créditos inclui o valor de R$88.556 (31/12/2017 - R$78.075) no Banco e R$89.935 (31/12/2017 - R$79.496) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.VI.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	**15.867.217**	**16.780.456**	**17.461.974**	**18.332.712**
Constituições Líquidas das Reversões	10.605.611	10.135.143	12.684.362	11.778.801
Baixas	(9.738.674)	(11.048.382)	(11.357.213)	(12.649.539)
Saldo Final	**16.734.154**	**15.867.217**	**18.789.123**	**17.461.974**
Circulante	**4.926.375**	**3.953.171**	**5.790.198**	**4.652.628**
Longo Prazo	**11.807.779**	**11.914.046**	**12.998.925**	**12.809.346**
Créditos Recuperados [1]	**1.952.060**	**2.455.251**	**2.207.915**	**2.605.275**

[1] Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R$65.394 (2017 - R$169.460) no Banco e R$85.903 (2017 - R$132.483) no Consolidado.

g) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos Renegociados	13.811.093	13.155.907	15.021.047	13.655.633
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.764.696)	(7.744.788)	(8.065.913)	(7.923.051)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	56,2%	58,9%	53,7%	58,0%

h) Concentração de Crédito

				Consolidado
	31/12/2018		31/12/2017	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças [1], **Títulos e Valores Mobiliários** [2] **e Instrumentos Financeiros Derivativos** [3]	**Risco**	**%**	**Risco**	**%**
Maior Devedor	3.679.300	0,9%	4.405.863	1,2%
10 Maiores	26.626.231	6,8%	27.307.559	7,7%
20 Maiores	42.775.942	10,9%	44.180.854	12,5%
50 Maiores	69.956.141	17,9%	70.193.706	19,9%
100 Maiores	92.337.154	23,6%	91.342.646	25,9%

[1] Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.
[2] Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.
[3] Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	67.730.808	33.464.563
Câmbio Comprado a Liquidar	39.564.763	26.601.130
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(109.179)	(113.998)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	101.894	86.481
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	85.102	81.049
Total	**107.373.388**	**60.119.225**
Circulante	**105.683.300**	**53.370.513**
Longo Prazo	**1.690.088**	**6.748.712**
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	72.067.100	40.516.382
Obrigações por Compra de Câmbio	34.403.569	19.872.398
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.125.308)	(5.070.912)
Outros	102	62
Total	**100.345.463**	**55.317.930**
Circulante	**98.835.635**	**48.664.949**
Longo Prazo	**1.509.828**	**6.652.981**
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.580.005	1.915.492
Créditos de Exportação Confirmados	194.823	651.740

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	562.324	142.665	569.457	142.825
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	107	6.349
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	179.853	-	455.041	223.318
Bolsas - Depósitos em Garantia	110.830	41.997	110.830	41.997
Outros [1]	775.356	800.984	775.356	800.984
Total	**1.628.363**	**985.646**	**1.910.791**	**1.215.473**
Circulante	**1.628.363**	**985.646**	**1.910.791**	**1.215.473**
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	714.564	73.437	721.169	95.103
Credores - Conta Liquidações Pendentes	105.839	4.269	485.082	183.636
Credores por Empréstimos de Ações	-	1.194	359.622	321.093
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	140.052	1.360
Comissões e Corretagens a Pagar	1.370	1.971	2.638	3.105
Outros	11.725	2.977	11.734	2.977
Total	**833.498**	**83.848**	**1.720.297**	**607.274**
Circulante	**833.498**	**83.848**	**1.720.297**	**607.274**

[1] Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

				Banco
	Saldo em 31/12/2017	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31/12/2018**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.448.584	3.944.071	(2.675.397)	11.717.258
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.023.947	805.704	(469.980)	1.359.671
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.361.741	64.913	(235.588)	1.191.066
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.529.085	2.085.519	(1.746.621)	1.867.983
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	2.318.210	2.865.142	(2.724.207)	2.459.145
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa [1]	315.265	68.148	-	383.413
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria [2]	1.356.007	396.391	(642.486)	1.109.912
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	403.709	592.339	(585.961)	410.087
Outras Provisões Temporárias [3]	3.065.919	-	(12.871)	3.053.048
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**21.822.467**	**10.822.227**	**(9.093.111)**	**23.551.583**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	548.697	-	(70.169)	478.528
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	521.753	-	(104.289)	417.464
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**22.892.917**	**10.822.227**	**(9.267.569)**	**24.447.575**
Circulante	**3.340.220**			**7.502.420**
Longo Prazo	**19.552.697**			**16.945.155**

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Banco
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.226.152	4.124.494	(4.902.062)	10.448.584
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	783.276	336.398	(95.727)	1.023.947
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.380.786	242.498	(261.543)	1.361.741
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.060.611	565.742	(97.268)	1.529.085
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	3.719.237	858.318	(2.259.345)	2.318.210
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa [1]	545.119	-	(229.854)	315.265
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria [2]	884.543	471.464	-	1.356.007
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	363.200	553.508	(512.999)	403.709
Outras Provisões Temporárias [3]	3.178.827	-	(112.908)	3.065.919
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**23.141.751**	**7.152.422**	**(8.471.706)**	**21.822.467**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	-	548.697	-	548.697
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	641.213	-	(119.460)	521.753
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**23.782.964**	**7.701.119**	**(8.591.166)**	**22.892.917**
Circulante	**8.234.581**			**3.340.220**
Longo Prazo	**15.548.383**			**19.552.697**

		Mudança no Escopo de			Consolidado
	Saldo em 31/12/2017	Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.800.832	3	4.792.125	(3.446.832)	13.146.128
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.140.653	-	940.942	(611.059)	1.470.536
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.306.576	6.118	136.470	(455.070)	1.994.094
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.614.898	31.345	2.217.333	(1.869.381)	1.994.195
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	2.326.627	-	2.867.287	(2.731.929)	2.461.985
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e *Hedges* de Fluxo de Caixa [1]	369.813	-	68.169	(10.874)	427.108
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria [2]	1.364.252	8.194	397.615	(650.731)	1.119.330
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	434.604	13.304	641.190	(637.052)	452.046
Outras Provisões Temporárias [3]	3.292.385	5.302	39.094	(84.323)	3.252.458
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**24.650.640**	**64.266**	**12.100.225**	**(10.497.251)**	**26.317.880**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	973.104	41	151.734	(196.127)	928.752
Contribuição Social - MP 2.158/2001	535.899	-	-	(118.436)	417.463
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**26.159.643**	**64.307**	**12.251.959**	**(10.811.814)**	**27.664.095**
Circulante	**3.815.576**				**8.372.900**
Longo Prazo	**22.344.067**				**19.291.195**

		Mudança no Escopo de			Consolidado
	Saldo em 31/12/2016	Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.321.090	(181)	4.751.512	(5.271.589)	11.800.832
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	868.273	3.846	408.200	(139.666)	1.140.653
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.266.355	14.152	362.370	(336.301)	2.306.576
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.124.992	9.201	597.005	(116.300)	1.614.898
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	3.745.880	-	858.318	(2.277.571)	2.326.627
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e *Hedges* de Fluxo de Caixa [1]	569.194	-	31.628	(231.009)	369.813
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria [2]	886.535	2.605	476.998	(1.886)	1.364.252
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	386.483	160	585.416	(537.455)	434.604
Outras Provisões Temporárias [3]	3.434.482	8.368	59.680	(210.145)	3.292.385
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**25.603.284**	**38.151**	**8.131.127**	**(9.121.922)**	**24.650.640**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	508.045	-	603.625	(138.566)	973.104
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	(119.460)	535.899
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**26.766.688**	**38.151**	**8.734.752**	**(9.379.948)**	**26.159.643**
Circulante	**9.102.267**				**3.815.576**
Longo Prazo	**17.664.421**				**22.344.067**

[1] Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

[2] Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

[3] Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários não ativados totalizaram R$259.824 (31/12/2017 - R$171.228) no Banco e R$318.155 (31/12/2017 - R$172.108) no Consolidado, cuja expectativa de realização supera 10 anos.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN 4.441/2015.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Banco — 31/12/2018

	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base		Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%	Registrados
2019	4.092.017	2.480.289	74.377	478.528	377.209	7.502.420
2020	3.938.087	2.377.212	74.377	-	40.255	6.429.931
2021	4.285.655	2.528.368	74.377	-	-	6.888.400
2022	471.701	284.702	12.288	-	-	768.691
2023	506.096	306.965	12.289	-	-	825.350
2024 a 2028	1.217.976	753.362	61.445	-	-	2.032.783
Total	**14.511.532**	**8.730.898**	**309.153**	**478.528**	**417.464**	**24.447.575**

Consolidado — 31/12/2018

	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base		Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%	Registrados
2019	4.574.450	2.760.200	75.346	585.695	377.209	8.372.900
2020	4.293.639	2.589.699	75.346	103.474	40.254	7.102.412
2021	4.625.277	2.732.298	75.311	65.645	-	7.498.531
2022	515.342	310.789	13.223	69.894	-	909.248
2023	1.003.554	577.853	13.222	11.929	-	1.606.558
2024 a 2028	1.251.538	768.990	61.803	92.115	-	2.174.446
Total	**16.263.800**	**9.739.829**	**314.251**	**928.752**	**417.463**	**27.664.095**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R$22.054.923 (31/12/2017- R$18.489.387) no Banco e R$24.785.205 (31/12/2017- R$21.113.682) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	25.811.419	20.412.186	25.955.382	20.609.595
Direitos Creditórios [1]	21.190.997	18.938.486	24.622.606	21.903.044
Cédula de Produto Rural (CPR)	-	33.319	-	33.319
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.035.103	4.938.022	6.834.114	7.229.156
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.038.755	1.711.652	2.155.863	1.788.976
Outros - Cíveis	1.154.478	1.123.320	1.361.530	1.277.941
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	525.155	625.924	605.638	707.131
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.897.838	3.217.676	3.864.816	4.046.543
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	-	1.445.102	-	15.994
Pagamentos a Ressarcir	168.933	202.689	191.469	225.973
Adiantamentos Salariais/Outros	79.297	88.721	141.553	127.785
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	223.302	169.940	273.281	198.188
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	472.642	322.378	472.642	322.378
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	32.532	20.542	18.796	1.497
Outros	986.999	1.277.469	1.832.436	2.934.724
Total	**60.617.450**	**54.527.426**	**68.330.126**	**61.422.244**
Circulante	**47.846.548**	**36.821.967**	**52.068.793**	**40.171.446**
Longo Prazo	**12.770.902**	**17.705.459**	**16.261.333**	**21.250.798**

[1] Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, composta por operações de *"Confirming"* com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de junho de 2018, a Administração do Banco Santander reavaliou sua estratégia sobre o investimento na sociedade Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, e decidiu pela transferência da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda para participações em coligadas e controladas (Nota 15). Em 31 de dezembro de 2018, o montante desta rubrica era de R$0 (31/12/2017 - R$130.713) no Banco e no Consolidado.

14. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade *offshore* que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade *offshore* que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman [3]		Agência de Luxemburgo [3]	Santander Brasil EFC [3]	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	**92.861.348**	**90.036.549**	**11.193.937**	**3.588.365**	**3.144.220**
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	**92.861.348**	**90.036.549**	**11.193.591**	**3.588.365**	**3.144.220**
Disponibilidades	4.810.743	3.590.430	27.433	172.752	67.989
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.932.358	14.922.470	2.507.169	1.731.210	1.111.404
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	47.969.178	35.691.013	543.737	62.226	97.652
Operações de Crédito [1]	13.620.719	18.642.828	8.053.459	1.559.244	1.853.191
Carteira de Câmbio	5.449.633	15.461.077	27.384	-	-
Outros	2.078.717	1.728.731	34.409	62.933	13.984
Ativo Permanente	**-**	**-**	**346**	**-**	**-**
Passivo	**92.861.348**	**90.036.549**	**11.193.937**	**3.588.365**	**3.144.220**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	**47.276.437**	**49.732.979**	**7.184.013**	**43.037**	**95.754**
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	6.778.080	10.272.902	525.047	29.165	51.421
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.451.782	1.911.963	-	-	-
Obrigações por Empréstimos [2]	16.095.088	19.975.625	6.581.247	-	-
Carteira de Câmbio	5.397.345	15.450.218	27.542	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 21)	9.782.372	-	-	-	-
Outros	4.771.770	2.122.271	50.177	13.872	44.333
Resultados de Exercícios Futuros	**136**	**21**	**-**	**14.375**	**14.878**
Patrimônio Líquido	**45.584.775**	**40.303.549**	**4.009.924**	**3.530.953**	**3.033.588**
Resultado do Exercício	**2.417.025**	**2.469.434**	**133.150**	**96.308**	**71.401**

[1] Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

[2] Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

[3] A moeda funcional é o Real (Nota 3.b).

15. Participações em Coligadas e Controladas

31/12/2018

Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil) — Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. [22]	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) [7]	Outras Atividades	4.687	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) [8]	Recuperação de Créditos Inadimplidos	265.419	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	24.500	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) [11] [12]	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A. [13]	Outras Atividades	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios) [15]	Outras Atividades	45.001	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A. [21]	Outras Atividades	10.001	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos)	Instituição de Pagamento	90.724	-	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) [9]	Banco	261.359	-	-	60,00%
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (atual denominação social da BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.) [14]	Banco	50.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (atual denominação social da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A.) (SI DTVM) [16] [24]	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%

31/12/2018

Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil) — Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. [8]					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.) [19]	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	140	-	-	70,00%
Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.) [19]					
Return Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A.) [20]	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) [1]	Securitização	4	-	9,72%	9,72%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) [1] [10]	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito) [6]	Birô de Crédito	3.560	3.560	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos Ltda. [18]	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros [7]					
Webmotors S.A. [2]	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) [3]	Corretora de Seguros	450	-	-	50,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A. [23]	Outras Atividades	7.500	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras Atividades	76.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop) [17]	Outras Atividades	23.243	-	-	51,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet) [4]	Outras Atividades	494.625	-	-	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte) [5]	Outras Atividades	485.350	-	-	100,00%
Controladas do Olé Consignado [9]					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	100,00%
Olé Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	-	100,00%
Coligada do Banco Santander					
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2018	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 31/12/2018	Valor dos Investimentos 31/12/2018	Valor dos Investimentos 31/12/2017	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2018	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2017
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.753.021	325.235	4.520.381	4.577.432	255.505	376.715
Santander Brasil Consórcio	318.115	143.799	318.115	234.316	143.799	97.701
Banco Bandepe S.A.	4.193.144	198.597	4.193.144	3.192.478	198.597	236.054
Banco RCI Brasil S.A.	1.188.957	220.628	474.285	430.930	88.010	74.259
Aymoré CFI	2.191.024	906.976	2.191.024	1.546.130	906.976	582.704
Santander CCVM	595.575	68.198	595.575	564.675	68.198	7.049
Santander Corretora de Seguros	2.556.667	362.292	2.556.667	2.192.359	362.292	163.030
Getnet S.A.	2.165.278	482.763	1.916.271	1.586.109	427.245	375.870
Sancap	435.968	48.750	435.968	394.454	48.750	114.146
Santander Brasil EFC	3.530.953	96.308	3.530.953	3.033.588	96.308	71.401
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	269.655	20.984	269.655	98.638	20.984	(21.362)
Santander Holding Imobiliária S.A.	21.190	(2.696)	21.190	23.885	(2.696)	253
Santander Brasil Tecnologia S.A.	132.607	(3.890)	132.607	-	(3.890)	-
Rojo Entretenimento S.A.	129.916	3.898	122.901	-	3.688	-
BEN Benefícios	43.811	(1.190)	43.811	-	(1.190)	-
Esfera Fidelidade S.A.	9.175	(826)	9.175	-	(826)	-
Controladas da Aymoré CFI						
Super Pagamentos	37.047	678	-	-	-	-
Olé Consignado	1.158.519	346.318	-	-	-	-
Banco PSA	310.799	35.828	-	-	-	-
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	102.146	2.166	-	-	-	-
Controlada da Santander Leasing						
SI DTVM	359.837	(29.415)	-	-	-	-
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização	186.353	128.083	-	-	-	-
Evidence Previdência S.A.	208.045	(74.767)	-	-	-	-

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2018	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 31/12/2018	Valor dos Investimentos 31/12/2018	Valor dos Investimentos 31/12/2017	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2018	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2017
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos Meios Digitais S.A.						
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	3.849	3.832	-	-	-	-
Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.						
Return Gestão de Recursos S.A.	829	1.627	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec	75.085	1.989	7.298	7.438	194	1.000
Norchem Participações	52.211	2.240	26.105	25.550	1.120	1.333
EBP	33.216	(9.151)	3.690	4.707	(1.017)	(1.560)
Gestora de Crédito	295.488	(32.328)	59.099	29.512	(6.466)	(4.642)
Campo Grande Empreendimentos Ltda.			255	255	-	-
Outras			-	-	-	1.824
Controladas da Getnet S.A.						
Auttar HUT	17.538	2.539	-	-	-	-
Integry Tecnologia	74.349	1.497	-	-	-	-
Toque Fale	4.574	860	-	-	-	-
Controladas do Olé Consignado						
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	9.706	2.464	-	-	-	-
Olé Tecnologia Ltda.	3.793	3.202	-	-	-	-
Coligada do Banco Santander						
Norchem Holdings	96.245	2.690	20.933	20.860	585	1.217
Outras			**21.675**	-	**4.394**	-
Ágio na Aquisição de 100% da Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.e)	-	-	15.152	-	-	-
Outras			6.523	-	4.394	-
Total Banco			**21.470.777**	**17.963.316**	**2.610.560**	**2.076.992**
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec	75.085	1.989	7.298	7.438	194	1.000
Norchem Participações	52.211	2.240	26.105	25.550	1.120	1.333
EBP	33.216	(9.151)	3.690	4.707	(1.017)	(1.560)
Gestora de Crédito	295.488	(32.328)	59.099	29.512	(6.466)	(4.642)
Campo Grande Empreendimentos Ltda.			255	255	-	-
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente da Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	148.493	43.751	103.945	28.159	30.625	18.791
TecBan	412.204	(34.976)	81.658	88.587	(6.928)	8.307
PSA Corretora de Seguros	2.410	927	1.206	1.491	464	833
Controlada da Webmotors						
Loop	24.316	(5.262)	-	-	-	-
Controlada da TecBan						
Tbnet	311.112	(69.116)	-	-	-	-
Controlada da Tbnet						
Tbforte	302.340	(70.475)	-	-	-	-
Controlada em Conjunto da Sancap						
Santander Auto S.A.	15.111	111	7.556	-	55	-
Coligada do Banco Santander						
Norchem Holdings	96.245	2.690	20.933	20.860	585	1.217
Outras			**136.803**	**143.494**	**280**	**-**
Ágio na Aquisição de 100% da Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.e)			15.152	-	-	-
Valor Líquido da Amortização referente a Conclusão do Estudo da Alocação do Preço de Compra (Purchase Price Allocation - PPA) sobre a Aquisição do Olé Consignado pela Aymoré CFI			13.226	19.481	-	-
Ágio na Aquisição das Ações Representativas dos 50% Remanescentes do Capital Social Votante da Super Pagamentos			67.557	78.825	-	-
Valor Final de Ajuste no Preço na Aquisição do Banco PSA.			11.712	13.014	-	-
Ágio na Aquisição de 70% da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.) pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.			24.146	27.163	-	-
Outras			5.010	5.011	280	-
Total Consolidado			**448.548**	**350.053**	**18.912**	**25.279**

[1] O Banco possui participação inferior a 20%, não havendo bloco de controle na Cibrasec, sendo as decisões tomadas em conjunto pelos acionistas.

[2] Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre Santander Corretora de Seguros e Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

[3] Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

[4] Em Reuniões dos sócios realizadas no período de janeiro a dezembro de 2018, foram aprovados aumentos de capital no valor de R$274.623, passando o capital social de R$220.002 para R$494.625, com a emissão de 274.623 mil novas quotas, no valor nominal de R$1,00 (um Real) cada uma, referidos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.

[5] Em Reuniões dos sócios realizadas no período de janeiro a outubro de 2018, foram aprovados aumentos de capital no valor de R$272.495, passando o capital social de R$212.855 para R$485.350, com a emissão de 272.495 mil novas quotas, no valor nominal de R$1,00 (um Real) cada uma, referido aumento foi integralizado em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(6) Sociedade constituída em 14 de abril de 2017 que se encontra em fase pré operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre a totalidade de seus acionistas que detém 20% do seu capital social cada (Nota 37.h).
(7) Em dezembro de 2017, o investimento mantido pela Santander Corretora de Seguros na BW Guirapá I S.A. foi baixado contabilmente, deixando de ser consolidado a partir de 1 de janeiro de 2018 (Nota 37.f).
(8) Na AGE realizada em 23 de março de 2018, foi aprovado aumento de capital social no valor de R$150.000, mediante a emissão de 145.419.292 (cento e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil e duzentos e noventa e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$120.000 para R$270.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Ainda, a AGE deliberou a mudança da denominação social da Sociedade para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.
(9) A totalidade dos acionistas cancelaram a AGE de 19 de dezembro de 2017, que aprovou o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R$120.000. Em AGE de 9 de fevereiro de 2018, os acionistas do Olé Consignado, aprovaram o aumento de capital social no valor de R$120.000, passando de R$400.000 para R$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE, na proporção de suas respectivas participações no capital social. O aumento do capital social, foi aprovada pelo Bacen em 15 de março de 2018.
(10) Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. A EBP deixou de exercer suas atividades em 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018. A Sociedade está em processo de liquidação.
(11) Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.e).
(12) Em AGE realizada no dia 19 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Brasil Tecnologia S.A. no valor de R$4.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos, sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R$91.048 para R$95.048, representado por 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
(13) Investimento transferido da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 13) em junho de 2018.
(14) A Sociedade pré-operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., foi constituída em 11 de abril de 2018 e transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A. em 13 de dezembro de 2018. A Aymoré CFI, subsidiária integral do Banco Santander, detém o controle operacional efetivo da sociedade (Nota 37.i).
(15) Sociedade constituída em 11 de junho de 2018 (Nota 37.d).
(16) Em AGE realizada em 3 de maio de 2018, os acionistas da Sociedade aprovaram sua transformação para uma companhia distribuidora de títulos e valores mobiliários, e a alteração de sua denominação social para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de transformação foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018 (Nota 37.j).
(17) Investimento adquirido em 25 de setembro de 2018 (Nota 37.c).
(18) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., atualmente sócia da Campo Grande Empreendimentos Ltda. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da Sociedade, que depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, os sócios procederão a liquidação da Sociedade com a devida apuração de haveres.
(19) Em AGE realizada em 12 de julho de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A. para Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.
(20) Em AGE realizada em 12 de julho de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A. para Return Gestão de Recursos S.A.
(21) Sociedade constituída em 14 de agosto de 2018 com início de suas atividades em novembro de 2018 (Nota 37.b).
(22) Em AGE realizada em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$2.000.000, passando de R$2.787.689 para R$4.787.689, mediante a emissão de 1.405.667 (um milhão, quatrocentas e cinco mil, seiscentas e sessenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 50% do aumento do capital social, sendo que as ações subscritas e pendentes de integralização serão realizadas no prazo de um ano a contar da data de aprovação do aumento do capital social pelo Bacen.
(23) Sociedade seguradora constituída em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., submetida à Susep para obtenção de autorização para funcionamento. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Sancap e a HDI Seguros S.A. (Nota 37.g).
(24) Em AGE realizada em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aprovou a alteração de sua denominação social para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019 (Nota 37.j).

16. Imobilizado de Uso

Banco			31/12/2018	31/12/2017
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	**2.470.204**	**(733.070)**	**1.737.134**	**1.821.488**
Terrenos	653.135	-	653.135	660.006
Edificações	1.817.069	(733.070)	1.083.999	1.161.482
Outras Imobilizações de Uso	**12.491.165**	**(8.402.892)**	**4.088.273**	**3.983.138**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso (1)	3.645.413	(2.073.999)	1.571.414	1.543.269
Sistemas de Processamento de Dados	3.492.004	(3.046.554)	445.450	492.672
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.960.488	(2.461.639)	1.498.849	1.558.870
Sistemas de Segurança e Comunicações	812.843	(560.691)	252.152	252.652
Outras	580.417	(260.009)	320.408	135.675
Total	**14.961.369**	**(9.135.962)**	**5.825.407**	**5.804.626**

Consolidado			31/12/2018	31/12/2017
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	**2.670.804**	**(760.845)**	**1.909.959**	**1.906.499**
Terrenos	686.520	-	686.520	692.948
Edificações	1.984.284	(760.845)	1.223.439	1.213.551
Outras Imobilizações de Uso	**13.816.379**	**(9.227.846)**	**4.588.533**	**4.489.185**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso (1)	3.767.556	(2.098.015)	1.669.541	1.629.286
Sistemas de Processamento de Dados	3.730.988	(3.148.797)	582.191	615.022
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.026.740	(2.510.700)	1.516.040	1.580.190
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.704.616	(1.208.141)	496.475	528.706
Outras	586.479	(262.193)	324.286	135.981
Total	**16.487.183**	**(9.988.691)**	**6.498.492**	**6.395.684**

(1) Em 2018, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 32).

17. Intangível

Banco			31/12/2018	31/12/2017
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas (1)	**26.419.016**	**(26.135.542)**	**283.474**	**334.961**
Outros Ativos Intangíveis	**9.633.082**	**(6.337.004)**	**3.296.078**	**3.278.886**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais (2)	6.275.092	(4.960.306)	1.314.786	1.543.573
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.036.454	(1.102.916)	1.933.538	1.679.305
Outros	321.536	(273.782)	47.754	56.008
Total	**36.052.098**	**(32.472.546)**	**3.579.552**	**3.613.847**

Consolidado			31/12/2018	31/12/2017
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas (1)	**27.758.074**	**(27.096.440)**	**661.634**	**930.121**
Outros Ativos Intangíveis	**10.264.830**	**(6.739.012)**	**3.525.818**	**3.474.854**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais (2)	6.801.897	(5.284.166)	1.517.731	1.722.229
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.036.454	(1.102.916)	1.933.538	1.679.305
Outros	426.479	(351.930)	74.549	73.320
Total	**38.022.904**	**(33.835.452)**	**4.187.452**	**4.404.975**

(1) A amortização do ágio na aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017, restando o ágio a amortizar proveniente da aquisição de outras empresas.
(2) Em 2018, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 32).

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

Banco					31/12/2018	31/12/2017
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	20.531.035	-	-	-	20.531.035	17.133.923
Depósitos de Poupança	46.068.346	-	-	-	46.068.346	40.572.369
Depósitos Interfinanceiros	-	2.759.118	3.448.949	371.457	6.579.524	27.713.333
Depósitos a Prazo (1)	86.631	52.726.441	73.447.426	59.647.039	185.907.537	144.548.438
Total	**66.686.012**	**55.485.559**	**76.896.375**	**60.018.496**	**259.086.442**	**229.968.063**
Circulante					**199.067.946**	**166.797.454**
Longo Prazo					**60.018.496**	**63.170.609**

Consolidado					31/12/2018	31/12/2017
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	18.831.579	-	-	-	18.831.579	17.176.981
Depósitos de Poupança	46.068.346	-	-	-	46.068.346	40.572.369
Depósitos Interfinanceiros	-	1.222.786	1.471.026	371.594	3.065.406	3.292.122
Depósitos a Prazo (1)	86.631	52.445.997	73.289.697	58.275.982	184.098.307	142.480.670
Outros Depósitos	8.606	-	-	-	8.606	10.001
Total	**64.995.162**	**53.668.783**	**74.760.723**	**58.647.576**	**252.072.244**	**203.532.143**
Circulante					**193.424.668**	**144.589.321**
Longo Prazo					**58.647.576**	**58.942.822**

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

Banco				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	88.978.220	147.554	183.048	89.308.822	103.917.046
Títulos Públicos	82.277.741	53.316	-	82.331.057	70.014.156
Títulos de Emissão Própria(1)	21.595	22.798	172.291	216.684	27.293.793
Outros	6.678.884	71.440	10.757	6.761.081	6.609.097
Carteira de Terceiros	15.200.913	-	-	15.200.913	6.259.682
Carteira de Livre Movimentação	-	1.138.134	31.302.311	32.440.445	32.530.714
Total	**104.179.133**	**1.285.688**	**31.485.359**	**136.950.180**	**142.707.442**
Circulante				**105.464.821**	**110.346.900**
Longo Prazo				**31.485.359**	**32.360.542**

Consolidado				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	84.847.623	147.554	183.048	85.178.225	97.173.204
Títulos Públicos	78.147.144	53.316	-	78.200.460	63.270.663
Títulos de Emissão Própria(1)	21.595	22.798	172.291	216.684	27.293.444
Outros	6.678.884	71.440	10.757	6.761.081	6.609.097
Carteira de Terceiros	14.200.914	-	-	14.200.914	258.099
Carteira de Livre Movimentação	-	1.138.135	31.302.310	32.440.445	32.530.714
Total	**99.048.537**	**1.285.689**	**31.485.358**	**131.819.584**	**129.962.017**
Circulante				**100.334.226**	**97.601.475**
Longo Prazo				**31.485.358**	**32.360.542**

(1) A redução do total de Títulos de Emissão Própria em 31 de dezembro de 2018 em comparação a 31 de dezembro de 2017, é decorrente do processo de aquisição facultativa das Debêntures emitidas pela Santander Leasing para sua a tesouraria (processo de recompra) e também do cancelamento de debêntures realizado pela Companhia.

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Banco				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	**7.741.808**	**25.567.479**	**36.799.955**	**70.109.242**	**68.253.864**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	4.955.147	10.315.796	11.889.041	27.159.984	27.713.875
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (2)	1.896.066	8.176.164	1.852.788	11.925.018	8.854.053
Letras Financeiras - LF (3)	890.595	7.075.519	22.754.747	30.720.861	31.685.936
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	-	303.379	303.379	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**3.092.746**	**501.946**	**921.955**	**4.516.647**	**1.992.881**
Eurobonds	3.092.746	501.946	921.955	4.516.647	1.992.881
Certificados de Operações Estruturadas	**348.310**	**1.139.941**	**1.157.964**	**2.646.215**	**1.990.266**
Total	**11.182.864**	**27.209.366**	**38.879.874**	**77.272.104**	**72.237.011**
Circulante				**38.392.230**	**50.482.288**
Longo Prazo				**38.879.874**	**21.754.723**

Consolidado				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	**295.972**	**267.876**	**755.047**	**1.318.895**	**1.177.179**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	**7.742.376**	**27.233.925**	**38.655.173**	**73.631.474**	**71.496.151**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	4.955.147	10.315.794	11.889.041	27.159.982	27.713.875
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (2)	1.896.066	8.176.164	1.852.788	11.925.018	8.854.053
Letras Financeiras - LF (3)	891.163	8.741.967	24.609.965	34.243.095	34.928.223
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	-	303.379	303.379	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**3.092.746**	**501.946**	**921.955**	**4.516.647**	**1.992.881**
Eurobonds	3.092.746	501.946	921.955	4.516.647	1.992.881
Certificados de Operações Estruturadas	**348.310**	**1.139.941**	**1.157.964**	**2.646.215**	**1.990.266**
Total	**11.479.404**	**29.143.688**	**41.490.139**	**82.113.231**	**76.656.477**
Circulante				**40.623.092**	**52.115.435**
Longo Prazo				**41.490.139**	**24.541.042**

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2019 a 2026.
(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 80,0% e 96,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2019 e 2023 (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 e 2019).
(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2019 e 2025.
(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2018 possuem prazo de vencimento até 2021.

					Banco/Consolidado	
				Taxa de	31/12/2018	31/12/2017
Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Juros (a.a.)	Total	Total
Eurobonds	2017	2018	USD	Zero Coupon a 2,4%	-	1.195.668
Eurobonds	2017	2019	USD	LIBOR 3M + 1,00%	194.243	165.677
Eurobonds	2017	2024	USD	6,9% a 10,0%	639.275	541.487
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero Coupon a 2,9%	855.035	-
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero Coupon a 3,5%	19.386	-
Eurobonds	2018	2019	USD	LIBOR 3M + 0,95%	197.055	-
Eurobonds	2018	2019	USD	LIBOR 1M + 1,50%	34.776	-
Eurobonds	2018	2024	USD	6,9%	1.211.361	-
Eurobonds	2018	2025	USD	5,9%	1.287.821	-
Outros					77.695	90.049
Total					**4.516.647**	**1.992.881**

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Depósitos a Prazo (1) (2)	11.684.986	9.776.874	11.687.184	9.711.539
Depósitos de Poupança	2.004.846	2.336.862	2.004.846	2.336.862
Depósitos Interfinanceiros	693.396	4.488.100	223.331	284.005
Captação no Mercado Aberto	8.957.850	16.358.420	7.980.271	15.054.086
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	112.006	112.323
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.739.981	6.519.679	8.046.128	6.928.278
Outras (3)	549.980	515.016	552.227	517.510
Total	**31.631.039**	**39.994.951**	**30.605.993**	**34.944.603**

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R$778.404 (2017 - R$495.213), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 21).
(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R$2.514.803 no Banco e no Consolidado (2017 - despesa de variação cambial no valor de R$494.178 no Banco e R$495.307 no Consolidado)
(3) Inclui despesa de variação cambial no valor de R$33.221 no Banco e no Consolidado (2017 - receita de variação cambial no valor de R$1.384.488 no Banco e R$1.392.649 no Consolidado)

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

Banco				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	**-**	**-**	**-**	**-**	**476.876**
Obrigações por Empréstimos no Exterior	**13.434.702**	**18.562.864**	**2.308.035**	**34.305.601**	**33.966.083**
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	10.169.657	14.568.580	222.359	24.960.596	24.429.157
Outras Linhas de Crédito	3.265.045	3.994.284	2.085.676	9.345.005	9.536.926
Obrigações por Repasses do País	**1.267.852**	**2.974.342**	**9.025.052**	**13.267.246**	**16.635.697**
Total	**14.702.554**	**21.537.206**	**11.333.087**	**47.572.847**	**51.078.656**
Circulante				**36.239.760**	**39.285.419**
Longo Prazo				**11.333.087**	**11.793.237**

Consolidado				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	**14.217**	**36.831**	**45.522**	**96.570**	**615.345**
Obrigações por Empréstimos no Exterior	**11.704.077**	**18.562.864**	**2.308.035**	**32.574.976**	**32.855.267**
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	10.169.657	14.568.580	222.359	24.960.596	24.429.157
Outras Linhas de Crédito	1.534.420	3.994.284	2.085.676	7.614.380	8.426.110
Obrigações por Repasses do País	**1.267.852**	**2.974.342**	**9.025.052**	**13.267.246**	**16.635.697**
Total	**12.986.146**	**21.574.037**	**11.378.609**	**45.938.792**	**50.106.309**
Circulante				**34.560.183**	**38.251.690**
Longo Prazo				**11.378.609**	**11.854.619**

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2022 (31/12/2017 - até o ano de 2022) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,5% a.a. a 9,5% a.a. (31/12/2017- 0,5% a.a. a 9,5% a.a.).
As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

19. Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	320.595	140.439
Impostos e Contribuições a Pagar	1.199.448	1.084.637	1.846.776	1.942.718
Total	**4.162.494**	**3.404.332**	**5.644.430**	**4.870.300**
Circulante	**1.370.300**	**1.555.596**	**2.353.531**	**2.585.381**
Longo Prazo	**2.792.194**	**1.848.736**	**3.290.899**	**2.284.919**

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

Banco	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	898.976		-	898.976
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.345.678	622.981	-	1.968.659
Superveniência de Arrendamento Mercantil	6.490	-	(975)	5.515
Outros	68.551	21.345	-	89.896
Total	**2.319.695**	**644.326**	**(975)**	**2.963.046**

Banco	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	965.750	-	(66.774)	898.976
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	836.197	509.481	-	1.345.678
Superveniência de Arrendamento Mercantil	6.777	-	(287)	6.490
Outros	575	67.976	-	68.551
Total	**1.809.299**	**577.457**	**(67.061)**	**2.319.695**

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	930.483	-	37.123	(4.590)	963.016
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.426.892	-	626.098	(18.436)	2.034.554
Superveniência de Arrendamento Mercantil	330.592	-	-	(20.429)	310.163
Outros	99.176	4.572	68.520	(2.942)	169.326
Total	**2.787.143**	**4.572**	**731.741**	**(46.397)**	**3.477.059**

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	969.321	-	28.369	(67.207)	930.483
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	892.971	-	550.705	(16.784)	1.426.892
Superveniência de Arrendamento Mercantil	385.127	-	-	(54.535)	330.592
Outros	18.172	5.350	86.329	(10.675)	99.176
Total	**2.265.591**	**5.350**	**665.403**	**(149.201)**	**2.787.143**

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Banco 31/12/2018	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2019	196.213	116.625	37.918	350.756
2020	202.463	120.363	37.917	360.743
2021	202.463	120.363	37.917	360.743
2022	151.162	90.686	28.268	270.116
2023	151.161	90.686	28.268	270.115
2024 a 2026	453.484	272.056	84.804	810.344
2027 a 2028	302.322	181.371	56.536	540.229
Total	**1.659.268**	**992.150**	**311.628**	**2.963.046**

Consolidado 31/12/2018	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2019	276.467	126.797	38.631	441.895
2020	285.579	130.536	38.630	454.745
2021	261.076	130.523	38.630	430.229
2022	200.930	95.782	28.982	325.694
2023	200.929	95.782	28.982	325.693
2024 a 2026	554.898	287.344	86.944	929.186
2027 a 2028	320.090	191.563	57.964	569.617
Total	**2.099.969**	**1.058.327**	**318.763**	**3.477.059**

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

					Banco/Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017
CDB Subordinado	Emissão	Vencimento (1)	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	maio-08	maio-15 a maio-18	R$283	CDI (2)	-	109.572
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	R$268	IPCA (3)	-	409.658
Notes (4)	janeiro/14	Sem Prazo (Perpétuo)	R$3.000	7,375%	4.906.880	-
Notes (4)	janeiro/14	janeiro/24	R$3.000	6,000%	4.978.728	-
Total					**9.885.608**	519.230
Circulante					**9.885.608**	519.230

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
(2) Entre dezembro de 2017 e maio de 2018, emissão indexada entre 100% e 112% do CDI.
(3) Entre dezembro de 2017 e junho de 2018, emissão indexada ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. e 8,4% a.a.
(4) Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação da recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 21).

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017
Instrumentosde Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (3)	Total	Total
Nível I (1) (5)	janeiro/14	Sem Prazo (Perpétuo)	R$3.000	7,375%	-	4.189.108
Nível II (2) (5)	janeiro/14	janeiro/24	R$3.000	6,000%	-	4.250.447
Nível I (4)	novembro/18	Sem Prazo (Perpétuo)	US$1.250	7,250%	4.895.197	-
Nível II (4)	novembro/18	novembro/28	US$1.250	6,125%	4.887.175	-
Total					**9.782.372**	**8.439.555**
Circulante					**9.896.477**	**114.104**
Longo Prazo					**9.771.503**	**8.325.451**

(1) Notes recompradas em 2019; conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos deverão ser excluídos do Nível I e Nível II do PR.
(2) Notes recompradas em 2019; conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos deverão ser excluídos do Nível I e Nível II do PR.
(3) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, dessa forma a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.
(4) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.
(5) Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação da recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 20).

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil. Nesta mesma data, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compõem o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US$2.5 bilhões (Nota 26.e).
As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,25% a.a.; (c) sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.
As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,125% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 8 de novembro de 2028; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.
As Notes possuem as seguintes características comuns:
(a) Valor unitário de, no mínimo, US$150 mil e em múltiplos integrais de US$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5°(quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.
Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data, assim como a recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

22. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	1.874.147	1.864.315
Provisão Técnica para Operações de Previdência	-	-	1.797.008	1.587.600
Obrigações com Cartões de Crédito	24.618.008	20.037.937	37.420.024	30.552.706
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b)	4.079.141	4.279.109	6.294.007	6.999.881
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 23.b)	6.688.401	5.481.162	7.231.458	5.994.219
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.a)	201.411	312.373	201.411	312.373
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	3.328.319	3.899.753	3.357.653	3.923.458
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	21.409	20.974	21.409	20.974
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	518.061	616.934	598.544	698.141
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	7.094	8.990	7.094	8.990
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.833.323	1.650.756	2.017.845	1.781.180
Despesas Administrativas	338.599	308.372	499.948	487.992
Outros Pagamentos	51.307	58.396	132.988	143.100
Credores por Recursos a Liberar	986.678	956.444	986.678	956.444
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	548.134	522.365	548.134	522.365
Fornecedores	546.702	379.137	1.427.014	1.126.375
Outras [1]	4.661.094	2.643.811	6.627.499	4.425.537
Total	**48.427.681**	**41.176.513**	**71.042.861**	**61.405.650**
Circulante	**23.714.404**	**26.649.063**	**41.601.943**	**40.841.041**
Longo Prazo	**24.713.277**	**14.527.450**	**29.440.918**	**20.564.609**

[1] Em 31 de dezembro de 2018, inclui os efeitos descritos na nota 35, relativos à redução de valor presente das obrigações atuariais.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default,* baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN 4.512/2016.

	Banco/Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	1.200.293	4.376	339.354	13.080
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	4.651.584	13.822	3.038.745	17.053
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.385.573	2.519	1.664.361	4.475
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	129.000	-	565.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	14.083.538	121.620	11.548.131	118.949
Outros Avais	48.359	928	844	4
Outras Fianças Bancárias	14.182.366	58.146	15.918.965	142.886
Outras Garantias Financeiras Prestadas	2.818.561	-	2.184.684	15.926
Total	**38.499.274**	**201.411**	**35.260.084**	**312.373**

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial [1]	**312.373**	**325.957**
Constituição (Nota 31)	20.406	184.300
Reversão [2] (Nota 31)	(131.368)	(197.884)
Saldo Final	**201.411**	**312.373**

[1] O valor da Adoção Inicial (a partir de 2017) - Resolução CMN 4.512 no valor de R$325.957 líquido de efeito tributário corresponde a R$179.278.
[2] Corresponde a fianças honradas, mudança de *rating* ou provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

23. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22)	**4.079.141**	**4.279.109**	**6.294.007**	**6.999.881**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22)	**6.688.401**	**5.481.162**	**7.231.458**	**5.994.219**
Ações Trabalhistas	3.543.801	3.240.115	3.829.975	3.457.092
Ações Cíveis	3.144.599	2.241.047	3.401.483	2.537.127
Total	**10.767.542**	**9.760.271**	**13.525.464**	**12.994.100**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco					
	01/01 a 31/12/2018			01/01 a 31/12/2017		
	Fiscais [3]	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**4.279.109**	**3.240.115**	**2.241.047**	**4.522.224**	**2.988.869**	**1.664.642**
Constituição Líquida de Reversão [1]	30.345	497.297	1.211.499	(215.721)	1.146.067	855.173
Atualização Monetária	148.976	626.736	249.611	240.854	591.824	187.175
Baixas por Pagamento	(3.432)	(820.347)	(557.557)	(281.554)	(1.237.299)	(448.966)
Outros [4]	(375.857)	-	-	13.306	(249.346)	(16.977)
Saldo Final	**4.079.141**	**3.543.801**	**3.144.599**	**4.279.109**	**3.240.115**	**2.241.047**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.355.802	1.133.506	613.221	1.031.291	505.485	480.187
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	22.459	19.315	29.003	19.694	15.100	9.369
Total dos Depósitos em Garantia [2]	**1.378.261**	**1.152.822**	**642.224**	**1.050.985**	**520.585**	**489.556**

	Consolidado					
	01/01 a 31/12/2018			01/01 a 31/12/2017		
	Fiscais [3]	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**6.999.881**	**3.457.092**	**2.537.127**	**7.080.310**	**3.146.383**	**1.867.621**
Constituição Líquida de Reversão [1]	28.011	503.565	1.278.557	(194.829)	1.221.742	1.050.067
Atualização Monetária	247.013	665.310	284.162	398.111	619.427	215.088
Baixas por Pagamento	(65.505)	(888.472)	(698.363)	(284.415)	(1.278.427)	(572.722)
Mudança no Escopo de Consolidação/Aquisição/Incorporação e Reclassificações de Participações Societárias (Nota 15)	17.858	92.480	-	(12.832)	(1.262)	447
Outros [4]	(933.250)			13.536	(250.771)	(23.374)
Saldo Final	**6.294.007**	**3.829.975**	**3.401.483**	**6.999.881**	**3.457.092**	**2.537.127**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.238.235	1.195.934	621.369	2.446.197	532.815	501.451
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	23.492	19.315	29.003	20.936	15.100	9.369
Total dos Depósitos em Garantia [2]	**2.261.727**	**1.215.249**	**650.372**	**2.467.133**	**547.915**	**510.820**

[1] Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.
[2] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.
[3] Em 31 de dezembro de 2017, inclui os efeitos da adesão aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005 (Nota 23.e).
[4] Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e, consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, optamos pelo pagamento dos valores discutidos.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Em outubro de 2017, o Banco também aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R$292.353 no Banco e R$292.562 no Consolidado. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R$435.074 no Banco e R$435.454 no Consolidado. Na Demonstração dos Resultados de 2017 foi registrado a reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R$96.029 no Banco e R$96.129 no Consolidado.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R$534.001, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R$191.897 com pagamento realizado em agosto de 2017 e R$299.820 em janeiro de 2018. Com a conversão da medida provisória em lei, e suas alterações, o valor passou a ser de R$491.717, líquido dos efeitos tributários.

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e Cofins - R$1.841.342 no Banco e R$ 3.646.102 no Consolidado (31/12/2017 - R$1.775.326 no Banco e R$3.514.651 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R$0 no Banco e R$108.489 no Consolidado (31/12/2017 - R$366.002 no Banco e R$1.009.281 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, optamos pelo pagamento dos valores discutidos.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R$729.919 (31/12/2017 - R$714.604) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$1.462,5 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R$273.225 no Banco e R$273.233 no Consolidado (31/12/2017 - R$265.009 no Banco e R$265.022 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R$212.535 no Banco e R$228.403 no Consolidado (31/12/2017 - R$223.139 no Banco e R$237.960 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços (Nota 23.h - Risco de Perda Possível).

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em recente decisão proferida pelo STF, foi determinada a suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão, por dois anos da homologação do acordo.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$25.061 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2018, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$5.354 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2018, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$3.662 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R$2.505 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R$1.377 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2018, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R$1.039 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de R$1.022 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R$615 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$300 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R$62 milhões no Consolidado, excluindo os processos abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o julgamento no STF. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R$1.467 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R$518.061, R$327 e R$6.767 (31/12/2017 - R$616.934, R$2.607 e R$6.383) no Banco e R$598.544, R$327 e R$6.767 (31/12/2017 - R$698.141, R$2.607 e R$6.383) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 22) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	82.043	107.699	189.742	66.207	91.779	157.986
De Domiciliados no Exterior	3.736.652	3.572.137	7.308.789	3.752.488	3.588.057	7.340.545
Total	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**
(-) Ações em Tesouraria	(13.317)	(13.317)	(26.634)	(5.845)	(5.845)	(11.690)
Total em Circulação	**3.805.378**	**3.666.519**	**7.471.897**	**3.812.850**	**3.673.991**	**7.486.841**

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	31/12/2018			
	Em Milhares	Reais por Milhares de Ações/Units		
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio [1] [6]	600.000	76,3304	83,9634	160,2938
Dividendos Intercalares [2] [6]	600.000	76,4956	84,1451	160,6407
Juros sobre o Capital Próprio [3] [6]	600.000	76,4985	84,1484	160,6469
Juros sobre o Capital Próprio [4] [6]	2.880.000	367,4149	404,1564	771,5713
Dividendos Intercalares [5] [6]	1.920.000	244,9433	269,4376	514,3808
Total	**6.600.000**			

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 março de 2018, ordinárias - R$64,8808, preferenciais - R$71,3689 e Units - R$136,2497 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e pagos a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[3] Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2018, ordinárias - R$65,0237, preferenciais - R$71,5261 e Units - R$136,5498 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[4] Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018, ordinárias - R$312,3027, preferenciais - R$343,5329 e Units - R$655,8356 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[5] Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018 e pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[6] O valor dividendos e juros sobre o capital próprio será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

	31/12/2017			
	Em Milhares	Reais por Milhares de Ações/Units		
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio [1] [6]	500.000	63,3780	69,7158	133,0938
Juros sobre o Capital Próprio [2] [6]	500.000	63,5280	69,8808	133,4088
Juros sobre o Capital Próprio [3] [6]	500.000	63,5917	69,9509	133,5427
Dividendos Intercalares [4] [6]	2.500.000	318,2994	350,1293	668,4287
Juros sobre o Capital Próprio [5] [6]	2.300.000	292,8354	322,1190	614,9544
Total	**6.300.000**			

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em abril de 2017, ordinárias - R$53,8713, preferenciais - R$59,2584 e Units - R$113,1297 líquidos de impostos. Foram pagos a partir de 26 de maio de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em julho de 2017, ordinárias - R$53,9988, preferenciais - R$59,3987 e Units - R$113,3975 líquidos de impostos. Foram pagos a partir de 25 de agosto de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[3] Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2017, ordinárias - R$54,0530, preferenciais - R$59,4583 e Units - R$113,5113 líquidos de impostos. Foram pagos a partir de 26 de outubro de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[4] Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017. Foram pagos em 26 de fevereiro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[5] Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017, ordinárias - R$248,9101, preferenciais - R$273,8011 e Units - R$522,7112 líquidos de impostos. Foram pagos em 26 de fevereiro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[6] O valor dos juros sobre capital próprio e dos dividendos intercalares serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2017.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.753.760 Units, representativas de 37.753.760 ações ordinárias e 37.753.760 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2018, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Santander possuía 362.227.661 ações ordinárias e 390.032.076 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 6 de novembro de 2018, encerrando-se em 5 de novembro de 2019.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2018 Quantidade Units	31/12/2017 Quantidade Units
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	**1.773**	**25.786**
Cancelamento [1]	-	(32.276)
Aquisições de Ações	15.816	12.768
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.272)	(4.505)
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	**13.317**	**1.773**
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$460.550	R$148.246
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$882	R$194
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$461.432**	**R$148.440**

Custo/Cotaçnao da Ação	**Units**	**Units**
Custo Mínimo	R$7,55	R$7,55
Custo Médio Ponderado	R$28,59	R$24,41
Custo Máximo	R$43,84	R$32,29
Cotação da Ação	R$42,70	R$31,88

[1] Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em uma perda de R$15.868 (2017 - perda de R$2.498), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados no valor de R$4.494 (31/12/2017 - R$6.008). No exercício de 2018, foram registrados/realizados resultados no valor de R$249 (2017 - R$705).

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15)	714.671	649.341	(132.617)	(111.897)
Olé Consignado (Nota 15)	463.407	322.431	(138.527)	(53.286)
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (Nota 2)	301.707	301.736	(22.521)	(28.563)
Getnet S.A. (Nota 15)	249.007	206.105	(55.518)	(48.842)
Banco PSA (Nota 15)	155.399	147.295	(17.914)	(19.884)
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (Nota 2)	63.454	268.792	(11.150)	(43.876)
Santander FI SBAC	62.595	-	(4.141)	-
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	51.072	-	(1.083)	-
Rojo Entretenimento S.A.	7.015	-	(166)	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	1.155	-	(1.150)	-
Santander Leasing (Nota 15)	447	395	(25)	(47)
BW Guirapá I S.A. (Notas 15 e 37.f)	-	-	-	795
Santander Corretora de Seguros (Nota 15)	-	-	-	(88.089)
Outros	-	597	-	155
Total	**2.069.929**	**1.896.692**	**(384.812)**	**(393.534)**

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2017 foi de 10,5%, composto de 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 7,25% e o Capital Principal Mínimo para 5,75%.

Para o ano base 2018, a exigência de PR permanece em 11,0%, incluindo 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,375% e o Capital Principal Mínimo 6,875%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência Nível I	61.476.715	56.386.001
Capital Principal	56.581.518	52.196.893
Capital Complementar (Nota 21)	4.895.197	4.189.108
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 21)	4.887.175	4.250.447
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**66.363.890**	**60.636.448**
Risco de Crédito [1]	358.955.592	324.696.458
Risco de Mercado [2]	39.231.773	25.857.109
Risco Operacional	42.375.554	32.579.126
Total de RWA [3]	**440.562.919**	**383.132.693**
Índice de Basileia Nível I	**13,95**	**14,72**
Índice de Basileia Capital Principal	**12,84**	**13,62**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**15,06**	**15,83**

[1] As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

[2] Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias *commodities* (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

[3] *Risk Weighted Assets* ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de março de 2018 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2018, no montante de até R$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2018.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 35.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração Fixa	92.193	85.163
Remuneração variável - Em espécie	48.775	42.940
Remuneração variável - Em ações	34.155	34.567
Outras [1]	55.484	12.893
Total Benefícios de Curto Prazo	**230.607**	**175.563**
Remuneração variável - Em espécie	31.797	31.268
Remuneração variável - Em ações	30.060	34.455
Total Benefícios de Longo Prazo	**61.857**	**65.723**
Total [2]	**292.464**	**241.286**

[1] No primeiro semestre de 2018, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar e liquidar antecipadamente determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco.

[2] Refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no exercício de 2018, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$37.545 (2017 - R$31.709).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão liquidados.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente no exercício de 2018, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
III - pessoas jurídicas, cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%; e
IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Em Milhares de Ações 31/12/2018

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. [1]	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) [1]	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. [1]	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.986	0,1%	2.987	0,1%	5.973	0,1%
Administradores [*]	3.930	0,1%	3.930	0,1%	7.860	0,1%
Outros	359.242	9,4%	387.045	10,5%	746.287	9,9%
Total em Circulação	**3.805.378**	**99,7%**	**3.666.519**	**99,6%**	**7.471.897**	**99,6%**
Ações em Tesouraria	13.317	0,3%	13.317	0,4%	26.634	0,4%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" [2]	362.228	9,5%	390.032	10,6%	752.260	10,0%

Em Milhares de Ações 31/12/2017

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. [1]	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
GES [1]	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. [1]	521.964	13,6%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.551	0,1%	3.556	0,1%	7.107	0,1%
Administradores [*]	4.016	0,1%	4.016	0,1%	8.032	0,1%
Outros	366.063	9,6%	393.862	10,7%	759.925	10,1%
Total em Circulação	**3.812.850**	**99,8%**	**3.673.991**	**99,8%**	**7.486.841**	**99,8%**
Ações em Tesouraria	5.845	0,2%	5.845	0,2%	11.690	0,2%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" [2]	369.614	9,7%	397.418	10,8%	767.032	10,2%

[1] Empresas do Grupo Santander Espanha.
[2] Composto por Funcionários e Outros.
[*] Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d.1) Oferta Pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 *Units* de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares (ADSs)*, tendo sido alocadas 22.000.000 *Units* para a oferta brasileira e 58.000.000 *ADSs* para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por *Unit* de R$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de *Units* da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de *Units*, exclusivamente sob a forma de *ADSs* também de titularidade do Acionista Vendedor.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

Banco

	Ativos (Passivos) 31/12/2018	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2018	Ativos (Passivos) 31/12/2017	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2017
Disponibilidades	**1.402.413**	-	**523.801**	-
Banco Santander Espanha [2]	1.342.685	-	519.543	-
Banco Santander (México), S.A. [4]	5.037	-	1.348	-
Banco Santander Totta, S.A. [4]	7.883	-	2.733	-
Diversos	46.808	-	177	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**64.268.736**	**4.815.257**	**53.590.339**	**4.458.335**
Aymoré CFI [3]	39.943.867	3.354.580	33.802.456	3.204.613
Banco Santander Espanha [1] [2]	6.583.716	136.021	7.384.336	81.904
Banco PSA [3]	1.219.424	99.386	1.112.049	104.697
Banco RCI Brasil S.A. [3]	2.880.143	136.666	1.189.751	87.381
Banco Bandepe [3]	1.984.778	67.961	848.896	26.013
Olé Consignado [3]	11.156.948	1.020.643	9.252.851	953.727
Diversos	499.860	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	**354.237**	**856.776**	**31.379.028**	**4.933.037**
Santander Leasing [3]	354.237	856.776	31.379.028	4.933.037
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	**(196.540)**	**(347.686)**	**(98.311)**	**(130.480)**
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) [4]	266.027	(210.324)	165.743	(79.480)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) [4]	-	(17.726)	(71.672)	23.843
Banco Santander Espanha [2]	(520.953)	(280.873)	(196.333)	88.017
Santander FI Amazonas [3]	(13.509)	(14.749)	(712)	(1.572)
Santander FI Hedge Strategies [3] (Nota 2)	558.195	806.192	113.676	(114.309)
Getnet S.A. (Nota 12) [3] [8]	-	-	-	517
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Invest	7.889	7.889	-	-
Santander FI Diamantina [3]	(494.189)	(638.237)	(109.013)	(47.496)
Pessoal Chave da Administração	-	142	-	-
Relações Interfinanceiras	**10.131.786**	**8.458**	**6.739.129**	**-**
Getnet S.A. (Nota 12)[3][8]	10.118.599	4.268	6.739.129	-
Santander Leasing[3]	13.187	4.190	-	-
Operações de Crédito	**3.216**	**1.242**	**-**	**538**
Cibrasec[5]	-	923	-	538
Pessoal Chave da Administração [15]	3.216	319	-	-
Dividendos e Bonificações a Receber	**251.091**	**652.482**	**526.305**	**581.209**
Aymoré CFI[3]	161.419	100.664	80.750	95.000
Santander Leasing [3]	-	293.383	267.152	314.296
Banco RCI Brasil S.A.[3]	24.842	29.226	12.207	31.913
Santander CCVM[3]	-	36.596	402	-
Banco Bandepe[3]	-	192.613	119.000	140.000
Getnet S.A.[3]	52.948	-	46.794	-
Sancap Investimentos e Participações S.A. [3]	11.578	-	-	-
Diversos	304	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	**191.740**	**347**	**480.736**	**6.184**
Abbey National Treasury[4]	87.260	157	71.751	879
Banco Santander Espanha[2]	104.480	190	408.985	5.305
Carteira de Câmbio - Liquida	**376.468**	**(186.846)**	**726**	**551.309**
Banco Santander Espanha[2]	376.045	(187.508)	726	551.309
Banco Santander México [4]	423	423	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	239	-	-
Rendas a Receber	**926.771**	**2.007.727**	**899.619**	**1.813.860**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.[11]	880.920	1.782.762	899.619	1.580.918
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.[11]	45.851	224.965	-	232.942
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**9.689**	**706.461**	**1.451.546**	**871.859**
Santander Capitalização S.A. [3]	-	9.387	18.914	256.833
Aymoré CFI [3]	-	483.950	-	438.111
Santander CCVM [3]	-	60.851	-	88.017
Santander Leasing [3]	-	-	-	2.083
Banco RCI Brasil S.A. [3]	-	20.284	-	-
Santander Serviços [3] [8]	-	-	-	20.609
Santander Microcrédito [3] [9]	-	-	-	4.134
Santander Brasil Consórcio [3]	225	14.297	131	10.708
Santander Corretora de Seguros [3]	-	33.762	-	11.299
Getnet S.A. [3] [7]	6.111	66.249	1.431.004	27.331
Diversos	3.353	17.681	1.497	12.734
Outros Créditos - Diversos	**47.756**	**354.087**	**10.444**	**25.205**
Banco Santander Espanha[2]	7.159	6.972	5.243	-
Santander Capitalização S.A.[3]	30.332	305.321	4.742	-
Banco Santander International[4]	-	30.789	-	20.480
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.[4]	-	1.076	-	1.265
Pessoal Chave da Administração	3.118	212	-	-
Diversos	7.147	9.717	459	3.460
Depósitos	**(9.888.643)**	**(718.119)**	**(29.962.477)**	**(4.572.688)**
Santander Leasing[3]	(185.539)	(118.625)	(22.084.813)	(3.886.151)
Banco Santander Espanha[2]	(77.919)	(7.051)	(157.814)	(13.093)
Aymoré CFI[3]	(3.504.136)	(366.988)	(3.140.522)	(358.465)
Banco Bandepe[3]	-	-	-	(26.013)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.[11]	(234.249)	-	(55.935)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.[11]	(36.599)	-	(2.760)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.[4]	(190.674)	(8.329)	(32.334)	(6.636)
Sancap[3]	(99)	(449)	(14.774)	(1.434)
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Santander Brasil Asset)[4]	(18.639)	(1.101)	(16.766)	(1.263)
Webmotors S.A.[13]	(1.509)	(92)	(9.798)	(4.486)
Fundo de Investimento Santillana[4]	(1.151.399)	(102.349)	(1.543.752)	(95.753)
Isban Brasil S.A.[4]	-	-	(20.893)	(2.145)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)[3][12]	(75.898)	(494)	(34.410)	(1.547)
Banco RCI Brasil S.A.[3]	(36.871)	(5.871)	(47.423)	(3.026)
Santander Microcrédito[3][9]	-	-	-	(145)
Santander Corretora de Seguros[3]	(10.228)	(4.770)	(108.443)	(69.091)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.[4]	(427.209)	(26.378)	(300.074)	(24.344)
Santander Brasil Consórcio[3]	(1.778)	(1.132)	(72.374)	(10.264)
Santander FI Hedge Strategies[3] (Nota 2)	(1.789.627)	(58.185)	(2.051.476)	(53.405)
Santander Capitalização S.A.[3]	(5.434)	-	(2.801)	-
Santander CCVM[3]	(32.877)	-	(1.288)	(1.222)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.[4]	(58.968)	(4.442)	(71.947)	(6.190)
Super Pagamentos[3]	(71.501)	(2.528)	(91.570)	(3.950)
Santander Holding Imobiliária S.A.[3][14]	(220)	(1)	(43)	(1.807)
Santander Brasil Advisory [3]	-	-	-	(884)
Getnet S.A.[3]	(1.720.075)	-	(52.889)	-
Pessoal Chave da Administração	(37.873)	(2.142)	-	-
Diversos	(219.322)	(7.192)	(47.578)	(1.374)
Operações Compromissadas	**(5.131.434)**	**(980.911)**	**(12.914.370)**	**(1.322.208)**
Fundo de Investimento Santillana[4]	-	(579)	(168.944)	(16.458)
Getnet S.A.[3]	-	-	-	(15.667)
Santander FI Amazonas[3]	(204.422)	(12.612)	(326.246)	(14.772)
Santander FI Financial[3]	(500.000)	(375.796)	(10.815.781)	(980.397)
Santander Leasing[3]	(1.300.319)	(437.987)	-	(196.129)
Banco Bandepe[3]	(64.241)	(5.565)	(61.436)	(5.274)
Olé Consignado[3]	(7.550)	(304)	(13.301)	(1.348)
Santander CCVM[3]	(41.740)	(1.546)	(17.104)	(1.114)
Santander FI SBAC[3]	(2.131.912)	(91.193)	(725.427)	(28.765)
Santander FI Guarujá[3]	(249.538)	(12.113)	(83.947)	(3.206)
Santander FI Diamantina[3]	(4.600)	(2.565)	(58.635)	(3.806)
Santander Finance Arrendamento Mercantil [3]	(301.559)	(20.875)	(334.819)	(30.892)
Santander FI Unix[3]	(324.715)	(19.645)	(308.381)	(22.481)
Integry Tecnologia	-	(3)	-	-
Pessoal Chave da Administração	(838)	(128)	-	-
Diversos	-	-	(349)	(1.899)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**(96.133)**	**(6.437)**	**-**	**(729)**
Super Pagamentos [3]	-	-	-	(729)
Pessoal Chave da Administração	(96.133)	(6.437)	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**(1.989.845)**	-	**(1.299.775)**	-
Banco Santander Espanha[2]	-	-	(187.493)	-
Banco Santander S.A. (Uruguay)[4]	-	-	(1.466)	-
Banco Santander Río S.A. [4]	(259.220)	-	-	-
Santander Brasil EFC[3]	(1.730.625)	-	(1.110.816)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(3.928.017)**	-	**(3.993.952)**	-
Banco Santander Espanha[2]	(609.159)	-	(620.264)	-
Sterrebeeck B.V.[2]	(2.071.055)	-	(2.108.086)	-
GES[2][4]	(1.242.259)	-	(1.264.470)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant)[4]	(1.112)	-	(1.132)	-
Pessoal Chave da Administração [14]	(4.432)	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(33.180)**	**(829.591)**	**(11.171)**	**(554.750)**
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) [4]	-	-	(905)	(43.505)
Isban Brasil S.A. [4]	-	-	-	(87.111)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [12]	(5.032)	(340.912)	-	(215.722)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) [2]	-	-	-	(38.857)
Santander Microcrédito [3] [9]	-	-	-	(22.176)
Santander Corretora de Seguros [3]	(6.057)	(76.838)	(4.894)	(29.232)
Banco Santander Espanha [2]	(7.806)	(115.055)	(430)	(51.632)
Getnet S.A. [3]	(2.660)	(27.701)	(1.867)	(23.059)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	(4.291)	(46.884)	(2.936)	(42.603)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(7.116)	(173.334)	-	-
Diversos	(218)	(48.867)	(139)	(853)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(19.126.845)**	**(427.470)**	**(7.977.576)**	**(222.065)**
Banco Santander Espanha [2] [6]	(19.126.845)	(427.470)	(7.977.576)	(222.065)
Despesas com Doações	**-**	(15.935)	**-**	(15.457)
Fundação Sudameris	-	(15.935)	-	(15.050)
Fundação Santander	-	-	-	(407)
Outras Obrigações - Diversas	**(408.100)**	**(1.244.366)**	**(32.917)**	**(894.619)**
Banco Santander Espanha [2]	(142)	(569)	-	(6.686)
Isban Brasil S.A. [4]	-	-	-	(318.639)
TecBan [13]	-	(313.433)	-	(262.046)
Ingeniería[2]	-	-	-	(38.100)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [12]	-	(298.494)	-	(35.346)
Produban Servicios [4]	-	-	-	(1.616)
Aquanima Brasil Ltda. [4]	-	(26.924)	-	(25.638)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [11]	-	-	(11.874)	-
Getnet S.A. [3]	(33.321)	(332.945)	(17.217)	(154.530)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	(2.298)	(3.826)	(29.600)
Pessoal Chave da Administração	(374.637)	(263.076)	-	-
Diversos	-	(6.627)	-	(22.418)

Consolidado

	Ativos (Passivos) 31/12/2018	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2018	Ativos (Passivos) 31/12/2017	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2017
Disponibilidades	**1.575.165**	**-**	**591.790**	**-**
Banco Santander Espanha [2]	1.515.437	-	587.532	-
Banco Santander (México), S.A. [4]	5.037	-	1.348	-
Banco Santander Totta, S.A. [4]	7.883	-	2.733	-
Diversos	46.808	-	177	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**6.583.716**	**136.060**	**7.384.336**	**81.911**
Banco Santander Espanha [1][2]	6.583.716	136.060	7.384.336	81.911
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	**(182.833)**	**(561.571)**	**(29.843)**	**159.825**
Fundo de Investimento Santillana [4]	266.027	(210.324)	165.743	(79.480)
Abbey National Treasury [4]	-	(17.726)	(71.672)	23.843
Banco Santander Espanha [2]	(448.860)	(333.663)	(123.914)	215.462
Pessoal Chave da Administração	-	142	-	-
Operações de Crédito	**3.216**	**1.242**	**-**	**-**
Cibrasec [5]	-	923	-	-
Pessoal Chave da Administração	3.216	319	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	**191.740**	**20.313**	**480.736**	**254.750**
Banco Santander Espanha [2]	104.480	20.156	408.985	253.871
Abbey National Treasury [4]	87.260	157	71.751	879
Carteira de Câmbio - Liquida	**376.468**	**(186.846)**	**726**	**551.309**
Banco Santander Espanha [2]	376.045	(187.508)	726	551.309
Banco Santander México [4]	423	423	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	239	-	-
Dividendos e Bonificações a Receber	**14.548**	**-**	**9.846**	**-**
Webmotors S.A. [13]	14.548	-	9.846	-
Rendas a Receber	**959.726**	**2.767.672**	**925.835**	**2.485.403**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [11]	913.875	2.463.559	925.835	2.187.867
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. [11]	45.851	304.113	-	297.536
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**1.432**	**3.854**	**1.497**	**4.621**
Isban Mexico, S.A. de C.V. [2]	122	-	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	192	-		
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.[4]	927	2.558	-	-
Diversos	191	1.296	1.497	4.621
Outros Créditos - Diversos	**41.837**	**57.640**	**5.323**	**23.564**
Banco Santander Espanha[2]	38.719	6.950	5.323	(190)
Banco Santander International[4]	-	30.789	-	20.480
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.[4]	-	9.445	-	1.265
Banco Santander - Chile	-	339	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. [4]	-	514	-	-
Pessoal Chave da Administração [15]	3.118	355	-	-
Diversos	-	9.248	-	2.009
Depósitos	**(2.394.667)**	**(158.039)**	**(2.293.300)**	**(155.716)**
Banco Santander Espanha[2]	(107.084)	(7.051)	(200.445)	(13.093)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.[11]	(234.249)	-	(2.760)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.[11]	(36.599)	-	(55.935)	-
Isban Brasil S.A.[4]	-	(90)	(20.893)	(2.145)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)[3][12]	-	(215)	(34.410)	(1.547)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.[4]	(190.674)	(8.329)	(32.334)	(6.636)
Fundo de Investimento Santillana[4]	(1.151.399)	(102.349)	(1.543.752)	(95.753)
Santander Brasil Asset[4]	(18.639)	(1.101)	(16.766)	(1.263)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.[4]	(427.209)	(26.378)	(300.074)	(24.344)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.[4]	(58.968)	(4.442)	(71.947)	(6.190)
Gestora de Inteligência de Crédito [5]	(126.988)	(5.743)	-	-
Webmotors S.A. [13]	(1.509)	(92)	(9.798)	(4.486)
Pessoal Chave da Administração	(37.889)	(2.142)	-	-
Diversos	(3.460)	(108)	(4.186)	(259)
Operações Compromissadas	**(838)**	**(707)**	**(168.944)**	**(16.458)**
Fundo de Investimento Santillana[4]	-	(579)	(168.944)	(16.458)
Pessoal Chave da Administração	(838)	(128)	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**(96.133)**	**(6.437)**	**-**	**-**
Pessoal Chave da Administração	(96.133)	(6.437)	-	-

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Consolidado
	Ativos (Passivos) 31/12/2018	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2018	Ativos (Passivos) 31/12/2017	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2017
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**(259.220)**	**-**	**(188.959)**	**-**
Banco Santander Espanha[2]	-	-	(187.493)	-
Banco Santander Río S.A. [4]	(259.220)	-	-	-
Banco Santander, S.A. (Uruguay)[4]	-	-	(1.466)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(3.928.017)**	-	**(3.993.952)**	-
Sterrebeeck B.V.[2]	(2.071.055)	-	(2.108.086)	-
GES[2][4]	(1.242.259)	-	(1.264.470)	-
Banco Santander Espanha[2]	(609.159)	-	(620.264)	-
Banco Madesant[4]	(1.112)	-	(1.132)	-
Pessoal Chave da Administração [14]	(4.432)	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(34.385)**	**(439.565)**	**(6.676)**	**(704.731)**
Banco Santander Espanha[2]	(7.990)	(114.892)	(2.051)	(267.440)
Produban Servicios[4]	-	-	(905)	(44.847)
Isban Brasil S.A.[4]	-	(3.979)	-	(92.540)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)[3][12]	-	(31.051)	-	(215.800)
Ingeniería[2]	-	-	-	(38.857)
Santander Brasil Asset[4]	(14.476)	(16.350)	(69)	(1.721)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.[4]	(4.291)	(45.831)	(2.936)	(42.603)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(7.116)	(175.466)	-	-
Diversos	(512)	(51.996)	(715)	(923)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(19.126.845)**	**(427.470)**	**(7.977.576)**	**(222.065)**
Banco Santander Espanha[2][6]	(19.126.845)	(427.470)	(7.977.576)	(222.065)
Despesas com Doações	**-**	(21.125)	**-**	(21.273)
Santander Cultural	-	(2.748)	-	(3.513)
Fundação Sudameris	-	(15.935)	-	(15.050)
Fundação Santander	-	(1.330)	-	(1.837)
Instituto Escola Brasil	-	(1.112)	-	(873)
Outras Obrigações - Diversas	**(403.287)**	**(691.029)**	**(31.157)**	**(764.897)**
Banco Santander Espanha[2]	(1.639)	(595)	-	(6.907)
Isban Brasil S.A.[4]	-	(26.270)	-	(331.137)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)[3][12]	-	(5.435)	-	(36.723)
Ingeniería[2]	-	-	-	(38.171)
Produban Servicios[4]	-	-	-	(1.616)
Aquanima Brasil Ltda.[4]	-	(26.924)	-	(25.638)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.[11]	(16.924)	(19.593)	(27.325)	(18.488)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.[4]	-	(2.298)	(3.826)	(29.600)
TecBan[13]	-	(313.433)	-	(262.046)
Pessoal Chave da Administração	(384.724)	(292.464)	-	-
Diversos	-	(4.016)	(6)	(14.571)

[1] Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2019 e juros de até 2,38% a.a. (31/12/2017 - com vencimento em 2 de janeiro de 2018 e juros de até 1,43% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.
[2] Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
[3] Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.
[4] Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.
[5] Controlada em Conjunto - Banco Santander.
[6] Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.
[7] Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.
[8] Empresa incorporada em 30 de novembro de 2017 (Nota 15 e 37.e).
[9] Empresa incorporada em 31 de agosto de 2017 (Nota 15 e 37.e).
[10] Empresa incorporada em 29 de setembro de 2017 (Nota 15 e 37.e).
[11] Influência Significativa do Banco Santander Espanha.
[12] Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 37.f).
[13] Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros.
[14] Do total de dividendos deliberados em 2018, R$ 10.502 destinam-se ao Pessoal Chave da Administração, restando pagar o montante provisionado.
[15] O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

27. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Administração de Recursos	755.148	842.851	1.003.341	1.008.414
Serviços de Conta Corrente	3.348.557	2.891.932	3.360.170	2.908.271
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.062.770	1.139.192	1.407.860	1.491.433
Operações de Crédito	458.316	524.893	803.406	877.155
Rendas de Garantias Prestadas	604.454	614.299	604.454	614.278
Comissões de Seguros	2.312.679	2.069.771	2.797.517	2.515.855
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.706.869	3.172.229	5.771.517	4.939.905
Cobrança e Arrecadações	1.514.786	1.376.256	1.518.991	1.388.687
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	550.007	570.336	708.680	699.795
Outras	271.194	198.761	700.587	658.399
Total	**13.522.010**	**12.261.328**	**17.268.663**	**15.610.759**

28. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração	4.034.284	4.131.010	4.449.725	4.535.505
Encargos	1.553.653	1.506.880	1.739.668	1.638.149
Benefícios	1.304.875	1.282.067	1.436.272	1.383.505
Treinamento	59.194	55.182	65.968	59.704
Outras	8.983	14.383	9.112	14.601
Total	**6.960.989**	**6.989.522**	**7.700.745**	**7.631.464**

29. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Depreciações e Amortizações [1]	2.008.195	3.097.232	2.540.211	3.603.637
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.863.132	1.792.808	2.307.222	2.186.892
Comunicações	397.973	395.695	422.544	434.338
Processamento de Dados	2.257.980	1.759.805	2.286.887	1.926.880
Propaganda, Promoções e Publicidade	503.047	471.639	608.657	572.670
Aluguéis	709.224	710.229	730.324	728.251
Transportes e Viagens	136.928	143.139	170.484	176.863
Serviços do Sistema Financeiro	278.852	223.033	350.671	282.741
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	593.232	609.682	596.104	611.100
Manutenção e Conservação de Bens	233.651	228.519	238.974	233.384
Água, Energia e Gás	186.954	177.142	192.257	181.321
Material	63.976	60.565	67.058	63.889
Outras	394.730	484.344	634.000	722.652
Total	**9.627.874**	**10.153.832**	**11.145.393**	**11.724.618**

[1] Em 2018, inclui a amortização de ágio no valor de R$52.716 (2017 - R$1.332.195) no Banco e R$278.718 (2017 - R$1.534.701) no Consolidado, realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anua. A amortização do ágio de aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017, que era o principal ágio amortizado.

30. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesa com Cofins [1]	1.691.686	1.710.695	2.272.879	2.202.065
Despesa com ISS	634.839	476.383	843.862	574.956
Despesa com PIS [1]	245.665	277.988	370.906	389.136
Outras [2]	206.412	309.643	290.385	421.318
Total	**2.778.602**	**2.774.709**	**3.778.032**	**3.587.475**

[1] Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.
[2] Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

31. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	416.072	357.779
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 23.c) [1]	-	247.046	-	233.989
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22)	110.962	13.584	110.962	13.584
Atualização de Depósitos Judiciais	554.851	494.789	674.458	655.628
Atualização de Impostos a Compensar	164.515	144.552	225.023	214.849
Recuperação de Encargos e Despesas	1.358.296	1.216.962	1.106.128	955.028
Variação Monetária Ativa	1.360.520	968.845	1.361.736	974.071
Outras [2]	1.787.014	399.863	2.137.839	651.315
Total	**5.336.158**	**3.485.641**	**6.032.218**	**4.056.243**

[1] No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui o valor de R$51.215 no Banco e R$52.606 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições (Nota 23.c). No período de 2017, inclui o valor de R$74.869 no Banco e R$76.562 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições (Nota 23.e).
[2] No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui, principalmente, o efeito do aumento de contribuição de custeio estabelecida para fins de plano de benefícios pós emprego no montante de R$816.157 (nota 22 e 35) e inclui receita de variação cambial no valor de R$415.529 (2017 - receita de R$73.819) no Banco e R$420.856 (2017 - receita de R$95.887) no Consolidado.

32. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 23.c)	22.733	-	13.542	-
Trabalhistas (Nota 23.c)	497.297	1.146.067	503.565	1.221.742
Cíveis (Nota 23.c)	1.211.499	855.173	1.278.557	1.050.067
Despesas com Cartão de Crédito	2.374.887	1.618.533	2.441.074	1.699.726
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 35.a)	246.081	196.087	244.420	193.604
Variação Monetária Passiva	35.370	3.334	53.479	7.602
Despesas Judiciais e Custas	200.935	150.674	230.265	175.930
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	78.445	58.322	80.044	60.703
Corretagens e Emolumentos	71.513	56.563	65.328	71.544
Comissões	426.760	303.426	1.550.670	1.388.954
Avaliação do Valor Recuperável [2]	341.006	327.884	341.006	327.884
Outras [1]	3.051.586	3.260.726	4.223.219	4.110.064
Total	**8.558.112**	**7.976.789**	**11.025.169**	**10.307.820**

[1] Em 31 de dezembro de 2018, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, inclui despesa de variação cambial no valor de R$449.025 no Banco e R$473.981 no Consolidado e as despesas com provisões de contingências trabalhistas e cíveis já contemplam a provisão adicional no montante de R$358.162 e inclui o valor de R$214.640 no Banco e R$218.992 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições (Nota 23.e).
[2] Refere-se ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e de imobilizado de uso registrados em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos (Notas 16 e 17).

33. Resultado não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado na alienação de Investimentos	(45)	1.787	13.256	(43.838)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	87.408	36.690	57.618	30.250
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens [1]	114.680	(198.067)	114.834	(271.579)
Despesas com Bens não de Uso	(39.334)	(25.447)	(40.046)	(27.939)
Ganhos (Perdas) de Capital	(2.008)	(17.036)	(2.411)	(18.743)
Outras Receitas (Despesas)	44.394	63.041	49.808	72.254
Total	**205.095**	**(139.032)**	**193.059**	**(259.595)**

[1] Em 2018, inclui, principalmente, reversão de provisões para desvalorizações sobre imóveis alienados. Em 2017, inclui, principalmente a constituição de provisões para desvalorizações sobre imóveis.

34. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**12.650.666**	**11.329.781**	**14.898.135**	**13.128.411**
Participações no Lucro [1]	(1.480.848)	(1.383.771)	(1.612.027)	(1.460.009)
Juros sobre o Capital Próprio	(4.080.000)	(3.800.000)	(4.080.000)	(3.800.000)
Resultado não Realizado	-	-	(913)	(214)
Resultado antes dos Impostos	**7.089.818**	**6.146.010**	**9.205.195**	**7.868.188**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente [4]	**(3.190.418)**	**(2.765.705)**	**(4.142.338)**	**(3.540.685)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas [2]	881.009	672.828	8.510	(296.196)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	374.960	178.894	387.657	199.588
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	2.792.995	440.857	2.792.995	440.857
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	145.646	1.135.804	136.353	1.151.796
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL [3]	-	-	101.719	131.667
Demais Ajustes CSLL 5% [4]	(169.742)	(1.369.642)	(189.188)	(1.545.328)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	162.126	(243.174)	169.141	180.010
Imposto de Renda e Contribuição Social	**996.576**	**(1.950.138)**	**(735.151)**	**(3.278.291)**

[1] A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
[2] No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
[3] Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.
[4] Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.s).

***Hedge* Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC**

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Santander Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 14).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do *Hedge* cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Em R$	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	6.673.535	892.863
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(12.540.855)	(1.702.557)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	255.481	80.170
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	5.611.839	729.524

35. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de beneficio, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2018 foram de R$81.396 (2017 - R$86.225) no Banco e R$89.959 (2017 - R$86.449) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2018 foram de R$1.431 no Banco e R$1.597 no Consolidado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco 31/12/2018		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.132.844)	(4.248)	(1.433.319)
Valor Justo dos Ativos do Plano	20.147.508	4.455	1.927.672
	(1.985.336)	**207**	**494.353**
Sendo:			
Superávit	642.636	207	494.353
Déficit	(2.627.972)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	421.575	207	492.112
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**221.061**	**-**	**2.241**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	**(2.627.972)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	485.091	-	197
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(245.609)	(15)	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.914.503)	504	1.406
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.961.579	463	246.451

	Banco 31/12/2017		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.406.653)	(4.149)	(1.349.265)
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.426.652	4.502	1.806.540
	(1.980.001)	353	457.275
Sendo:			
Superávit	620.842	353	457.275
Déficit	(2.600.843)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	453.120	353	455.057
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**167.722**	**-**	**2.218**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	**(2.600.843)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	28.711	-	439
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(196.074)	2	(15)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.675.440)	489	1.122
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.083.333	526	265.169

	Consolidado 31/12/2018		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.575.641)	(4.248)	(1.433.319)
Valor Justo dos Ativos do Plano	20.776.863	4.455	1.927.672
	(1.798.778)	**207**	**494.353**
Sendo:			
Superávit	858.528	207	494.353
Déficit	(2.657.306)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	587.488	207	492.112
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**271.040**	**-**	**2.241**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	**(2.657.306)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	485.921	-	197
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(243.948)	(15)	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.886.966)	504	1.406
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.998.607	463	246.451

	Consolidado 31/12/2017		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.648.194)	(4.149)	(1.349.265)
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.878.594	4.502	1.806.540
	(1.769.600)	353	457.275
Sendo:			
Superávit	831.243	353	457.275
Déficit	(2.600.843)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	635.273	353	455.057
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**195.970**	**-**	**2.218**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	**(2.600.843)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	28.717	-	439
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(193.591)	2	(15)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.701.232)	489	1.122
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.104.674	526	265.169

No quarto trimestre de 2018, a Administração liquidou, em caráter extraordinário, o déficit atuarial de 2017 dos planos Banesprev V e DAB, nos valores de R$295.529 e R$1.246, respectivamente, e o aporte no valor estimado de R$152.329 para cobertura do déficit atuarial de 2018 para o Banesprev Pré 75.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 31/12/2018		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(768.039)	(107)	(34.121)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(802.060)	(117)	(51.369)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(1.570.099)**	**(224)**	**(85.490)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.282.101	59	79.462
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**1.282.101**	**59**	**79.462**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**74.727**	**180**	**6.312**

Continua...

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco 31/12/2017		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	660.088	(793)	8.312
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.448.316)	(219)	(92.500)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	146	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(788.082)**	**(1.012)**	**(84.188)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	206.950	66	89.876
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**206.950**	**66**	**89.876**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(40.056)**	**947**	**(3.893)**

	Consolidado 31/12/2018		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(769.489)	(107)	(34.121)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(819.689)	(117)	(51.369)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(1.589.178)**	**(224)**	**(85.490)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.264.568	59	79.462
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**1.264.568**	**59**	**79.462**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**110.828**	**180**	**6.312**

	Consolidado 31/12/2017		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	678.684	(793)	8.312
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.464.969)	(219)	(92.500)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	146	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(786.139)**	**(1.012)**	**(84.188)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	180.216	66	89.876
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**180.216**	**66**	**89.876**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(12.744)**	**947**	**(3.893)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

	Duração (em Anos)	
Planos	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Banesprev		
Plano I	11,35	11,26
Plano II	11,73	11,51
Plano III	9,39	9,03
Plano IV	14,00	13,86
Plano V	8,87	8,82
Pré-75	9,62	9,57
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,37/5,79/6,79	6,41/5,82/6,87
Sanprev		
Plano I	6,47	6,46
Plano II	10,83	10,94
Plano III	9,66	9,46
Bandeprev		
Plano Básico	9,57	9,46
Plano Especial I	6,70	6,75
Plano Especial II	6,52	6,61
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	7,30	7,20

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco 31/12/2018		Banco 31/12/2017	
	Cabesp	**Demais Planos**	**Cabesp**	**Demais Planos**
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.916.073)	(700.347)	(4.176.476)	(701.551)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.981.705	-	3.579.117	-
	65.632	**(700.347)**	**(597.359)**	**(701.551)**
Sendo:				
Superávit	65.632	-	-	-
Déficit	-	(700.347)	(597.359)	(701.551)
Valor não Reconhecido como Ativo	(65.632)	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**-**	**-**	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	**-**	**(700.347)**	**(597.359)**	**(701.551)**
Contribuições Efetuadas	70.977	35.655	60.061	36.405
Receitas (Despesas) Reconhecidas	767.400	(66.297)	(44.658)	(58.591)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(827.174)	(181.993)	(603.994)	(213.839)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	558.673	-	619.635	-

	Consolidado 31/12/2018		Consolidado 31/12/2017	
	Cabesp	**Demais Planos**	**Cabesp**	**Demais Planos**
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.088.724)	(700.347)	(4.342.210)	(701.551)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.157.250	-	3.721.146	-
	68.526	**(700.347)**	**(621.064)**	**(701.551)**
Sendo:				
Superávit	68.526	-	-	-
Déficit	-	(700.347)	(621.064)	(701.551)
Valor não Reconhecido como Ativo	(68.526)	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**-**	**-**	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	**-**	**(700.347)**	**(621.064)**	**(701.551)**
Contribuições Efetuadas	72.548	35.655	61.803	36.405
Receitas (Despesas) Reconhecidas	785.085	(66.297)	(46.460)	(58.591)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(839.216)	(181.993)	(586.155)	(213.839)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	577.483	-	651.582	-

No primeiro semestre de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas resultaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 31/12/2018		Banco 31/12/2017	
	Cabesp	**Demais Planos**	**Cabesp**	**Demais Planos**
Experiência do Plano	(167.812)	91.588	(211.610)	(75.069)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(304.427)	(59.742)	(318.642)	(49.136)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(472.239)**	**31.846**	**(530.252)**	**(124.205)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	282.012	-	284.416	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**282.012**	**-**	**284.416**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(50.792)**	**-**	**-**	**-**

	Consolidado 31/12/2018		Consolidado 31/12/2017	
	Cabesp	**Demais Planos**	**Cabesp**	**Demais Planos**
Experiência do Plano	(171.398)	91.588	(228.327)	(75.069)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(317.208)	(59.742)	(331.149)	(49.136)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(488.606)**	**31.846**	**(559.476)**	**(124.205)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	307.048	-	333.504	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**307.048**	**-**	**333.504**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(52.604)**	**-**	**-**	**-**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

	Duração (em Anos)	
Planos	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Cabesp	14,16	13,02
Bandepe	14,73	14,47
Clínica Grátis	11,04	10,88
Diretores Vitalícios	8,63	8,49
Circulares (1)	11,72 e 10,68	12,40 e 10,15
Seguro de Vida	7,82	7,64

(1) A duração 11,72 (31/12/2017 - 12,40) se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,68 (31/12/2017 - 10,15) ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
Instrumentos de Patrimônio	4,8%	4,6%
Instrumentos de Dívida	94,6%	94,6%
Bens Imóveis	0,3%	0,4%
Outros	0,3%	0,4%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Banco/Consolidado 31/12/2018		Banco/Consolidado 31/12/2017	
	Aposentadoria	**Saúde**	**Aposentadoria**	**Saúde**
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	9,1%	9,3%	9,5%	9,7%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,1%	9,3%	9,5%	9,7%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade 31/12/2018		Sensibilidade 31/12/2017	
	(+) 1,0%	**(-) 1,0%**	**(+) 1,0%**	**(-) 1,0%**
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	69.961	(62.469)	57.001	(63.510)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	761.619	(680.061)	597.410	(665.700)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

O período de *vesting* do plano de Incentivo de Longo Prazo SOP 2013 encerrou em 2016 e o plano esteve aberto para exercício das opções até 30 de junho 2018, conforme aprovado na AGE de 29 de abril de 2013. Em 2018, permanece em aberto somente o plano para o segmento *Private Banking* denominado Plano de Incentivo de Longo Prazo *Private Ultra High*, lançado no segundo semestre de 2017.

(i) Plano de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: foi um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreendeu entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de *Performance* para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

	SOP2013 (1)
Posição RTA	**% de Ações Passíveis de Exercício**
1°	100%
2°	75%
3°	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

	SOP 2013
Método de Avaliação	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de Vesting	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R$5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A.) em 31 de dezembro de 2018 foi de R$36,25 (31/12/2017 - R$28,47).

Nos exercícios de 2018 e 2017, não foram registradas despesas "*pro rata*" dia, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

	Quantidade de Units	**Preço de Exercício**	**Ano de Concessão**	**Grupo de Funcionários**	**Data do Início do Exercício**	**Data do Fim do Exercício**
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016	**1.986.258**					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(869.247)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2017	**1.117.011**					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(732.169)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Canceladas (SOP 2013)	(384.842)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018	**-**					

(ii) Plano de Incentivo a Longo Prazo Local - Dinheiro

Plano de Incentivo a Longo Prazo - *Private Ultra High*: tem como objetivo alinhar os interesses do Banco Santander e do Participante com objetivo, de um lado, ao crescimento e lucratividade do negócio de *Private* e, de outro lado, ao reconhecimento da contribuição do Participante. O Plano tem como objetivo o pagamento pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável.

Cada participante possui um *target* referência em Reais, e o valor exato da gratificação será determinado por meio da aferição dos indicadores de *performance* a seguir relacionados, sendo os pagamentos realizados em duas parcelas: a primeira em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Indicadores - Fase 1 (Valor de Referência)
- BAI de 2017.

Indicadores - Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)
- BAI - 50% (Indicador de Benefícios antes do Impostos do Segmento *Private Ultra High*);
- MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Liquida do Segmento *Private Ultra High*); e
- AUM - 25% (Indicador *Assets Under Management* (Ativos sobre Gestão) do Segmento *Private Ultra High*).

Em dezembro de 2018, no Banco e no Consolidado ocorreu a reversão da provisão referente ao plano de incentivo a Longo Prazo Local - *Private Ultra High* devido a probabilidade do não cumprimento da condição de aquisição relacionada a Meta de desempenho. A Administração acompanhará o parâmetro de performance do plano até dezembro de 2019. O valor da despesa com a provisão referente a este plano registrado em 2017 era de R$2.935.

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Em 2014, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global - ILP CRDIV - Outorga 2014. Este plano estava sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a sua liquidação seria em ações do Grupo Santander Espanha.

Em 2016, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de 2° Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015.

Valor Justo do Plano Global

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

Foi considerado que os beneficiários não deixariam o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) foram classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação foi revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	**2 Anos**	**3 Anos**	**4 Anos**
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade Esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de Juros sem Risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55%	0,55%	0,55%

O indicador utilizado para mensurar o atingimento dos *targets* foi a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze (15) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador foi apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo possuía um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R$19,2893, que seriam entregues em parcelas nos anos de 2017 e 2018, com restrição de venda de um ano depois de cada entrega.

Finalizado o período de aferição, os indicadores de *performance* não foram atingidos e o plano foi encerrado sem pagamento da remuneração pretendida.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Indicadores - Fase 1
- RTA versus Concorrentes; e
- ROTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco versus Orçamento.

Indicadores - Fase 2
- RTA versus Concorrentes;
- ROTE Banco versus Orçamento;
- Satisfação dos Funcionários;
- Satisfação dos Clientes; e
- Vinculação de Empresas versus Orçamento.

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de um ano após a entrega.

	Quantidade de Ações	**Ano de Concessão**	**Grupo de Funcionários**	**Data do Início do Exercício**	**Data do Final do Exercício**
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	jan/2014	dez/2017
Ações Canceladas (Outorga 2014)	(1.613.057)	2014	Executivos	jan/2014	dez/2017
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018	**1.775.049**				

No exercício de 2018, foram registradas despesas *pro rata* dia no valor de R$5.624 (2017 - R$4.738) no Banco e R$5.726(2017 - R$4.797) no Consolidado, referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciada em Ações

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.

A aprovação da proposta do plano de incentivo em vigor (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, ocorreu em 25 de outubro de 2016, conforme aprovado em AGE do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado.

i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registradas despesas no valor de R$49.704 (2017 - R$81.232) no Banco e R$50.896 (2017 - R$81.838) no Consolidado, referente a provisão do plano de diferimento em ações.

ii) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registradas despesas no valor de R$72.601 (2017 - R$124.039) no Banco e R$74.871 (2017 - R$124.926) no Consolidado.

36. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, dissemina a Cultura Risk Pró, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho Administrativo, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:
- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas contratações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são base para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva do crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:
- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.)

B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

C. Risco Operacional, Cibernético e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração. Nosso modelo de governança é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, politicas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

Para fazer frente à segurança cibernética, foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças que afetam nossas plataformas tecnológicas e nossos negócios. O Banco Santander considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27002, como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de hardware e software, correlação de log de atividades, prevenção e remediação de malware e análise de segurança das operações de terceiros.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance e permite cumprir com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei *SarbanesOxley* - SOX (*Security Exchange Comission*).

D. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

E. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturamento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

F. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado e Varejo, do segmento Empresas 3 (um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

G. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:
- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RIA (*Risk Identification & Assessment*) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento dos indicadores de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, as quais são diretrizes para o cálculo, gestão, controle e reporte de capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN 4.557/2017.

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução nº 4.557/ BACEN" em "Governança Corporativa" e "Gerenciamento de Riscos" na página https://www.ri.santander.com.br/.

37. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Aquisição de Participação Residual na Getnet S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se compromete a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R$1.431.000. Esta aquisição está sujeita à aprovação do Bacen e, após concluída, o Banco Santander deterá 100% da Getnet S.A.

b) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

No dia 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade, com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade atuará no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Em 26 de novembro de 2018, a Esfera Fidelidade teve seu capital aumentado em R$10.000, passando o capital social para o valor de R$10.001, dividido em 10.001.000 (dez milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

c) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social no valor de R$23.900 mediante a emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors.

d) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

No dia 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios, com participação totalmente detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. Em AGE de 1 de agosto de 2018, a BEN Benefícios teve seu capital aumentado em R$45.000, passando o capital social para o valor de R$45.001, dividido em 45.001.000 (quarenta e cinco milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. O Banco estima que o início das operações da Companhia deve ocorrer no primeiro trimestre de 2019.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Aquisição da Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.
O Banco Santander adquiriu, em 19 e 28 de fevereiro de 2018, respectivamente, a totalidade das ações do capital social da Isban Brasil, detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., e da Produban Serviços de Informática, detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L., pelos valores de R$61.078 e R$42.731, respectivamente. As partes envolvidas na transação possuíam o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum e foram realizadas em condições de mercado. Em 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Serviços de Informática incorporou a Isban Brasil, e na mesma data, a Produban Serviços de Informática teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. Ainda, em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (atualmente denominada Santander Global Technology, S.L.) aprovou a incorporação da parcela cindida da Produban Serviços de Informática pela Produban Brasil Tecnologia e Serviços de Informática Ltda. (atualmente denominada Santander Global Technology Brasil Ltda.).

f) Venda de Participação na BW Guirapá I S.A.
Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind para a Ferbasa. O preço base da totalidade de venda é de R$414.000, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R$35.000 se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. O investimento foi baixado e, consequentemente, os ativos e passivos da BW Guirapa I e controladas deixaram de ser consolidados a partir de 1 de janeiro de 2018. Em 2 de abril de 2018, a venda foi concluída (Notas 15).

g) Constituição da Santander Auto S.A.
Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo Bacen em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da Susep. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.PE. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A., com capital social inicial de R$15.000. Em 9 de janeiro de 2019, a Susep concedeu para a Santander Auto a autorização para operar seguros de danos em território nacional.

h) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.
No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito, cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R$285.205, de forma que o capital social passou de R$65.823 para R$351.028. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

i) Constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A.
Em 28 de abril de 2016, Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. O Banco Hyundai será detido 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital. Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A., bem como o aumento de capital social de R$99.995, passando ao valor de R$100.000, dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai e sua atuação como instituição financeira está sujeita à emissão da respectiva autorização para funcionamento pelo Bacen. A Aymoré CFI detém o controle operacional desta sociedade.
Em 4 de janeiro de 2019, o Bacen emitiu ofício comunicando ter constatado a compatibilidade entre a estrutura organizacional do Banco Hyundai e a prevista no plano de negócios protocolado junto ao regulador. A obtenção da autorização para funcionamento da sociedade está sujeita ao cumprimento dos requisitos finais previstos na regulamentação, conforme instruído no ofício. A expectativa é que o Banco Hyundai esteja apto a operar no primeiro semestre de 2019.

j) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., um subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de conversão foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019. O Banco Santander estima ter a companhia totalmente operacional até o final do primeiro trimestre de 2019.

38. Outras Informações
a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$40.396.524 (31/12/2017 - R$38.528.594) no Banco e R$40.761.287 (31/12/2017 - R$39.173.505) no Consolidado.
b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R$1.896.689 (31/12/2017 - R$1.747.623) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R$200.366.262 (31/12/2017 - R$188.728.634) registrados em contas de compensação.
c) Os seguros com vigência em 31 de dezembro de 2018, na modalidade incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R$1.283.006 (31/12/2017 - R$1.316.447) no Banco e R$1.290.738 (31/12/2017 - R$1.323.806) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R$496.125 (31/12/2017 - R$148.499) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado. Além disso, há outras apólices vigentes relacionadas a outros ativos no montante de R$7.607.834 em 2018.
d) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não tiveram operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas. No exercício de 2018, foram registradas receitas com as operações ativas vinculadas no valor de R$1.643 e despesas referente as obrigações por operações ativas vinculadas no valor de R$1.643.
e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.
f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Até 1 Ano	670.553	624.424
Entre 1 a 5 Anos	1.435.970	1.545.101
Mais de 5 Anos	167.868	288.420
Total	**2.274.391**	2.457.945

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R$674 (31/12/2017 - R$934) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no exercício de 2018, foram no valor de R$683.011 (2017 - R$655.949).
Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.
g) No contexto da operação de incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet H.U.A.H. S.A.) pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. (sucessora por incorporação da Getnet H.U.A.H. S.A.) uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta Sociedade. Em 19 de dezembro de 2018, tendo em vista o exercício da opção de venda, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A., celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, no qual o Banco Santander se compromete a adquirir a participação societária detida pelos Minoritários na Getnet S.A. O fechamento da transação está sujeito à aprovação do Bacen (Nota 37.a).
h) No contexto da operação de Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso), foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto 40% do capital social de emissão do Olé Consignado detidas pelo Banco Bonsucesso. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Álvaro Antônio Cardoso de Souza

VICE-PRESIDENTE
Sergio Agapito Lires Rial

CONSELHEIROS
Conrado Engel
José Antonio Alvarez Alvarez
José de Paiva Ferreira
José Maria Nus Badía

CONSELHEIROS INDEPENDENTES
Celso Clemente Giacometti
Deborah Patricia Wright
Deborah Stern Vieitas
José Luciano Duarte Penido

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE
Sergio Agapito Lires Rial

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO SÊNIOR
José de Paiva Ferreira

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Angel Santodomingo Martell

DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mário Roberto Opice Leão
Patricia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

DIRETOR EXECUTIVO
José Roberto Machado Filho

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA
Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Ede Ilson Viani
Fernando Carvalho Botelho de Miranda
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Leopoldo Martinez Cruz
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Malanga
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Robson de Souza Rezende
Rodrigo Cury
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

CONTADOR
Leonardo Santicioli - CRC Nº 1SP 265213/O-3

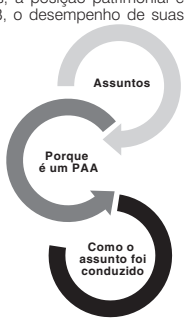
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(i) e 8) A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito. Da mesma forma, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *ratings* atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são consistentes com o exercício anterior e razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Reconhecimento e valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(s), 3(t) e 11) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos, bem como de prejuízos fiscais, incluindo bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, são reconhecidos contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo. A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas. Considerando a subjetividade inerente a esse processo e a relevância dos valores envolvidos, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a apuração desses créditos tributários, bem como as estimativas do seu valor recuperável, de acordo com as normas aplicáveis do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Obtivemos entendimento e avaliamos a razoabilidade das premissas críticas incluídas nas projeções de resultados, comparando-as com dados externos e internos. Também efetuamos testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados. Aplicamos testes para confirmar a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros, com o auxílio de nossos especialistas na área tributária. Discutimos com a Administração e com o Comitê de Auditoria e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelos órgãos adequados da Administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil dos créditos tributários referidos acima são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 23) O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a completude das informações e o valor correto das provisões. Com o apoio de nossos especialistas, analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda de causas significativas, considerando a evolução individual dos processos e decisões similares, quando aplicável. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas estão consistentes com o exercício anterior, e são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Planos de benefício pós emprego (Notas 3(n) e 35) O Banco e suas controladas mantêm planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, decorrentes de planos existentes em instituições adquiridas em exercícios anteriores, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação e de mortalidade. Essa permanece como uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.	Atualizamos nosso entendimento quanto às modalidades de planos em vigor e correspondentes modificações durante o exercício, bem como das metodologias e os julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações, em comparação com os parâmetros de mercado e práticas contábeis em vigor. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego. Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à integridade e adequação das bases de dados, à existência e valor correto dos ativos dos planos de benefício e os de aprovação das premissas consideradas nos cálculos atuariais. Confirmamos a consistência das premissas mais relevantes adotadas nos cálculos atuariais com aquelas adotadas na última avaliação atuarial anual, bem como avaliamos a razoabilidade das alterações de premissas efetuadas pela administração. Também, em base amostral, realizamos testes de existência e de recálculo do valor justo dos ativos dos planos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para planos de benefícios pós emprego são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(g), 3(h) e 6) A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros mantém-se como área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que parte desses instrumentos depende de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros com pouca liquidez e mercado ativo são substancialmente compostos por aplicações em determinados títulos públicos e privados, e contratos de derivativos.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos. Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, atualizamos nosso entendimento quanto as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado. Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são razoáveis, tendo em vista as práticas utilizadas no mercado e as práticas contábeis vigentes.
Ambiente de tecnologia da informação (Nota 36(c)) O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinamos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de janeiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 31 DE DEZEMBRO DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2018. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Os relatórios das atividades e as atas das reuniões do Comitê são regularmente enviados ao Conselho de Administração, com o qual o Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2018.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap e Conglomerado Prudencial - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando suas adequações. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do 2º semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2018, da Companhia e do Conglomerado Prudencial em padrão BRGaap, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, previamente às suas divulgações.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e *Compliance*, Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de *Compliance* e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto e das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nºs 2.554/1998 e 4.557/2017, Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2018, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas em que os controles foram considerados como "A melhorar" ou "Insatisfatório". Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2018. Nessas reuniões tiveram destaque as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2018, as práticas contábeis, o plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2018, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou.

VI - Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) monitoramento da adequação dos Planos de Previdência; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento da adoção e impactos da norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; (v) revisão do Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários; e (vi) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do Comitê, e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VII - Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados** e **conferem transparência** e **qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Santander e do Conglomerado Prudencial, para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2018, e às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 4º trimestre de 2018, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 29 de janeiro de 2019

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora

Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro

Maria Elena Cardoso Figueira

Julio Sergio de Souza Cardozo